



Boletim de Transparência **Fiscal**

RIO DE JANEIRO | 2º BIMESTRE DE 2013

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA****Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos****SUBSECRETÁRIO-GERAL****Paulo Sérgio Braga Tafner****SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS****Rebeca Virginia Escobar Villagra****SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL****George André Palermo Santoro****SUBSECRETÁRIO DE RECEITA****Luiz Henrique Casemiro****SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL****Cláudia Torres Santoro****SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA****Josélia Castro de Albuquerque****SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL****Marco Aurélio Alves de Mendonça****SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA****Valéria Barbosa****SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS****Elvecio Vital da Silva****SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS****Juliana Azevedo Cruz****EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL****Alexandre Emilio Zaluar****Ana Cecília de Souza****Ana Paula Quedinho****Cláudia Santoro****Creusa Mattoso de Almeida****Daniela de Melo Faria****Denise Gomes de Castro****Eduardo de Andrade****Fabio Souza Pontes****Fernando Rezende Filho****Flávia Augusta Melgaço Rocha Lima****Guilherme Vasconcelos Severino****Gustavo Franco Corrêa****Hamilton Correa Zambito Horacio****Henrique Diniz de Oliveira****Joana Pimentel Meneses de Farias****José Elias do Nascimento Neto****João Souza****Juliana de Araujo Castelo Branco Castro****Karine de Souza Vargas****Larissa Silva Carvalho****Leandro Diniz Moraes Pestana****Leila Klein****Leonardo Silva Carvalho****Liliane Figueiredo da Silva****Luciana Vicky Mazloum****Luísa Regina Mazer****Maria Gisele Bastos Soares****Maria Helena Pitombeira****Marina Lavocat Barbosa Ernesto****Pablo Villarim Gonçalves****Paulo Levy****Pedro Bastos Carneiro da Cunha****Raphael Philipe Moura****Raul José Piedade De Macedo****Robledo da Cunha Pereira****Sérgio da Costa Peixoto****Victor Hugo Martins Bello Honaiser**

O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da



Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910



SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.....	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	16
I.III Labor Market.....	20
I.V External Sector.....	22
I. Panorama Econômico	23
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	23
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	26
I.III Mercado de Trabalho.....	29
I.IV Inflação	30
I.V Setor Externo	31
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	32
III. Resultados Fiscais.....	39
III.I Resultado Orçamentário.....	39
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	40
III.III Resultado Primário	41
IV. Receita Estadual	43
IV.I Receitas Correntes.....	44
IV.I.1 Receita Tributária	45
Box 01 - O Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP)	48
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	51
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	55



IV.I.3 Demais Receitas Correntes	57
IV.I.3.1 Receita de Transferências	60
IV.I.3.2 Transferências da União	61
IV.II Receitas de Capital	65
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	67
V.I Despesa Total	67
V.II Créditos Adicionais.....	67
V.III Despesas por Fontes	68
V.IV Despesas por Grupo.....	69
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	76
Box 02 – DESPESAS DA AGRICULTURA.....	89
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	93
VI.1 Cota Financeira	93
VI.2 Pagamento de PD's	94
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	95
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	96
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	98
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento.....	99
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública.....	101
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios	111
VI.9 Operação de Crédito	113
VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's	114



Apresentação

Este é o trigésimo segundo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o segundo referente ao exercício de 2013. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.



alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 21/05/2013.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro apresentou, no segundo bimestre de 2013, crescimento de 20,5% (+R\$ 1.789,04 milhões) nas suas receitas totais. Tal desempenho se encontra acima das metas de arrecadação (+ 5,5%).

As Receitas Correntes atingiram um patamar superior (7,7%) ao observado no 2º bimestre de 2013, impulsionadas, principalmente, pelas Receitas Tributárias (+7,0%), por conta das elevações na arrecadação do ICMS (+8,7%) e IRPF (+ 121,9%).

Quanto ao ICMS, principal receita do Estado, alguns setores econômicos destacaram-se sobremaneira, a saber: Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (+29,2%) e Telecomunicações (+13,4%).

As Receitas de Capital permanecem em patamares bem superiores ao observado no ano passado. No segundo bimestre do ano o desempenho encontra-se aumentado em 362,9% e, no acumulado, em 346,9%. Esse resultado foi significativamente influenciado pela venda de recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA, que garantiu a entrada de aproximadamente R\$ 1 bilhão na Receita de Alienação de Bens.

O Resultado Orçamentário, do segundo bimestre de 2013, apresentou acréscimo em relação ao mesmo período do ano passado, tendo atingido R\$ 203,53 milhões, uma variação de +126,4%. O resultado acumulado também apresentou um bom desempenho, atingindo R\$ 2.642,99 milhões, com uma variação de 904,3% frente ao acumulado de 2012.

O Resultado Primário acumulado registrou R\$ 2.732,21 milhões (+246,9%) sendo impulsionado pelo bom desempenho da receita tributária. O mesmo bom desempenho foi registrado no segundo bimestre de 2013, que atingiu o valor de 216,67 milhões, representando um acréscimo de 433,9% em comparação ao mesmo período de 2013.

No início de 2013, as despesas do ERJ foram fixadas em R\$ 72,74 bilhões pela Lei Orçamentária Anual, revelando um crescimento de 13,60% se comparado ao exercício de 2012.

Neste segundo bimestre a dotação chegou a R\$ 76,74 bilhões, motivado pelos créditos adicionais de R\$ 3,99 bilhões, dos quais R\$ 3,39 bilhões suplementaram os recursos do Tesouro e R\$ 609 milhões as Demais Fontes de Recursos. O acréscimo se dá por conta de recursos vinculados, que não integravam o orçamento inicial: R\$ 3,35 bilhões por Operações de Crédito, R\$ 312 milhões por Convênios e R\$ 297 milhões em outras fontes de recursos (superávits financeiros e excesso de arrecadação).

Os créditos adicionais abertos nesses primeiros meses do exercício financeiro foram aplicados diretamente em programas estratégicos de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 1,28 bilhão foi destinado à Implantação de Novas Linhas Metroviárias, R\$ 657,81 milhões para Projetos de Infraestrutura, e R\$ 353,13 milhões para ações de Apoio a Grandes Eventos.



Em relação à execução, R\$ 20,73 bilhões foram liquidados até o bimestre, sendo 25,63% pertence ao pagamento de Pessoal e Encargos Sociais. Este grupo de despesa apresentou um incremento em sua execução de 18,74% em relação ao apurado no mesmo período de 2012. Tal variação foi motivada, em grande parte, pelo pagamento da Prestação Pecuniária Eventual aos agentes fazendários; pela melhoria realizada nas carreiras da Segurança Pública, resultado do reajuste salarial nesta categoria, aumento do auxílio moradia e soldo; e pelos pagamentos da Gratificação por Qualificação Profissional e do Programa Nova Escola na função Educação.

As Outras Despesas Correntes correspondem a 53,77% do total liquidado, apresentando um crescimento de 12,95% em relação ao último exercício. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas na função Saúde Pública do ERJ, respondendo com um incremento 62,35% até o bimestre: Unidades de Pronto Atendimento; ações dos Programas Gestão Compartilhada Parcial e Integral em Unidades Próprias; contratação de Serviços de Saúde; Assistência Hospitalar e Ambulatorial em Medicina de Alta Complexidade.

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras até abril somaram R\$ 588,62 milhões, apresentando, todavia, uma redução de 8,48% em relação ao mesmo período de 2012. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento da reforma do complexo do Maracanã; das ações de Desenvolvimento dos Municípios do ERJ; das ações de Implantação de Projetos de Infraestrutura; da Recuperação da Região Serrana; da Implementação do Arco Metropolitano; e outras importantes ações.

As transferências constitucionais obrigatórias apresentaram percentual semelhante ao apurado no mesmo bimestre do exercício de 2012 (-0,32%). No acumulado, constatou-se um ligeiro incremento dos recursos repassados pelo ERJ: +8,62%, ou seja, +R\$ 379,33 milhões. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

O índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+1,52 pontos percentuais). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: o aumento de 18,08% de sua receita base (+R\$ 1,63 milhões) resultou numa maior liquidação (25,84%).

Na Saúde, o índice constitucional permaneceu praticamente igual ao verificado no mesmo período de 2012: variação positiva de 0,04 pontos percentuais no acumulado. Todavia, devem-se salientar os crescimentos apurados tanto na receita base como na despesa liquidada do índice: 18,08% e 18,60% respectivamente.

A FAPERJ apresentou um ritmo de execução mais lento, alcançando 1,42% de aplicação de sua receita base. Comparativamente a 2012, sua execução demonstrou um importante crescimento de 20,39%. O FECAM também teve uma execução pequena (1,85%), mas sua aplicação exibiu um destacado acréscimo quando contraposto ao mesmo período de 2012 (+51,24%), isto é, a baixa liquidação no índice ocorreu em virtude do alto crescimento da receita base (+8,95%). Já o FEHIS foi o índice que apresentou variação negativa até o bimestre, passando de 6,13% em 2012 para 5,99% este ano, uma queda de 0,15 pontos



percentuais. Contudo, cabe ressaltar os crescimentos constatados na receita base e na despesa liquidada do índice: 3,44% e 0,94% respectivamente.

Por fim, o Box deste segundo bimestre destaca a evolução dos gastos no período de 2007 a 2013 realizados pela Função Agricultura no ERJ; as suas fontes financiadoras; e detalha os gastos com investimentos, destacando-se o programa Rio Rural e Estradas da Produção.

Com o objetivo de instaurar políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao agronegócio, com ênfase no fornecimento de oportunidades de trabalho e renda para desenvolver o interior do Estado do Rio de Janeiro, a função conta, em 2013, com um orçamento disponível de R\$ 205,04 milhões. Até maio foi executado 24,4% (R\$ 49,96 milhões) do total autorizado. Ao longo destes sete anos os recursos da fonte tesouro financiaram, em média, 82,5%, das suas despesas, com exceção dos anos de 2010 e 2013 que ficou abaixo da média com 67% e 63%.



EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro presented in the second quarter of 2013, 20.5% (+ R\$ 1,789.04 million) growth in total revenues. This performance is above target collection (+ 5.5%).

The Current Revenues reached a higher level (7.7%) to that observed in the 2nd quarter of 2013, driven mainly by Tax Revenues (+7.0%), due to the increases in the ICMS (+8.7%) and PIT (+ 121.9%).

As for the ICMS, the main state revenue, some economic sectors stood out greatly, namely: Petroleum, Fuels and Natural Gas (+29.2%) and Telecommunications (+13.4%).

Capital Revenues remain above the levels observed last year. In the second quarter of the year, the performance is increased by 362.9%, and accumulated at 346.9%. This result was significantly influenced by the sale of receivables of RIOPREVIDÊNCIA, which ensured the entry of approximately U.S.\$ 1 billion in Revenue from Sale of Goods.

The Budget Results from the second quarter of 2013, showed an increase over the same period of the last year, reaching R\$ 203.53 million, a variation of +126.4%. The cumulative result also performed well, reaching R\$ 2,642.99 million, with an increase of 904.3% compared to the cumulative 2012.

Primary Results The cumulative recorded R \$ 2,732.21 million (+246.9%) being driven by the good performance of tax revenue. The same performance was recorded in the second quarter of 2013, which amounted to 216.67 million, representing an increase of 433.9% compared to the same period of 2013.

In early 2013, the ERJ expenses were set at R\$ 72.74 billion for the Annual Budget Law, showing a growth of 13.60% compared to fiscal year 2012.

In the second quarter the endowment reached R\$ 76.74 billion, motivated by additional credit of R\$ 3.99 billion, of which R\$ 3.39 billion supplemented the resources of the Treasury and the R\$ 609 million Other Funding Sources. The increase occurs because of linked resources, which were not part of the initial budget: R\$ 3.35 billion for Loans, R\$ 312 million per Covenants and R\$ 297 million in Other Funding Sources (financial surpluses and excess collection).

The additional credits opened in these early months of the financial year were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on loans, R\$ 1.28 billion was allocated to the deployment of new subway lines, R\$ 657.81 million for Infrastructure Projects, and R\$ 353.13 million shares to Support Major Events.

Regarding implementation, R\$ 20.73 billion were settled by the quarter, and 25.63% belongs to the payment of Payroll. This group of expenses showed an increase in their execution of 18.74% in relation to income in the same period of 2012. This change was motivated in large part by the payment of Pecuniary Possible Delivery Treasure agents, the improvement made in the careers of Public Security, the result of



wage increases in this category, increased housing allowances and wages, and payments of the Gratuity by Professional Qualification and the New School Program in Education function.

Other Current Expenditure account for 53.77% of total settled an increase of 12.95% over the last year. This increase is explained by the strengthening of certain strategic actions in the function of the Public Health ERJ, responding with increased 62.35% to the quarter: Emergency Care Units; actions of Shared Management Program Partial and Complete Units Owned; Hiring Services Health, Hospital and Outpatient Care Medicine High Complexity.

The financial resources invested in Investment and Financial Investments through April totaled R\$ 588.62 million, however, a decrease of 8.48% over the same period of 2012. The amount settled was imperative to finance the reform of Maracanã complex; actions Development of Municipalities of the ERJ; shares Implementation of Infrastructure Projects; Recovery of the Mountain Region, the implementation of the Metropolitan Ring, and other important actions.

Constitutionally binding showed similar percentage than in the same quarter of fiscal year 2012 (-0.32%). The accumulated, we found a slight increase of funds transferred by ERJ: +8.62%, in other words, + R\$ 379.33 million. The calculations of partial indexes show the evolution of expenses, which will be enforced at the end of the year, as established by Law.

The index of Education showed a small improvement compared to the same period of the last fiscal year (+1.52 percentage points). However, a closer analysis, can observe the strengthening implementation of the index: the increase of 18.08% of its revenue base (+ R\$ 1.63 million) resulted in a higher settlement (25.84%).

In Health, the constitutional index remained virtually unchanged from the same period in 2012: increase of 0.04 percentage points accumulated. However, one should stress the calculated growth in both revenue base as in spending settled index: 18.08% and 18.60% respectively.

FAPERJ presented a pace slower execution, reaching 1.42% application of its revenue base. Compared to 2012, its implementation has shown a significant growth of 20.39%. The FECAM also had a short execution (1.85%), but its application exhibited a prominent increase as opposed to the same period in 2012 (+51.24%), in other words, the low settlement rate was due to the high growth revenue base (+8.95%). Already FEHIS was the index had negative change to the quarter, from 6.13% in 2012 to 5.99% this year, down 0.15 percentage points. However, it is worth noting the growth observed in the base revenue and expenditure settled index: 3.44% and 0.94% respectively.

Finally, in the Box of this second quarter highlights the evolution of spending in the period from 2007 to 2013 conducted by the Agriculture Function ERJ; their funding sources, and details the investment spending, highlighting the program Rio Rural and Roads Production.



Aiming to establish public policies for family farming and agribusiness, with an emphasis on providing opportunities for employment and income to develop the interior of the State of Rio de Janeiro, the function counts in 2013, with an available budget of R\$ 205.04 million. Until May has run 24.4% (R\$ 49.96 million) of the total authorized. During these seven years the resources of the source treasure financed, on average, 82.5% of its expenditure, with the exception of the years 2010 and 2013 that was below average with 67% and 63%.



I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

Domestic and external conditions showed once more high volatility in the period from March to April. From the external point of view, the period recorded the first signs that the ongoing recovery of the U.S. economy could lead to a reversal, albeit gradual, policy on acquisition of assets by the Federal Reserve (quantitative easing). The mood of the markets fluctuated according to the indicators, especially in the labor market, alternated results higher or lower than expectations, affecting capital flows to emerging markets. Moreover, during this period have scrapped fears that cutting mandatory public spending could abort the growth, which, in a way, reinforced the prospect of change in monetary policy. U.S. GDP in the first quarter grew by 2.4%, largely pulled down by reduced government spending on defense. The economy in the Eurozone remained the low level of economic activity trajectory, high unemployment and slow forward reforms that will achieve solutions to structural imbalances in the region. In May, the European Central Bank cut the benchmark interest rate to 0.5% per year. Japan has advanced in its monetary policy to reverse the expansionary super deflationary trend that is: economic activity has given signals of reaction and the Japanese yen depreciated about 12% since the beginning of the year.

The most worrying signs in this period came from China. Ensued indicators of industrial production, foreign trade and retail sales pointed to a lower than expected growth in 2013. The first quarter GDP grew 7.7% on-year, slowing from the last quarter of 2012, when it was 7.9%. Would also be going on there a change in the pattern of growth towards less emphasis on investment and exports and greater weight for household consumption in GDP, which includes the expansion of services. These movements, which comes to add more recent appreciation of the dollar in the international market, have reduced the price of commodities that today make up about 70% of Brazilian exports and have precisely China as one of its main destinations. In April-May, the U.S. dollar price of major commodities exported by Brazil fell by approximately 7% compared to the same period last year.

Internally, widened inflationary pressures that were already at the end of last year, giving rise to signaling by the Central Bank Monetary Policy Committee meeting in March that would increase the interest rate. This just actually took place at the April meeting, when the Selic rate rose from 7.25% to 7.5%. A further increase in the May meeting took the basic interest rate to 8% per year.

Inflation in April and May remained pressed, though slowing down compared to previous months according to the seasonal pattern: in April, the monthly variation of the IPCA was 0.55%, and 0.37% in May. In both cases, the 12-month inflation remained close to the upper limit of 6.5%, the tolerance of the Central Bank's target. The slowing of the increases in food prices contributed to inflation retreated in the period, but the nuclei remained at a high level, around 0.5% per month, or 6% annualized. In view of the accumulated 12 months highlights the contrast between the prices variation (8.1%) and administered prices, with growth of only 1.6%. Services continue to be the component of market prices with greater variation in 12 months: 8.5%.

¹ This analysis uses data available to June 24, 2013.



GDP growth in the first quarter was 0.6% in seasonally adjusted compared with the last quarter of 2012 and 1.9% compared to the same quarter last year. In this comparison, note a continuous acceleration from the second quarter last year. Agriculture was the highlight when comparing seasonally adjusted, an increase of 9.7%. On the demand side, there is an increase in investment of 4.6%. The frustrations come from the behavior of consumption, which grew by only 0.1% over the fourth quarter of 2012, and the next sector, industry, which declined by 0.3%.

Data from IBC-BR, calculated by the Central Bank as a proxy indicator for GDP, showed growth of 1.4% in March-April for the previous two months, after adjusting for seasonality. It is an acceleration in view of the behavior of the two previous two-months, that this increase was 0.6 and 0.5%, respectively. The overall industry grew 0.5% in March-April versus January-February, still negatively influenced by the performance of the mining industry, which fell 1.5%. According to the categories of use, the emphasis remained the capital goods segment, which grew by 3.2%, followed by durable, with an increase of 1.9% and strong recovery from the January-February period. In contrast, the segment of intermediate goods slowed compared to the previous two-months, growing 0.2% in March-April compared to 0.6% in January-February.

Reflecting the poor performance of consumption in GDP, trade data also frustrated expectations of a reaction in retail sales. In restricted concept, bimonthly seasonally adjusted growth was only 0.1%, while the extended retail grew a little more, 0.9%, both higher than the previous two-months (-0.1 and 0.4%, respectively), but still far from rates observed in 2012. Highlights the 2.5% decrease in sales volume supermarket, while "fuels and lubricants" and "textiles, clothing and footwear" both grew up 3%. Sales of utilities increased 1.3%, but have alternating good and bad marking periods, while the segment of construction materials has sustained relatively strong pace: 3% in January-February and 1.7% in March-April.

Two factors appear to contribute to the behavior below the expected retail: strong food inflation (13.5% in 12 months through May), which particularly affects low-income population, and a reduction in the pace of credit expansion. In April last year, the balance of total loans grew at a rate of 18.1% in 12 months, a variation which fell to 16.4% last April. This decrease was slightly more pronounced exactly for individuals, having risen from 18.9% to 16.5%. The pace has been supported by the expansion of directed credit, with an annual growth of 24.7%, while loans with free resources increased 11% year on year in April. The default operations of individuals with free resources slightly decreased compared to April 2012, from 8 to 7.5%, remaining almost stable in corporations, at 3.7%. The involvement of family income to service debt fell slightly from 22.8% in April 2012 to 21.5% last April. In contrast, household debt as a proportion of income in 12 months increased from 42.6% to 44.2%.

In the external sector, the two-month period from March to April showed an increase of imbalances in the balance of payments, the current account deficit to \$ 8.3 billion in the last month, compared to a deficit of \$ 5.4 billion in April 2012. This movement mainly reflects the deterioration in the trade balance, from a surplus of U.S.\$ 0.8 billion to U.S.\$ 1 billion deficit in this period. In the year to April, the current account deficit increased from 2.4% of GDP in 2012 to 4.3% of GDP this year.



In summary, in March-April, the Brazilian economy continued to exhibit low dynamism in terms of growth, despite the good result of the IBC-BR in April, with positive indicators on investment and consumption stabilized. Inflation continued to be a source of concern, to which were added the negative trade balance, due to falling export volumes and acceleration of the quantum of exports. Fiscal policy, in turn, has proved unstable, with federal revenues registering a decline in real terms and the primary surplus of the consolidated public sector backing of 4.3% of GDP in the period January-April 2012 to 2.7% of GDP in the same period of 2013.

The collection of revenues administered by Receita Federal do Brasil amounted to R \$ 355,076 million in the period from January to April 2013. This result represented a nominal increase of 6.2% and real decrease (IPCA) of -0.17% over the same period of 2012. In March 2013, the monthly federal revenue showed a significant decline of -3.3% in nominal terms and -9.3% in real terms (IPCA). In the following month, in April 2013, the revenue recovered, growing 7.2% in nominal terms and 0.69% in real terms (IPCA).

Among the several factors that contributed to this result, we highlight the 48.3% reduction in the payment of the annual adjustment of income tax / social contribution, relative to events in the calendar year 2012, tax cuts, especially payroll, Cide-Fuels, IPI-IOF Cars and Individuals' Credit and performance of key macroeconomic indicators that influence the collection of taxes.

Comparing the first quarter of 2013 with the same period last year, the main real decreases (IPCA) were recorded in the following taxes: Cide-fuels (-99.8%), IPI-Cars (-47.6%) , IPI-Linked (-17.4%), IOF (-15.8%), IRRF-Capital income (-4.5%), IRRF-Wage Income (-3.1%), Social Contribution (-2.3%) and Income Tax (-1.9%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The state industry fell by -0.04% in April from the previous month, in the seasonally adjusted series, after increasing 2.5% in March. Compared to the same period last year, industrial production grew 7.4% in 2013 in Rio de Janeiro, while increased 8.4% in Brazil. This scenario shows some industry recovery in RJ, although still highly volatile, reflecting uncertainty about the macroeconomic domestic and international situation. In 12 months, the fluminense industry accumulates down -0.06% versus -1.1% in Brazil.

In the interannual comparisons, Rio de Janeiro industry increased below the Brazilian over almost the whole year 2012. However, from December last year this situation reversed is mainly due to the recovery in production of automobile industry, specifically the truck segment. In terms of the main aggregates, extractive and manufacturing state industries in the first quarter of the year declined by -4.5% and grew 10.1% respectively over the same period last year.

The analysis of the twelve industrial activities which the sector is disaggregated in RJ reveals that eight of the twelve activities grew over the first quarter of 2012. In these interannual comparisons, the main positive impact occurred in the production of motor vehicles, whose production increased by 48.6% in the period. This performance is explained by the increased production of automobiles and chassis with engines for

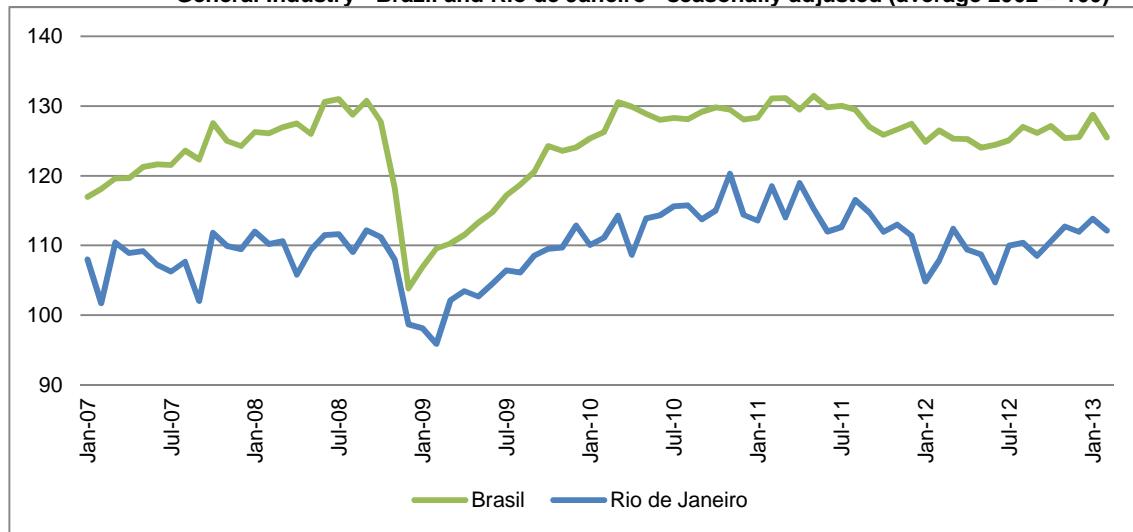


buses and trucks. Two other activities in which there was a marked increase in production were 'Publishing, printing and reproduction of recorded media' and 'Pharmaceuticals'. In the first case, there was a variation of 52.3%, reflecting the increase in the production of CD, but also by the low base of comparison, since in February 2012 there was a decrease of 8.4% of this activity. With less intensity, but also significant, highlight the interannual growth of production in the manufacturing state industry, ranging from 9.7%. On the other hand, the major negative influences came from metallurgy (-19.1%) and mining and quarrying (-8.3%), largely pressed by the items rebar carbon steel and crude oil, respectively.

Figure 1, below, shows the evolution of the industry in Rio de Janeiro and Brazil, after adjusting for seasonality made by IBGE. Note that since the middle of last year industrial production in the state began to grow while maintaining relatively stable level in Brazil. Adjustments to seasonality made by SEFAZ-RJ indicate that the segments noted above as highlights on-year are also those who come pulling manufacturing in the margin, with the possible exception of the pharmaceutical industry, which would have brought down -11.5% compared to the first quarter of 2013 to the latest 2012.

Graph 1

General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)



Source: PIM/IBGE

Oil. Oil production in the state, which was already showing successive declines since the beginning of last year, reached alarming values in March-April. The drop in production in the two-months compared to the same period of 2012 was 10.9%. According to ANP, the production of the first four months of the year (27 million m³) is the lowest recorded since 2005. The backdrop of falling production is compounded by the fall in the price of oil. As signaled in the previous newsletter, the price per barrel that has been showing devaluation since February has stabilized just above \$ 100 in recent months. According to statements of Petrobras, there is an expectation that production will rise again in the second half with the entry into production of new platforms.

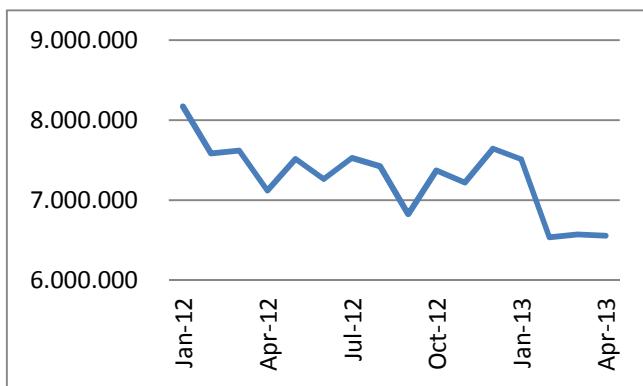


Table 1
General data on Oil Production and average Oil Price

Production and Price	2012	2013	Variation
Oil Production (m³) – January/April	30.491.735	27.173.371	-10,9%
Average Brent (US\$) – January/April	119	110	-7,5%

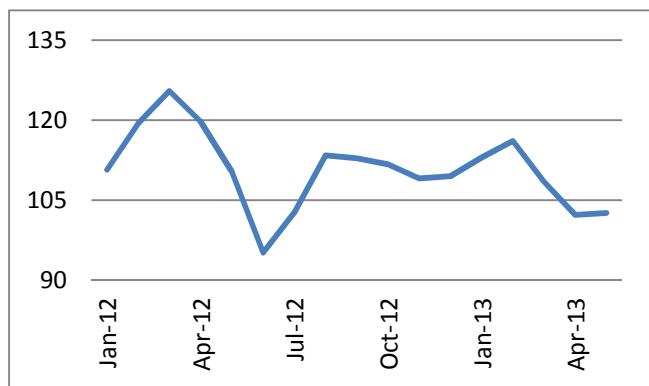
Source: ANP & EIA.

Graph 2
Oil Production - m³



Source: ANP.

Graph 3
Average Oil Price - Brent



Source: EIA.

Commerce. In the second two-months of 2013, the state of Rio de Janeiro reversed unfavorable situation in the volume of sales (in the first two months), compared to the national average in two segments: 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery' and 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces'. Keeping growth in the same six segments of the first two-months, the ERJ totaled eight out of ten segments expanded retail with growth higher than the national average, compared with the same period of the previous year, according to Table 2.

Three segments stood out positively: 'Equipment and office supplies, computer and communication', 'Other articles of personal and domestic use' and 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces'. The first two due to growth (both in the two-month and in YTD) above 30% and 20% (respectively) when compared with the same period last year, and is well above the national. The last stands out not only to reverse the situation to grow faster than the national average in the second two-months, as mentioned, but also to overcome the national growth in YTD: 8.8% (RJ) and 8.5% (BR).

The negative highlight is for the segment 'Furniture and appliances' that, unlike the national average, showed negative growth in sales volume in both the quarter and the accumulated (-3.8% and -7%, respectively) when compared with the same periods last year.

Another segment to be highlighted is 'Textiles, clothing and footwear'. This had a negative change (-3.9%) in the first two-months compared with the same period of the previous year, the ERJ. In March-April, however, recovered and grew (6.4%) enough to make a positive change in YTD (1.6%), both still below the national average.



Table 2
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	BR		RJ	
	Mar-Apr	Jan-Apr	Mar-Apr	Jan-Apr
Fuels and lubricants	5,8	5,0	6,8	8,5
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco.	-0,6	0,0	0,9	1,5
Textiles, clothing and footwear	8,0	5,6	6,4	1,6
Furniture and appliances	4,0	3,3	-3,8	-7,0
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	9,7	9,2	9,8	8,3
Books, newspapers, magazines and stationery	7,0	6,5	7,1	10,3
Equipment and office supplies, computer and communication	1,3	4,0	35,9	34,1
Other articles of personal and domestic use	11,3	10,7	23,2	20,4
Retail Trade	3,1	3,0	5,2	4,3
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	11,1	8,5	12,6	8,8
Building material	7,7	7,8	10,7	12,4
Expanded Retail Trade	6,0	5,1	7,7	6,3

Source: PMC/IBGE.



I.III Labor Market

The economically active population in the metropolitan area of Rio de Janeiro (RMRJ), according to the PME/IBGE, presented slightly higher (0.3%) between January and April 2013 over the same period of 2012. However, this growth is below the national level (1.3%) for the same period. Observing the creation of jobs (people employed during the reference week), the RMRJ showed increases in the year to April (1.4%), compared to the same period in 2012, very close to the observed growth in the country (1.6%). Considering only the second two-months, the growth of jobs in the RMRJ (1.2%) is higher than the national (1.0%).

This job growth greater than the growth of the economically active population is reflected in the fall in the unemployment rate, at RMRJ: in April 2013, the rate was 4.8%, the highest of the year, but still 8 basis points lower to that observed in April of the previous year (5.6%). Nationally, the drop was only 2 basis points, from 6.0% in April 2012 to 5.8% in the same month of 2013.

Evaluating activities, accumulated between January and April 2013, the growth of jobs in RMRJ was generated mainly by hiring in sectors 'Public Administration, defense, social security, education, health and social services' (4.8 %) and 'Other services' (1.9%), each of which represented 20% of total activity. The second grew in the year although with decreased (-1.4%) recorded in the second two-months. The sector 'Financial intermediation and real estate, rental and service to the company', corresponding to 16% of total activities, also contributed to the growth of jobs (1.6%). The sectors that showed shrinkage were 'Other activities' (-18.1%) and 'Domestic Services' (-2.0%). The first decreased in the year despite the increase (7.4%) in the second tow-months. Considering the cumulative 12-month (April), the growth of jobs in the RMRJ and in the country was the same (0.9%). In RMRJ, the highlight positive in 12 months was the sector 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (5.9%).

The position in the main job occupation indicator brings the information that kept the process of formalizing the labor market in RMRJ. The formal jobs increased (3.7%) from January to April 2013 compared to the same period last year. In this same period, jobs unregistered significantly decreased (-5.4%). Considering only the second two-months of 2013, the differences between jobs with and without a formal contract is even more significant (4.3% and -6.6%, respectively) compared with the same period last year.

Treating only the formal jobs, data from the General Register of Employed and Unemployed - CAGED show that between January and April 2013, there were 21,078 net admissions in the state of Rio de Janeiro. Among the economic sectors that net created jobs, highlight the sectors 'services' (17,304) and 'Construction' (13,291). However, these sectors had increased significantly lower when compared with the same period of the previous year: 34,543 and 26,538 net admissions, respectively, and a total balance 58,050 net admissions. The only sector that showed net disconnections, like the previous year, was the 'Trade' with 14,657 net disconnections.

As for the average real income of workers in RMRJ, there was a real increase (6.2%) in the second two-months of 2013 compared with the same two-months of the previous year. This growth is much higher than the national (2.4%) for the same period. Considering the first two marking periods, the actual increase in RMRJ is also higher (5.1% and 2.3%, respectively).



I.IV Inflation

In 2013, the IPCA in the State of Rio de Janeiro registered an increase of 0.27% and 0.59% for the months of March and April, respectively. Regarding Brazil, the indices presented in the same period were 0.47% and 0.55%. For the year, the Rio de Janeiro inflation reached 1.85%, a rate lower than 2.85% for the same period of 2012. The variation in 12 months was 6.29%, up from 6.25% in the same period of 2012, with respect to Brazil, the accumulated in the last 12 months was 6.49%.

It is noteworthy that the State of Rio de Janeiro and Brazil, in March, exceeded the target ceiling established by the Federal Government in the 12 months, which is 6.5%. Reaching, respectively, 6.53% and 6.59%. In Rio de Janeiro is noted that inflation disseminated in various groups for the same period, among which are: 'Food and beverage' with a cumulative index of 12.41% and 'Personal expenses' with 10.36%.

Table 3
Variation of IPCA

Period	RJ		YTD Through February		Last 12 months (February)	
	Jan	Feb	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0,73	0,25	0,98	1,47	6,19	6,31
Foods and Beverages	1,51	0,88	2,40	3,46	10,54	12,48
Housing	0,21	-2,04	-1,83	-2,58	5,56	2,87
Household Articles	2,18	0,06	2,24	1,68	1,53	2,31
Clothing	0,64	-0,82	-0,18	0,02	6,93	5,99
Transport	0,88	0,26	1,14	1,56	1,94	1,69
Health and Personal Care	1,00	0,83	1,84	1,38	7,63	6,35
Personal Expenses	-0,50	0,26	-0,24	2,12	8,96	10,74
Education	0,26	5,20	5,47	5,77	6,62	7,52
Communication	-0,03	0,10	0,07	0,02	-0,43	0,75

Source: IPCA/IBGE.

In April, the group with the largest increases in the IPCA-RJ was 'Health and Personal Care' with 1.4%, and 11.8% weight in the index. This variation was due to the increase of the remedies granted by the Federal Government in that month. Regarding the 'Food and beverage', it was observed an increase of 1.0%, weight of 23.48%. Although still high, this index has decreased the rate of growth due to remarkable grain harvest and also the exemption of PIS/COFINS the basket, promoted by the Federal Government in March. The group 'Clothing' presented 0.93% increase, and weight of 5.05%.

Among the groups with negative variation, the most prominent was the Communication -0.51%, with a weight of 5.58% in the index. This occurred due to falling prices of handsets (-3.5%) and in fixed telephony (-1.3%).



I.V External Sector

In the state of Rio de Janeiro, exports from March to April fell by 32.8% compared to the same two-months last year, due to lower exports of basic products (-56.0%). In this same period, the export of manufactured products increased 26.9% due to increased sales of manufactured goods (38.8%). The reported YTD decline of 39.8%, mainly driven by basic products (-57.5%) and semi (-20%).

Imports in the two-months totaled \$ 3.5 billion, up 12% over the same period last year. In the year, imports grew 29.2%, reflections of the growth in imports of 'Fuels and Lubricants' (54.8%) and 'Capital goods' (39.8%). In this quarter, the trade balance in the state accumulated deficit of \$ 921 million (FOB) in the year (15% of the trade deficit of the country).



I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico².

As condições domésticas e externas voltaram a apresentar elevada volatilidade no período março-abril. Do ponto de vista externo, o período registrou os primeiros sinais de que a recuperação em curso da economia norte-americana poderia levar à reversão, ainda que gradual, da política de aquisição de ativos pelo Federal Reserve (*quantitative easing*). O humor dos mercados flutuou conforme os indicadores, especialmente no mercado de trabalho, alternavam resultados superiores ou inferiores às expectativas, afetando os fluxos de capital para mercados emergentes. Por outro lado, ao longo desse período desfizeram-se os temores de que o corte mandatório de gastos públicos poderia abortar o crescimento, o que, de certa forma, reforçou a perspectiva de mudança da política monetária. O PIB dos EUA no primeiro trimestre cresceu 2,4%, em boa medida puxado para baixo pela redução dos gastos do governo em defesa. A economia da Zona do Euro manteve a trajetória de baixo nível de atividade econômica, desemprego elevado e encaminhamento lento das reformas que permitirão alcançar soluções estruturais para os desequilíbrios da região. Em maio, o Banco Central Europeu reduziu a taxa de juros básica para 0,5% ao ano. O Japão avançou em sua política monetária super expansionista para reverter a trajetória deflacionária em que se encontra: a atividade econômica tem dados sinais de reação e o iene japonês desvalorizou cerca de 12% desde o início do ano.

As sinalizações mais preocupantes nesse período vieram da China. Sucederam-se indicadores de produção industrial, comércio exterior e vendas no varejo que apontavam para um crescimento, em 2013, inferior ao esperado. O PIB do primeiro trimestre cresceu 7,7% na comparação interanual, desacelerando em relação ao último trimestre de 2012, quando havia sido de 7,9%. Estaria também em curso naquele país uma mudança no padrão de crescimento, no sentido de menor destaque ao investimento e às exportações e maior peso para o consumo das famílias no PIB, o que inclui a expansão dos serviços. Esses movimentos, aos quais veio se somar mais recentemente a valorização do dólar no mercado internacional, têm reduzido o preço das commodities que hoje compõem cerca de 70% das exportações brasileiras e que têm precisamente a China como um dos seus principais destinos. No bimestre abril-maio, o preço em dólares das principais commodities exportadas pelo Brasil apresentou queda de aproximadamente 7% em relação a igual período do ano passado.

Internamente, acentuaram-se as pressões inflacionárias que já vinham do final do ano anterior, dando margem à sinalização por parte do Banco Central, na reunião do Copom de março, de que haveria aumento na taxa de juros. Isso acabou de fato ocorrendo na reunião de abril, quando a taxa Selic passou de 7,25% para 7,5%. Um novo aumento na reunião de maio levou o juro básico para 8% ao ano.

A inflação em abril e maio manteve-se pressionada, embora desacelerando em relação aos meses anteriores de acordo com o padrão sazonal: em abril, a variação mensal do IPCA foi de 0,55%, e em maio de 0,37%. Em ambos os casos, a inflação em 12 meses manteve-se próxima ao limite superior, de 6,5%, da margem de tolerância da meta do Banco Central. A desaceleração dos aumentos de preços dos

² Esta análise utiliza dados disponíveis até 24/06/2013.



alimentos contribuiu para que a inflação recuasse no período, mas os núcleos permaneceram em patamar elevado, em torno de 0,5% ao mês, ou 6% anualizados. Na perspectiva do acumulado em 12 meses, destaca-se o contraste entre a variação dos preços livres, de 8,1%, e a dos preços administrados, com crescimento de apenas 1,6%. Os serviços continuam sendo o componente dos preços livres com maior variação em 12 meses: 8,5%.

O crescimento do PIB no primeiro trimestre foi de 0,6% na comparação dessazonalizada com o último trimestre de 2012, e de 1,9% na comparação com igual trimestre do ano anterior. Nessa comparação, nota-se uma aceleração contínua desde o segundo trimestre do ano passado. A agropecuária foi o destaque na comparação dessazonalizada, com aumento de 9,7%. Pelo lado da demanda, destaca-se o aumento do investimento, de 4,6%. As frustrações vieram do comportamento do consumo, que cresceu apenas 0,1% em relação ao quarto trimestre de 2012, e, pelo lado setorial, da indústria, que registrou queda de 0,3%.

Os dados do IBC-BR, calculado pelo Banco Central como indicador proxy para o PIB, mostraram crescimento de 1,4% em março-abril relativamente ao bimestre anterior, após ajuste para a sazonalidade. Trata-se de uma aceleração frente ao comportamento dos dois bimestres anteriores, em que este crescimento havia sido de 0,6 e 0,5%, respectivamente. A indústria geral cresceu 0,5% em março-abril ante janeiro-fevereiro, ainda influenciada negativamente pelo desempenho da indústria extrativa, que caiu 1,5%. Segundo as categorias de uso, o destaque continuou sendo o segmento de bens de capital, que cresceu 3,2%, seguido pelos duráveis, com aumento de 1,9% e em forte recuperação relativamente ao bimestre janeiro-fevereiro. Em sentido contrário, o segmento de bens intermediários desacelerou em relação ao bimestre anterior, crescendo 0,2% em março-abril ante 0,6% em janeiro-fevereiro.

Refletindo o fraco desempenho do consumo no PIB, os dados do comércio também frustraram expectativas de uma reação das vendas no varejo. No conceito restrito, o crescimento bimestral dessazonalizado foi de apenas 0,1%, enquanto o varejo ampliado cresceu um pouco mais, 0,9%, ambos maiores que no bimestre anterior (-0,1 e 0,4%, respectivamente), porém ainda distante das taxas observadas em 2012. Destaca-se a queda de 2,5% no volume das vendas de supermercados, enquanto “combustíveis e lubrificantes” e “tecidos, vestuário e calçados” cresceram ambos acima de 3%. As vendas de concessionárias cresceram 1,3%, mas vêm alternando bons e maus bimestres, ao passo que o segmento de materiais de construção tem sustentado ritmo relativamente forte: 3% em janeiro-fevereiro e 1,7% em março-abril.

Dois fatores parecem contribuir para o comportamento abaixo do esperado no varejo: a forte inflação dos alimentos (13,5% em 12 meses, até maio), que afeta particularmente a população de baixa renda, e uma redução no ritmo de expansão do crédito. Em abril do ano passado, o saldo de crédito total crescia à taxa de 18,1% em 12 meses, variação que caiu para 16,4% em abril último. Essa redução foi um pouco mais acentuada exatamente para as pessoas físicas, tendo passado de 18,9% para 16,5%. O ritmo tem sido sustentado pela expansão do crédito direcionado, com expansão anual de 24,7%, enquanto o crédito com recursos livres aumentava 11% em termos anuais em abril. A inadimplência nas operações de pessoas físicas com recursos livres recuou ligeiramente em relação a abril de 2012, de 8 para 7,5%, mantendo-se praticamente estável nas pessoas jurídicas, em 3,7%. O comprometimento da renda familiar com o serviço



da dívida caiu ligeiramente, de 22,8% em abril de 2012 para 21,5% em abril último. Em contrapartida, o endividamento das famílias como proporção da renda em 12 meses aumentou, de 42,6% para 44,2%.

No setor externo, o bimestre março-abril revelou um aumento dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, com o déficit em transações correntes alcançando US\$ 8,3 bilhões neste último mês, ante um déficit de US\$ 5,4 bilhões em abril de 2012. Esse movimento reflete principalmente a deterioração do saldo da balança comercial, que passou de superávit de US\$ 0,8 bilhão para déficit US\$ 1 bilhão no período. No acumulado no ano até abril, o déficit em transações correntes passou de 2,4% do PIB em 2012 para 4,3% do PIB neste ano.

Em resumo, em março-abril, a economia brasileira continuou a exibir baixo dinamismo em termos de crescimento, apesar do bom resultado do IBC-BR em abril, com indicadores positivos sobre o investimento e consumo estabilizado. A inflação continuou a ser fonte de preocupação, à qual se somaram os resultados negativos na balança comercial, decorrentes de queda dos volumes exportados e aceleração do quantum de exportações. A política fiscal, por seu turno, tem se revelado instável, com a arrecadação federal registrando queda em termos reais e o superávit primário do setor público consolidado recuando de 4,3% do PIB no período janeiro-abril de 2012 para 2,7% do PIB em igual período de 2013.

A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil atingiu o valor de R\$ 355.076 milhões no período acumulado de janeiro a abril de 2013. Esse resultado representou um aumento nominal de 6,2% e decréscimo real (IPCA) de -0,17% em relação ao mesmo período de 2012. Em março de 2013, a arrecadação federal mensal apresentou uma queda significativa de -3,3%, em termos nominais e de -9,3% em termos reais (IPCA). Já no mês seguinte, abril de 2013, a arrecadação se recuperou, crescendo 7,2% em termos nominais e 0,69% em termos reais (IPCA).

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado, destacam-se a redução de 48,3% no pagamento do ajuste anual do IRPJ/CSLL, relativo a fatos geradores do ano calendário de 2012, desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, Cide-Combustíveis, IPI-Automóveis e IOF Crédito Pessoa Física e desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos.

Comparando-se o primeiro quadrimestre de 2013 com o mesmo período do ano anterior, as principais quedas reais (IPCA) foram registradas nos seguintes tributos: Cide-Combustíveis (-99,8%), IPI-Automóveis (-47,6%), IPI-Vinculado (-17,4%), IOF (-15,8%), IRRF-Rendimentos de Capital (-4,5%), IRRF-Rendimentos do Trabalho (-3,1%), CSLL (-2,3%) e IRPJ (-1,9%)³.

³ Dados da RFB.



I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. A indústria fluminense apresentou queda de -0,04% em abril em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal, após ter avançado 2,5% em março. Em relação ao mesmo período do ano anterior, a produção industrial no ano cresceu 7,4% no Rio de Janeiro frente 8,4% em nível Brasil. Esse quadro mostra certa recuperação da indústria no RJ, embora ainda com forte volatilidade, refletindo incertezas quanto ao quadro macroeconômico doméstico e à situação internacional. No acumulado em 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de -0,06%, contra -1,1% em nível Brasil.

Nas comparações interanuais, a indústria fluminense cresceu abaixo da brasileira ao longo de quase todo ano de 2012. Contudo, a partir de dezembro do ano passado esse quadro reverteu-se, principalmente devido à recuperação da produção da indústria automobilística, especificamente o segmento de caminhões. Em termos dos principais agregados, as indústrias extrativa e de transformação fluminenses no primeiro quadrimestre do ano apresentaram queda de -4,5% e crescimento de 10,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

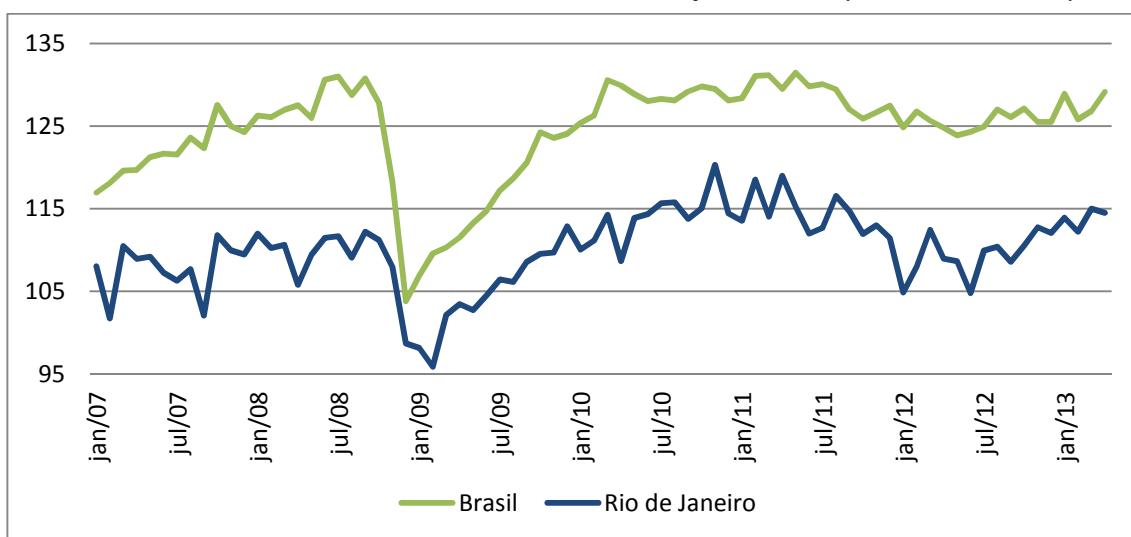
A análise das doze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela que oito das doze atividades apresentaram crescimento em relação ao primeiro quadrimestre de 2012. Nessas comparações interanuais, o principal impacto positivo ocorreu na produção de veículos automotores, cuja produção teve um aumento de 48,6% no período. Esse desempenho é explicado pela maior fabricação de automóveis e de chassis com motor para ônibus e caminhões. Duas outras atividades em que ocorreu forte aumento de produção foram ‘Edição, impressão e reprodução de gravações’ e ‘Farmacêutica’. No caso da primeira, houve variação de 52,3%, refletindo o aumento na produção de CD, mas também pela baixa base de comparação, uma vez que em fevereiro de 2012 houve recuo de 8,4% dessa atividade. Com menor intensidade, mas também significativo, destaca-se o crescimento interanual da produção da indústria de transformação no estado, com variação de 9,7%. Por outro lado, as influências negativas mais importantes vieram de metalurgia básica (-19,1%) e indústrias extractivas (-8,3%), pressionadas, em grande medida, pelos itens vergalhões de aço ao carbono e óleos brutos de petróleo, respectivamente.

O Gráfico 1, a seguir, mostra a evolução da indústria no Rio de Janeiro e para o Brasil, após ajuste para sazonalidade feito pelo IBGE. Nota-se que a partir de meados do ano passado a produção industrial no estado passou a crescer enquanto mantinha-se relativamente estável em nível Brasil. Dessa forma, as desazonalizações próprias da SEFAZ-RJ indicam que os segmentos acima apontados como destaques na comparação interanual são também aqueles que vêm puxando a produção industrial na margem, com a possível exceção da indústria farmacêutica, que teria apresentado queda -11,5% na comparação do primeiro trimestre de 2013 com o último de 2012.



Gráfico 1

Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

Petróleo. A produção de petróleo do estado, que já vinha apresentando sucessivas quedas desde o início do ano passado, atingiu valores preocupantes no 2º bimestre deste ano. A queda de produção do bimestre em relação ao mesmo período de 2012 foi de 10,9%. Segundo os dados da ANP, a produção dos quatro primeiros meses do ano (27 milhões de m³) é a menor registrada desde 2005. O cenário de queda da produção é agravado pela queda do preço do barril de petróleo. Conforme sinalizado no boletim anterior, o preço do barril vem apresentando desvalorização desde fevereiro tendo se estabilizado pouco acima de US\$ 100 nesses últimos meses. Segundo declarações da Petrobrás, há a expectativa de que a produção volte a subir no segundo semestre com a entrada em produção de novas plataformas.

Tabela 1

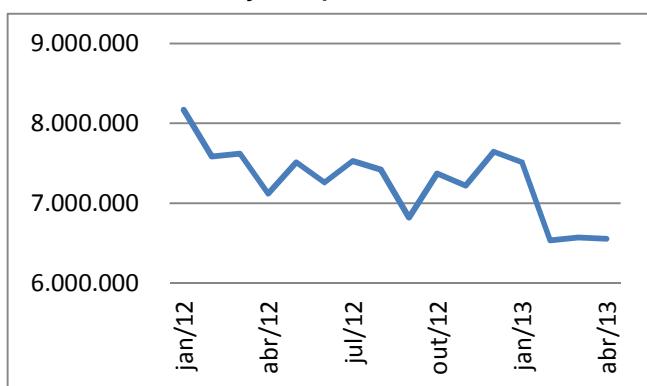
Dados gerais sobre a produção de petróleo

Discriminação	2012	2013	Variação
Produção Óleo (m ³) – janeiro/abril	30.491.735	27.173.371	-10,9%
Brent médio (US\$) – março/abril	119	110	-7,5%

Fonte: ANP e EIA



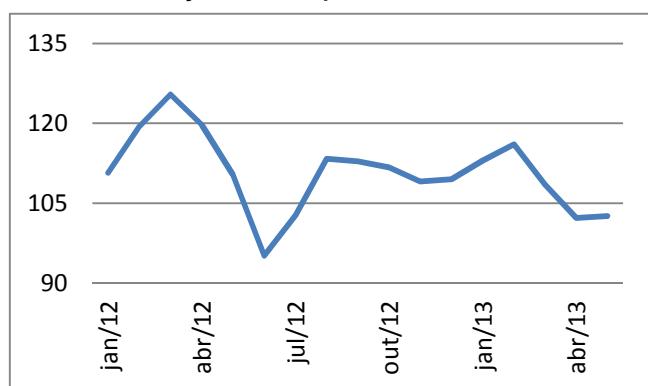
Gráfico 2

Produção de petróleo - m³

Fonte: ANP.

Gráfico 3

Preço médio do petróleo – Brent



Fonte: EIA.

Comércio. No segundo bimestre de 2013, o estado do Rio de Janeiro reverteu situação desfavorável no volume de vendas (no primeiro bimestre), em relação à média nacional, em dois segmentos: ‘Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos’ e ‘Veículos, motocicletas, partes e peças’. Mantendo crescimento superior nos mesmos seis segmentos do primeiro bimestre, o ERJ somou oito de dez segmentos do comércio varejista ampliado com crescimento superior à média nacional, quando comparado com igual bimestre do ano anterior, conforme a Tabela 2.

Três segmentos se destacaram positivamente: ‘Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação’, ‘Outros artigos de uso pessoal e doméstico’ e ‘Veículos, motocicletas, partes e peças’. Os dois primeiros por apresentarem crescimento (tanto no bimestre quanto no acumulado no ano) acima de 30% e 20% (respectivamente), quando comparados com o mesmo período do ano anterior, além de ser bastante superior ao nacional. Já o último se destaca não só por reverter situação ao crescer mais que a média nacional no segundo bimestre, como mencionado, como também por superar o crescimento nacional no acumulado no ano: 8,8% (RJ) e 8,5% (BR).

O destaque negativo fica por conta do segmento ‘Móveis e eletrodomésticos’ que, ao contrário da média nacional, apresentou variação negativa no volume de vendas tanto no bimestre quanto no acumulado (-3,8% e -7%, respectivamente), quando comparados com os mesmos períodos do ano anterior.

Outro segmento a ser destacado é o de ‘Tecidos, vestuário e calçados’. Este apresentou variação negativa (-3,9%) no primeiro bimestre quando comparado com o mesmo bimestre do ano anterior, no ERJ. No segundo bimestre, no entanto, recuperou-se e apresentou crescimento (6,4%) suficiente para tornar positiva a variação no acumulado no ano (1,6%), ambos ainda inferiores à média nacional.



Tabela 2
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	BR		RJ	
	Mar-Abr	Jan-Abr	Mar-Abr	Jan-Abr
Combustíveis e lubrificantes	5,8	5,0	6,8	8,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,6	0,0	0,9	1,5
Tecidos, vestuário e calçados	8,0	5,6	6,4	1,6
Móveis e eletrodomésticos	4,0	3,3	-3,8	-7,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,7	9,2	9,8	8,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,0	6,5	7,1	10,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1,3	4,0	35,9	34,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	11,3	10,7	23,2	20,4
Comércio varejista	3,1	3,0	5,2	4,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	11,1	8,5	12,6	8,8
Material de construção	7,7	7,8	10,7	12,4
Comércio varejista ampliado	6,0	5,1	7,7	6,3

Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), de acordo com a PME/IBGE, apresentou, entre janeiro e abril de 2013, nível ligeiramente superior (0,3%) em relação ao mesmo período de 2012. No entanto, este crescimento é inferior ao nível nacional (1,3%) para o mesmo período. Observando a criação de empregos (pessoas ocupadas na semana de referência), a RMRJ apresentou no acumulado até abril aumento (1,4%) nos postos de trabalho, em relação ao mesmo período de 2012, muito próximo do crescimento observado no país (1,6%). Considerando apenas o segundo bimestre, o crescimento dos postos de trabalho na RMRJ (1,2%) é superior ao nacional (1,0%).

Este crescimento da ocupação superior ao crescimento da população economicamente ativa se traduz na queda da taxa de desocupação; na RMRJ: em abril de 2013, a taxa ficou em 4,8%, a mais alta do ano, mas ainda assim 8 pontos base inferior à observada em abril do ano anterior (5,6%). Em nível nacional, a queda foi de apenas 2 pontos base, de 6,0% em abril de 2012 para 5,8% no mesmo mês de 2013.

Avaliando as atividades, no acumulado entre janeiro e abril de 2013, o crescimento dos postos de trabalho na RMRJ foi gerado, principalmente, por contratações nos setores ‘Administração Pública, defesa, segurança social, educação, saúde e serviços sociais’ (4,8%) e ‘Outros serviços’ (1,9%), cada um com representatividade de 20% no total de atividades. O segundo apresentou crescimento no ano mesmo com redução (-1,4%) verificada no segundo bimestre. O setor ‘Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa’, correspondente a 16% do total de atividades, também contribuiu para o crescimento dos postos de trabalho (1,6%). Os setores que apresentaram retração foram ‘Outras atividades’ (-18,1%) e ‘Serviços domésticos’ (-2,0%). O primeiro apresentou redução no ano mesmo com crescimento (7,4%) no segundo bimestre. Considerando o acumulado em 12 meses (em abril), o crescimento dos postos de trabalho na RMRJ e no país foi o mesmo (0,9%). Na



RMRJ, o destaque positivo no acumulado em 12 meses foi o setor ‘Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais’ (5,9%).

O indicador de posição na ocupação no trabalho principal traz a informação que se manteve o processo de formalização no mercado de trabalho na RMRJ. Os empregos com carteira assinada cresceram (3,7%) entre janeiro em abril de 2013 frente ao mesmo período do ano anterior. Neste mesmo período, os empregos sem carteira assinada tiveram redução significativa (-5,4%). Considerando apenas o segundo bimestre de 2013, as diferenças entre os empregos com e sem carteira assinada são ainda mais significativas (4,3% e -6,6%, respectivamente) quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram que, entre janeiro e abril de 2013, houve 21.078 admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro. Dos setores econômicos que criaram postos líquidos, destacam-se os setores ‘Serviços’ (17.304) e ‘Construção Civil’ (13.291). No entanto, estes setores apresentaram aumento bastante inferior quando comparados com o mesmo período do ano anterior: 34.543 e 26.538 admissões líquidas, respectivamente, e um saldo total de 58.050 admissões líquidas. O único setor que apresentou desligamentos líquidos, tal qual no ano anterior, foi o de ‘Comércio’, com 14.657 desligamentos líquidos.

Quanto ao rendimento médio real dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real (6,2%) no segundo bimestre de 2013, quando comparado com o mesmo bimestre do ano anterior. Este crescimento é bem superior ao nacional (2,4%) para o mesmo período. Considerando os dois primeiros bimestres, o aumento real na RMRJ também é superior (5,1% e 2,3%, respectivamente).

I.IV Inflação

Em 2013, o IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 0,27% e 0,59% para os meses de março e abril, respectivamente. Em relação ao Brasil, este apresentou no mesmo período índices de 0,47% e 0,55%. No acumulado do ano, o Rio de Janeiro alcançou 1,85%, índice inferior aos 2,85% relativos ao mesmo período de 2012. A variação em 12 meses foi de 6,29%, acima dos 6,25% registrados no mesmo período de 2012, no que tange ao Brasil, o acumulado, nos últimos 12 meses, foi de 6,49%.

Vale ressaltar, que o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil, no mês de março, ultrapassaram o teto da meta, estabelecido pelo Governo Federal, no acumulado em 12 meses, que é de 6,50%. Atingindo, respectivamente, 6,53% e 6,59%. No Rio de Janeiro nota-se a inflação disseminada em vários grupos para o mesmo período, entre os quais se destacam: Alimentação e bebidas com um índice acumulado de 12,41% e Despesas pessoais com 10,36%.



Tabela 3
Variação do IPCA sem ajuste sazonal

Período	RJ		Acumulado 2013		Acumulado 12 meses	
	Mar	Abr	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,27	0,59	1,85	2,5	6,29	6,49
Alimentação e bebidas	1,97	1,02	5,48	5,65	13,50	13,99
Habitação	-0,15	0,72	-1,27	-1,48	4,60	2,71
Artigos de Residência	-0,19	-0,42	1,61	2,44	2,18	4,31
Vestuário	-0,38	0,93	0,36	0,82	6,86	6,45
Transportes	-0,83	0,22	0,53	1,29	1,16	1,14
Saúde e Cuidados Pessoais	0,15	1,38	3,40	3,01	8,15	6,62
Despesas Pessoais	-0,22	0,19	-0,27	3,29	6,15	8,97
Educação	0,20	0,12	5,81	6,47	6,65	7,61
Comunicação	0,28	-0,51	-0,16	-0,18	-0,95	0,45

Fonte: IPCA/IBGE.

Em abril, o grupo que apresentou o maior aumento no IPCA-RJ foi ‘Saúde e Cuidados Pessoais’ com 1,4%, e peso de 11,8% no índice. Esta variação ocorreu em virtude do aumento dos remédios concedido pelo Governo Federal no referido mês. Em relação à ‘Alimentação e Bebidas’ pôde-se observar um aumento de 1,0%, peso de 23,48%. Apesar de ainda elevado, este índice vem diminuindo o ritmo de crescimento devido à safra recorde de grãos e, também, a desoneração de PIS/COFINS da cesta básica, promovida pelo Governo Federal em março. Já o grupo Vestuário apresentou 0,93% de aumento, e peso de 5,05%.

Entre os grupos com variação negativa, o de maior destaque foi a Comunicação -0,51%, com peso de 5,58% na composição do índice. Isto ocorreu devido à queda nos preços dos aparelhos telefônicos -3,5% e no serviço de telefonia fixa -1,3%.

I.V Setor Externo

No Estado do Rio de Janeiro, as exportações de março-abril registraram redução de 32,8% em comparação com o mesmo bimestre do ano passado, em razão da queda das exportações de produtos básicos (-56,0%). Neste mesmo período, a exportação de produtos industrializados cresceu 26,9%, devido ao aumento das vendas de produtos manufaturados (38,8%). O acumulado do ano registrou declínio de 39,8%, puxado principalmente pelos produtos básicos (-57,5%) e semimanufaturados (-20%).

Já as importações do bimestre alcançaram US\$ 3,5 bilhões, crescimento de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado no ano, as importações cresceram 29,2%, reflexos do crescimento das importações de ‘Combustíveis e Lubrificantes’ (54,8%) e ‘Bens de capital’ (39,8%). Neste quadrimestre, a balança comercial no estado acumula déficit de US\$ 921 milhões (FOB) no ano (15% do déficit na balança comercial do país).



II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 10.525,56 milhões / 105,5% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 22.904,51 / 104,9% da meta realizada.

Tabela 4 - Metas de Receita (em R\$ milhões)

(art 13º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2013	RECEITA REALIZADA (MAR - ABR) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2013	R\$ milhões
						% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	8.853,66	9.386,69	106,0%	19.732,82	21.118,76	107,0%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	1.122,57	1.138,87	101,5%	2.093,11	1.785,75	85,3%
TOTAL	9.976,23	10.525,56	105,5%	21.825,93	22.904,51	104,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Nota: (1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

Extração: 21-05-2013

Conforme apresentado acima, a Receita Total Realizada nos meses de março e abril superou a meta traçada para o período em 5,5%. No acumulado, o desempenho foi similar, sendo realizados 104,9% da meta pretendida.

O resultado positivo, no bimestre, foi devido tanto pelas Receitas Correntes quanto pelas Receitas de Capital, mas, principalmente, pelas primeiras que atingiram R\$ 9.386,69 milhões excedendo assim, a meta em R\$ 533,03 milhões.

Já no acumulado, o cumprimento da meta deveu-se às Receitas Correntes que atingiram 107% da meta definida, uma vez que as Receitas de Capital ficaram abaixo do previsto para o período (85,3% da meta cumprida, R\$ 1.785,75 milhões).

As Receitas Correntes superaram a meta em 7,0% no acumulado do ano graças ao bom desempenho das Receitas Tributárias.



- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 9.386,69 milhões / 106% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 21.118,76 milhões / 107% da meta realizada.

Tabela 5 - Metas de Receitas Correntes (em R\$ milhões)

(art 13º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2013	RECEITA REALIZADA (MAR - ABR) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2013	R\$ milhões
						% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	8.853,66	9.386,69	106,0%	19.732,82	21.118,76	107,0%
TRIBUTÁRIA	6.230,25	6.421,06	103,1%	13.168,28	13.702,81	104,1%
CONTRIBUIÇÕES	214,03	218,77	102,2%	427,18	490,23	114,8%
PATRIMONIAL	568,85	598,13	105,1%	2.342,89	2.649,87	113,1%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,01	14,4%	0,17	0,03	17,5%
INDUSTRIAL	18,04	0,10	0,5%	36,07	0,13	0,4%
SERVIÇOS	89,11	97,07	108,9%	172,85	201,73	116,7%
TRANSF. CORRENTES	961,71	988,91	102,8%	2.019,46	2.018,84	100,0%
OUTRAS	266,40	442,33	166,0%	557,53	825,29	148,0%
INTRA ORÇAMENTÁRIA	505,19	620,32	122,8%	1.008,38	1.229,84	122,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Nota: (1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

Extração: 21-05-2013

As Receitas Correntes tiveram um bom desempenho no bimestre e no acumulado superando a meta em 6,0% (+ R\$ 533,03 milhões) no primeiro caso, e em 7,0% (+ R\$ 1.385,94 milhões) no segundo. Dentre todas as receitas, as que mais se destacaram, no bimestre e no acumulado, em valores absolutos, foram as Receitas Tributárias, Receitas Patrimoniais e as Outras Receitas Correntes.

As Receitas Tributárias, principal fonte de recurso do Estado, excederam a meta em 3,1% no bimestre (+ R\$ 190,81 milhões). Este resultado se deve a boa arrecadação do ICMS (R\$ 4.774,45 milhões, do IPVA (R\$ 405,077 milhões) e das taxas de serviço de trânsito (R\$ 108,27 milhões). No acumulado, o ICMS também é o destaque da arrecadação estadual, com mais de R\$ 9.000,00 milhões arrecadados até o mês de maio, seguido pelo IPVA com R\$ 1.413,84 milhões. Dentre as taxas, as que mais se destacaram no acumulado foram as Taxas de Trânsito, tanto as Taxas de Controle e Fiscalização do trânsito, com R\$ 232,04 milhões como as Taxas de Serviço de Trânsito (R\$ 254,80 milhões).

A meta estipulada para o período foi superada, principalmente, pelo bom desempenho das Receitas Correntes (+R\$ 1.385,94 milhões acima do projetado para os quatro primeiros meses do ano).



As Receitas Patrimoniais alcançaram R\$ 2.649,87 milhões no acumulado, ficando 13,1% acima da meta prevista. No bimestre, da mesma forma que no acumulado, as Receitas Patrimoniais excederam a meta em 5,1% (R\$ 29,28 milhões) devido ao bom desempenho de Royalties e Participações Especiais no período.

As Outras Receitas Correntes também surpreenderam e superaram a meta traçada para o período em 66,0% no bimestre e 48,0% no acumulado, como consequência direta do desempenho da arrecadação das receitas de Multas e Juros e da Dívida Ativa com o programa REFIS.

O desempenho das Receitas Correntes será apresentado com maiores detalhes mais a diante na Seção IV.I.



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 1.138,87 milhões / 101,5% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 1.785,75 milhões / 85,3% da meta realizada.

Tabela 6 - Metas de Receita de Capital (em R\$ milhões)

(art 13º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAR - ABR) 2013	RECEITA REALIZADA (MAR - ABR) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2013	R\$ milhões
						% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL₍₁₎	1.122,57	1.138,87	101,5%	2.093,11	1.785,75	85,3%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	946,59	73,82	7,8%	1.614,51	693,44	43,0%
ALIENAÇÃO DE BENS	6,77	1.004,58	14.833,2%	70,56	1.004,58	1.423,7%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	36,15	2,57	7,1%	72,89	2,57	3,5%
TRANSF. CAPITAL	125,64	36,60	29,1%	324,70	48,92	15,1%
OUTRAS	0,17	0,00	-	0,36	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	7,24	21,29	293,9%	10,09	36,24	359,3%
TOTAL	9.976,23	10.525,56	105,5%	21.825,93	22.904,51	104,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Nota: (1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

Extração: 21-05-2013

No segundo bimestre de 2013, as Receitas de Capital obtiveram um valor levemente acima da meta estimada para o período: 101,5% (R\$ 1.138,87 milhões). Este resultado só foi possível devido ao aumento nas Receitas de Alienações de Bens, já que todas as outras Receitas de Capital, à exceção das Receitas Intraorçamentárias, ficaram abaixo do estipulado.

As Receitas de Alienações de Bens superaram a meta em mais de 14.000%, uma vez que em abril houve o ingresso financeiro da receita proveniente da venda de recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de um bilhão de reais.

No acumulado, as Receitas de Capital não atingiram a meta fixada. A frustração das Receitas de Capital foi decorrente, principalmente, das Receitas de Operações de Crédito, que atingiram apenas 43% da meta e das Receitas de Transferências de Capital com 15,1% da meta fixada.

Mais informações sobre as Receitas de Capital na seção IV.II do boletim.



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada:

- Despesa Total Realizada: R\$19.515 milhões / 97,9%⁴

Nos termos do artigo 8º da LRF, a Resolução SEFAZ nº 587/2013, publicada no mês de Fevereiro, divulgou o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício. Considerando o bom cenário econômico vivido pelo Estado com a contínua superação da meta arrecadatória traçada para os períodos, numa atitude pouco conservadora, o orçamento inicial foi ampliado em 5,5% (+R\$ 3.999,85 milhões), estando contingenciado apenas 4,37% (R\$ 3.351,94 milhões), demonstrando, assim, a importante redução de 0,6 pontos percentuais em relação ao contingenciamento feito no início do exercício.

Com uma meta de execução de R\$ 19.932 milhões o ERJ apresentou uma despesa total de R\$ 19,515 milhões (97,9%).

Cabe destacar que ao longo do exercício financeiro, a capacidade arrecadatória do Estado, fundamentado na tendência do exercício, orientará a liberação gradativa das dotações antes indisponíveis por contingenciamento ou para a incorporação de excesso de arrecadação, caso se configure, o que afetará sobremaneira o cronograma inicial.

Tabela 7

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO 2º BIM. 2013**	DESP. ORÇAM. REALIZADA 2º BIM. 2013	RP 2012 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA 2º BIM. 2013	Em R\$ milhões
					% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	5.263	4.846	764	5.609	106,6%
OUTRAS DESP. CORRENTES	11.688	10.247	916	11.163	95,5%
INVEST /INVERSÕES	1.093	506	364	870	79,6%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	1.888	1.873		1.873	99,2%
TOTAL	19.932	17.471	2.044	19.515	97,9%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2012.

No bimestre, conforme Tabela 7, a meta de execução foi estimada em R\$ 19,93 bilhões, dos quais 26,4% se referem a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e 58,64% a Outras Despesas Correntes.

⁴ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta.



No valor indicado estão incluídos os pagamentos de parte do valor total de RP 2012 (R\$ 2.610,27 milhões), os quais foram parcelados em até 7 (sete) meses.

A despesa paga no bimestre está próxima à estimada no cronograma, 97,9%, com uma ligeira diferença a menor de R\$ 417 milhões. Foram pagos 78,3% do montante de RP 2012, R\$ 2.044 milhões, responsáveis por 10,47% da meta realizada no bimestre.

Na análise por grupo de despesa, o cumprimento da meta foi fortemente induzido pela execução em Pessoal e Encargos Sociais do Estado (+6,6%, ou seja, +R\$ 346 milhões). Cabe salientar as principais funções que cooperaram para a superação da meta planejada: Educação com uma despesa paga de R\$ 1.001,70 milhões (20,7% do total do grupo) e Segurança Pública com R\$ 1.467,49 milhões realizados até o período (30,3% do total apurado no grupo).

No tocante aos Investimentos e Inversões, observa-se que o montante pago em RP foi considerável em relação à despesa realizada até o bimestre: participação de 42% na despesa total do grupo. Vale destacar, na função Desporto e Lazer, as obras executadas na Reforma do Complexo do Maracanã (execução de R\$ 155,1 milhões), e na função Urbanismo, a implantação do Arco Metropolitano (R\$ 25,9 milhões); a implantação de projetos de infraestrutura (R\$ 39,3 milhões) e a recuperação da Região Serrana (R\$ 14,4 milhões).

As Outras Despesas Correntes, apesar da pequena variação constatada em relação à meta traçada inicialmente (-4,5%, -R\$ 525 milhões), responderam por 57,2% do total apurado até o bimestre. Ressalta-se ainda que estão aqui inclusos os gastos com a folha de inativos e pensionistas até o bimestre (R\$ 3,39 bilhões) e as vinculações constitucionais, despesas não discricionárias diretamente relacionadas às receitas arrecadadas (R\$ 3,47 bilhões), que somadas responderam por 67,0% do total apurado até o segundo bimestre do exercício.

Por fim, as despesas apuradas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações), até o bimestre, apresentaram uma realização ligeiramente inferior à meta traçada (99,2% = -R\$ 15 milhões). Sua execução considera as condições contratuais pactuadas e a média móvel da Receita Líquida Real dos últimos 12 meses.



As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.



III. Resultados Fiscais⁵

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$ 203,53 milhões / + 126,4%

Acumulado: R\$ 2.642,99 milhões / + 904,3%

Tabela 8 - Resultado Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %	R\$ milhões
	2012	2013		2012	2013		
I. RECEITA TOTAL (A)	8.736,51	10.525,56	20,5%	18.507,41	22.904,51	23,8%	
I.1 RECEITA CORRENTE	8.143,32	8.766,38	7,7%	17.367,79	19.888,92	14,5%	
I.1.1 Tributária	6.001,28	6.421,06	7,0%	11.856,12	13.702,81	15,6%	
I.1.2 Patrimonial	739,01	598,13	-19,1%	2.745,82	2.649,87	-3,5%	
I.1.3 Transferências	887,15	988,91	11,5%	1.828,27	2.018,84	10,4%	
I.1.4 Demais Correntes	515,88	758,27	47,0%	937,58	1.517,40	61,8%	
I.2 RECEITA DE CAPITAL	241,45	1.117,57	362,9%	391,45	1.749,50	346,9%	
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	351,74	641,61	82,4%	748,16	1.266,09	69,2%	
II. DESPESA TOTAL (B)	9.508,90	10.322,03	8,6%	18.836,01	20.261,51	7,6%	
II.1 DESPESA CORRENTE	8.294,69	8.546,03	3,0%	16.745,75	17.355,63	3,6%	
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.094,95	4.806,51	17,4%	7.980,12	9.286,86	16,4%	
II.1.2 Demais Correntes	3.757,02	3.277,35	-12,8%	7.916,29	7.172,02	-9,4%	
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	442,71	462,17	4,4%	849,33	896,74	5,6%	
II.2 DESPESA DE CAPITAL	780,06	998,15	28,0%	1.357,83	1.565,16	15,3%	
II.2.1 Invest.	307,71	380,33	23,6%	565,42	545,54	-3,5%	
II.2.1.1 Obras e Instalações	173,85	241,09	38,7%	246,01	324,57	31,9%	
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	5,13	11,56	125,3%	5,27	16,22	207,9%	
II.2.1.3 Demais Investimentos	128,73	127,68	-0,8%	314,14	204,75	-34,8%	
II.2.2 Inv. Financ.	71,38	39,97	-44,0%	77,74	43,09	-44,6%	
II.2.3 Amort. Dívida	400,97	577,85	44,1%	714,67	976,53	36,6%	
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	434,15	777,85	79,2%	732,43	1.340,72	83,1%	
RES. ORÇAM. (A-B)	-772,39	203,53	126,4%	-328,60	2.642,99	904,3%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Extração: 21-05-2013

O Resultado Orçamentário, proveniente do Balanço Orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

Tanto no bimestre como no acumulado, o Resultado Orçamentário foi superavitário. No bimestre, as Receitas Orçamentárias Totais excederam as Despesas Orçamentárias Totais em R\$ 203,53 milhões, uma variação de 126,4% frente ao mesmo período de 2012.

O Resultado Orçamentário até abril foi positivo (+R\$ 2.642,99 milhões) devido ao bom desempenho das Receitas Tributárias e Receitas de Alienações de Bens.

⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº2/2010.



Já no acumulado, o Superávit Orçamentário total foi de R\$ 2.642,99 milhões, com uma variação de 904,3% frente ao acumulado de 2012.

O Superávit Orçamentário do bimestre pode ser explicado tanto pelo Superávit Corrente, como pelo Superávit de Capital. No primeiro caso, as Receitas Correntes superaram as Despesas Correntes em R\$ 220,35 milhões, com destaque para as Receitas Tributárias, Receitas de Transferências Correntes, Receitas Patrimoniais e Outras Receitas Correntes. Quanto ao Superávit de Capital, houve um excesso de R\$ 119,42 milhões das Receitas de Capital frente às Despesas de Capital.

Mais detalhes sobre as Receitas na seção IV.II deste boletim.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 56,33 milhões / + 116,1%
Acumulado: + R\$ 2.889,51 milhões / + 195,6%

Tabela 9 - Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %	R\$ milhões
	2012	2013		2012	2013		
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	7.714,46	8.333,23	8,0%	16.509,38	19.377,54	17,4%	
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	7.836,20	8.389,57	7,1%	15.531,87	16.488,03	6,2%	
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-121,74	-56,33	116,1%	977,52	2.889,51	195,6%	
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	681,37	2.192,32	221,8%	1.324,77	3.013,60	127,5%	
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.672,04	1.932,46	15,6%	3.302,88	3.772,41	14,2%	
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-990,67	259,86	126,2%	-1.978,10	-758,81	160,7%	
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-1.112,42	203,53	118,3%	-1.000,59	2.130,70	312,9%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Extração: 21-05-2013

O Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA foi deficitário em R\$ 56,33 milhões no segundo bimestre de 2012. Por outro lado o RIOPREVIDÊNCIA teve resultado positivo em R\$ 259,86 milhões no mesmo período.

O RIOPREVIDÊNCIA conseguiu fechar o segundo bimestre com resultado positivo, devido à venda de recebíveis em abril no valor de R\$ 1 bilhão.

No acumulado do ano o RIOPREVIDÊNCIA reduziu o seu déficit orçamentário em R\$ 1.219,29 milhões em relação ao ano passado.



Ao compararmos as despesas acumuladas do RIOPREVIDÊNCIA em 2012 e 2013, podemos constatar que em 2013 houve um aumento de 14,2% (+ R\$ 469,53 milhões). Esse crescimento se relaciona aos reajustes salariais de algumas categorias com grande quantidade de servidores aposentados, especialmente da área de segurança e da saúde, que acabam impactando a sua folha.

III.III Resultado Primário⁶

Bimestre: + R\$ 216,67 milhões / + 433,9%
Acumulado: + R\$ 2.732,31 milhões / + 246,9%

Tabela 10 - Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %	R\$ milhões
	2012	2013		2012	2013		
RECEITAS TOTAL	8.736,51	10.525,56	20,5%	18.507,41	22.904,51	23,8%	
RECEITAS FINANCEIRAS	219,39	1.165,37	431,2%	433,91	1.861,08	328,9%	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	351,74	641,61	82,4%	748,16	1.266,09	69,2%	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.165,38	8.718,58	6,8%	17.325,34	19.777,34	14,2%	
DESPESAS TOTAL	9.508,90	10.322,03	8,6%	18.836,01	20.261,51	7,6%	
DESPESAS FINANCEIRAS	844,48	1.042,28	23,4%	1.565,80	1.875,76	19,8%	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	434,15	777,85	79,2%	732,43	1.340,72	83,1%	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	8.230,27	8.501,90	3,3%	16.537,77	17.045,04	3,1%	
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-64,89	216,67	433,9%	787,56	2.732,31	246,9%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Extração: 21-05-2013

O resultado primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

No segundo bimestre de 2013, o Resultado Primário do Estado do Rio de Janeiro foi de R\$ 216,67 milhões. Este valor é decorrente do melhor desempenho das Receitas não financeiras (R\$ 8.718,58 milhões) frente às Despesas não financeiras (R\$ 8.501,90 milhões). No acumulado de 2013, o Resultado Primário atingiu o montante de R\$ 2.732,21 milhões, ocasionando uma variação de 246,9% frente ao acumulado até abril de 2012.

O Resultado Primário acumulado registrou R\$ 2.732,21 milhões sendo impulsionado pelo bom desempenho da receita tributária.

⁶ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: R\$ 1.459,37 milhões / 60,8%

Acumulado: R\$ 5.037,47 / 77,6%

Tabela 11 - Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	7.465,68	8.029,34	7,6%	16.072,05	18.310,10	13,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.558,23	6.569,97	0,2%	13.234,90	13.272,62	0,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	907,45	1.459,37	60,8%	2.837,16	5.037,47	77,6%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-1.164,56	-1.241,81	-6,2%	-2.416,11	-2.814,58	-14,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Extração: 21-05-2013

No Resultado Primário bimestral, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA, pode-se observar que o valor foi superavitário em R\$ 1.459,37 milhões, com uma variação de 60,8% frente ao mesmo período de 2012. Pelo Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA no bimestre, observa-se que o valor foi deficitário em R\$ 1.241,81 milhões. No ano o resultado primário do RIOPREVIDÊNCIA atingiu o montante de R\$ 5.037,47 milhões.



IV. Receita Estadual⁷

Bimestre: R\$ 10.525,56 milhões / + 20,5%⁸
 Acumulado: R\$ 22.904,51 milhões / + 23,8%

Tabela 12 – Execução da Receita Estadual

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %
	2012	2013		2012	2013	
REC. CORRENTES	8.143,32	8.766,38	7,7%	17.367,79	19.888,92	14,5%
REC. CAPITAL	241,45	1.117,57	362,9%	391,45	1.749,50	346,9%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	351,74	641,61	82,4%	748,16	1.266,09	69,2%
Total	8.736,51	10.525,56	20,5%	18.507,41	22.904,51	23,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

A Receita Estadual totalizou, no segundo bimestre de 2013, R\$ 10.525,56 milhões – acréscimo de R\$ 1.789,04 milhões (+ 20,5%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2012. No acumulado, percebe-se um aumento de R\$ 4.397,10 (+ 23,8%).

A Receita Corrente apresentou um resultado positivo no bimestre com um acréscimo de R\$ 623,06 milhões (+7,7%) em relação ao mesmo período de 2012, fruto, principalmente, do incremento da arrecadação da Receita Tributária, (+ 419,79 milhões), que serão pormenorizadas na Seção IV.I.

Contudo, o resultado positivo no bimestre é reflexo, em maior parte, do aumento de R\$ 876,12 milhões (+362,9%) apresentado pela Receita de Capital, com destaque para a Receita de Alienação de Bens, responsável pelo acréscimo de R\$ 1.003,22 milhões (+73.738%) em relação ao segundo bimestre de 2012, conforme apresentado a seguir na Seção IV.II.

No primeiro bimestre de 2013, as Receitas Correntes e de Capital cresceram R\$ 626,06 milhões (+7,7%) e R\$ 876,12 milhões (+362,9%), respectivamente, comparado ao mesmo período do ano passado, com destaque para as Receitas de Alienação de Bens.

No acumulado, a Receita Estadual apresentou um aumento de R\$ 4.397,10 (+ 23,8%).

⁷ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁸ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

**IV.I Receitas Correntes**

Bimestre: R\$ 8.766,38 milhões / +7,7%
Acumulado: R\$ 19.888,92 milhões / + 14,5%

Tabela 13 – Receitas Correntes por Origem

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %
	2012	2013		2012	2013	
TRIBUTÁRIA	6.001,28	6.421,06	7,0%	11.856,12	13.702,81	15,6%
CONTRIBUIÇÕES	207,14	218,77	5,6%	394,29	490,23	24,3%
PATRIMONIAL	739,01	598,13	-19,1%	2.745,82	2.649,87	-3,5%
AGROPECUÁRIA	0,03	0,01	-54,9%	0,05	0,03	-44,9%
INDUSTRIAL	0,03	0,10	175,3%	0,10	0,13	34,8%
DE SERVIÇOS	43,16	97,07	124,9%	71,08	201,73	183,8%
TRANSF. CORRENTES	887,15	988,91	11,5%	1.828,27	2.018,84	10,4%
OUTRAS CORRENTES	265,51	442,33	66,6%	472,05	825,29	74,8%
TOTAL	8.143,32	8.766,38	7,7%	17.367,79	19.888,92	14,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

As Receitas Tributárias foram o principal destaque dentro das Receitas Correntes, com um aumento de R\$ 419,79 milhões (+7,0%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, sendo a arrecadação de Impostos Sobre a Produção e a Circulação o principal responsável pelo resultado apresentado, como discriminado a seguir na seção IV.I.1.

No acumulado, houve um crescimento de 15,6% (+ R\$ 1.846,89 milhões) reflexo, em sua maior parte, pelo desempenho do ICMS.

Outro destaque foi Outras Receitas Correntes, que obteve um acréscimo de 66,6% (+ R\$ 176,82 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. Fazem parte desta, as Multas e Juros de Mora, Indenizações e Restituições, Dívida Ativa e Receitas Diversas.

No acumulado, estas receitas geraram um aumento de 74,8% (+ R\$ 353,23 milhões). As subfontes que a compõe serão abordadas na seção IV.I.3.

A Receita Patrimonial sofreu uma redução de 19,1% (- R\$ 140,88 milhões) no bimestre, e 3,5% (- R\$ 95,95 milhões) no acumulado. Tal fato é decorrente do término das receitas de Certificados Financeiros do Tesouro em 2012 e será detalhado na seção IV.I.2.



IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 6.421,06 milhões / +7,0%
 Acumulado: 13.702,81 milhões / + 15,6%

Tabela 14 – Receita Tributária

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.001,28	6.421,06	7,0%	11.856,12	13.702,81	15,6%
ICMS	4.390,79	4.774,46	8,7%	8.552,97	9.807,55	14,7%
Adicional do ICMS	440,45	433,76	-1,5%	884,40	911,03	3,0%
IRRF	174,83	387,93	121,9%	328,87	635,71	93,3%
IPVA	519,76	405,08	-22,1%	1.206,92	1.413,84	17,1%
ITD e ITBI	77,04	87,89	14,1%	149,21	159,45	6,9%
Taxas	398,40	331,94	-16,7%	733,74	775,23	5,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

A Receita Tributária arrecadada no segundo bimestre de 2013 cresceu 7,0% (+ R\$ 419,79 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012 influenciada, principalmente, pela arrecadação de ICMS, sendo o IRPF a segunda arrecadação que mais influenciou esse resultado.

No acumulado, a Receita Tributária apresentou um acréscimo de 15,6% (+R\$ 1.846,69 milhões) concentrado também nos mesmos impostos.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 4.774,46 milhões / + 8,7%
 Acumulado: R\$ 9.807,55 milhões / + 14,7%

A arrecadação desse imposto se manteve com bom desempenho no segundo bimestre de 2013, apresentando um crescimento de 8,7% (+ R\$ 383,67 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

No acumulado houve um acréscimo de R\$ 1.254,58 milhões (+ 14,7%).

Os setores que se destacaram no bimestre e no acumulado foram Petróleo, Combustíveis e Gás Natural e de Telecomunicações. Já o setor de Energia Elétrica, que também possui participação significativa, apresentou queda bimestral ainda que tenha

O crescimento do ICMS (+R\$ 383,67 milhões) impulsionou o crescimento da arrecadação tributária no segundo bimestre de 2013 influenciado, principalmente, pelos setores de Telecomunicações e Petróleo, Combustíveis e Gás Natural.



apresentado aumento no acumulado. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):

Bimestre: R\$ 405,08 milhões / - 22,1%

Acumulado: R\$ 1.413,84 milhões / + 17,1%

O IPVA apresentou uma queda de 22,1% (- R\$ 114,68 milhões) na arrecadação do IPVA no segundo bimestre de 2013 em comparação com o mesmo período de 2012.

No Boletim de Transparéncia Fiscal do segundo bimestre de 2012, foi explicado o aumento da receita bimestral do IPVA como decorrência da postergação do calendário de pagamentos deste imposto em 2012 para o segundo bimestre do ano, inflando a base de comparação e implicando queda bimestral em 2013.

Dessa forma, melhor análise se faz pelo acumulado. Sob esta análise apresentou um acréscimo de R\$ 206,92 milhões (+ 17,1%) em relação a 2012, reflexo das vendas da indústria automobilística ao longo do ano de 2012 e que impactou o ano de 2013.

– Imposto de Renda (IRRF):

Bimestre: R\$ 387,93 milhões / + 121,9%

Acumulado: R\$ 635,71 milhões / + 93,3%

A arrecadação cresceu 121,9% (+ R\$ 213,10 milhões), comparado ao mesmo período de 2012, motivado, ainda, pelos aumentos concedidos a diversas classes, entre elas a PMERJ, que fez com que uma parcela de servidores atingisse renda passível de tributação na fonte, entrando na faixa de cobrança da alíquota de 7,5%, conforme indicado na lei nº 12.469 de 26 de agosto de 2011, publicado no D.O.U. de 29/08/2011, sobre as faixas do Imposto de Renda. Tal fato impactou, igualmente, o acumulado causando um crescimento de 93,3% (+ R\$ 635,71 milhões).

A arrecadação de ITD no segundo bimestre de 2013 apresentou um acréscimo de 14,1% em relação ao mesmo período de 2012.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

Bimestre: R\$ 87,89 milhões / + 14,1%

Acumulado: R\$ 159,45 milhões / + 6,9%

Após a conclusão das alterações do sistema do ITD, ocorridas durante o primeiro bimestre de 2013, a emissão de Guias de Controle



para pagamento do imposto foi normalizada, refletindo positivamente na arrecadação no segundo bimestre de 2013. Foi registrada uma variação positiva de 14,1% (+ R\$ 10,85 milhões) no bimestre em comparação com o mesmo período de 2012.

No acumulado houve um aumento de 6,9% (+ R\$ 10,24 milhões) em relação a 2012, totalizando uma arrecadação de R\$ 159,45 milhões.

– **Taxas:**

Bimestre: R\$ 331,94 milhões / - 16,7%

Acumulado: R\$ 775,23 milhões / + 5,7%

Houve uma queda na arrecadação de Taxas de 16,7% (- R\$ 66,46 milhões) no segundo bimestre de 2013, quando comparado ao mesmo período de 2012. Esse resultado foi influenciado, principalmente, à queda de 89,5% (- R\$ 81,28 milhões) na receita da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndios, dada a mudança no seu calendário de pagamento. Em 2012, o pagamento da cota única ou da primeira parcela iniciava-se em abril, passando, no exercício atual, a iniciar o pagamento no mês de maio.

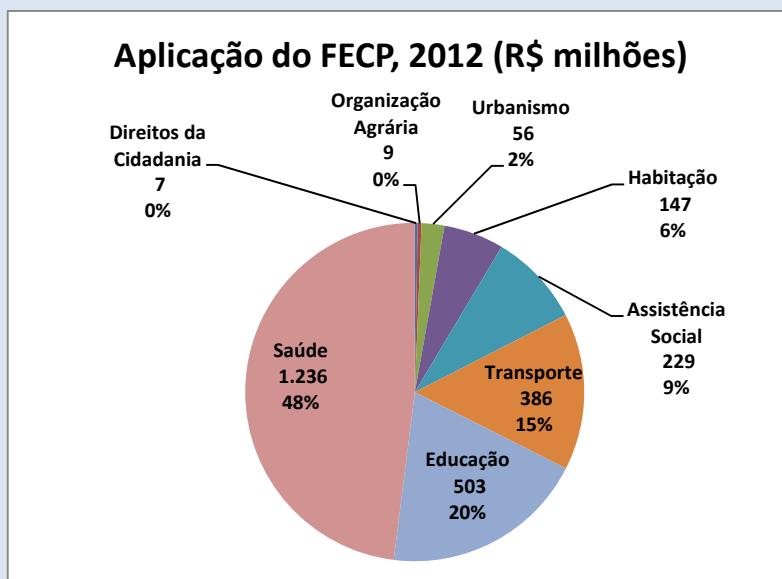
Tal queda foi atenuada pelos acréscimos de receita de 18,9% (+ R\$ 12,08 milhões) em Emolumentos e Custas Judiciais e 28,9% (+ R\$ 12,34 milhões) em Emolumentos e Custas Extrajudiciais.

Ainda que com a baixa no bimestre, o acumulado apresentou uma variação positiva de 5,7% (+ R\$ 41,49 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

**Box 01 - O Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP)**

O Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP) está previsto nos artigos 79 a 83 da ADCT da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela EC 31/2000 e prazo de vigência prorrogado por tempo indeterminado pela EC 67/2010. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro foi instituído pela Lei estadual nº 4.056/02, com as alterações promovidas pelas leis nº 4.086/2003, 5.149/2007 e leis complementares nº 120/2007, 122/2008 e 139/2010. Esse fundo tem como objetivo viabilizar, a todos, o acesso a níveis dignos de subsistência.

Seus recursos são vinculados por lei a atividades que visam à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos fluminenses, como ações de combate direto e indireto da pobreza. Podem-se destacar os programas: Renda Melhor, Bilhete Único, e programas de custeio da saúde. Os recursos deste fundo alimentam também o FEHIS (Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social) promovendo ações de urbanização de morros e favelas e auxílio à construção de habitações populares e saneamento. O gráfico abaixo discrimina a aplicação do FECP no ano de 2012 nas diferentes áreas:



O fundo possui como fonte originária de receita o adicional de um ponto percentual (1%) à alíquota de **ICMS sobre mercadorias**, com exceção aos produtos da cesta básica, medicamentos excepcionais, material escolar, GLP (gás liquefeito de petróleo), consumo residencial de água até 30 m³, consumo residencial de telefonia fixa até o valor de uma vez e meia a tarifa básica e geração de energia renovável em condições estabelecidas pelo Poder Executivo.

As atividades de prestação de serviço de comunicação e distribuição de energia elétrica para consumo acima de 300 KW/h possuem alíquota diferenciada. Nesses casos há um incremento na alíquota. Na tabela subsequente são apresentadas as alíquotas ao longo da vigência do FECP e sua respectiva arrecadação. Nela fica explicitada a importância desta receita para o fomento de políticas



sociais.

Tabela - Alíquotas e arrecadação do FECP

Ano	Geral	Energia elétrica acima de 300 KW/h	Comunicação	Arrecadação em Milhões de reais
2003	1%	5%	5%	940,64
2004	1%	5%	5%	1.337,74
2005	1%	5%	5%	1.419,25
2006	1%	5%	5%	1.562,88
2007	1%	5%	5%	1.723,00
2008	1%	5%	5%	1.909,51
2009	1%	5%	5%	1.994,35
2010	1%	5%	5%	2.253,45
2011	1%	5%	5%	2.512,04
2012	1%	4%	4%	2.544,94
2013	1%	4%	4%	2.696,00*
2014	1%	3%	3%	2.901,29*
2015	0%	0%	0%	-

Fonte: LEI N.º 4.056 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, e SIG-RJ.

* Previsão

A lei complementar 139/2010 fixou como prazo máximo de vigência do FECP o ano de 2014. Com isso estima-se perda de arrecadação no patamar de três bilhões de reais, o que representa aproximadamente 7,5% da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro. Neste contexto, provavelmente alguns programas sociais do Estado perderão parte de seus recursos, o que pode ser mitigado com novos recursos e/ou a diminuição destes programas, mantendo-se assim o princípio da responsabilidade fiscal.

A arrecadação do FECP no acumulado de janeiro a maio de 2013 frente ao mesmo período de 2012 registrou ganhos nominais de 3,73%. Em uma avaliação setorial destacam-se os quatro setores arrecadadores mais impactantes na arrecadação de FECP, são eles: informação e comunicação; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; indústrias de transformação e eletricidade e gás.



Tabela - Arrecadação de FECP por CNAE

Seções CNAE 2.0 - subclasse	ARREC. ACUMUL. 2013	ARREC. ACUMUL. 2012	VAR % NOM. (A/B)	VAR % REAL (A/B)	Participação 2013	Participação 2012
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	4.189,21	3.334,04	25,65	18,02	34,7%	27,6%
Indústrias de transformação	3.101,35	2.999,31	3,40	-2,81	25,7%	24,8%
Eletroeletricidade e gás	1.943,50	1.600,65	21,42	14,37	16,1%	13,3%
Informação e comunicação	1.853,89	1.768,37	4,84	-1,52	15,4%	14,6%
Indústrias extractivas	507,24	510,10	-0,56	-6,66	4,2%	4,2%
Transporte, armazenagem e correio	234,44	187,11	25,30	17,77	1,9%	1,5%
Alojamento e alimentação	110,06	93,50	17,71	10,64	0,9%	0,8%
Construção	46,69	33,54	39,20	30,79	0,4%	0,3%
Outras atividades de serviços	28,64	26,47	8,19	1,70	0,2%	0,2%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	23,24	27,62	-15,86	-21,00	0,2%	0,2%
Atividades administrativas e serviços complementares	21,47	16,50	30,13	22,33	0,2%	0,1%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	6,08	6,35	-4,28	-10,12	0,1%	0,1%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5,24	2,96	76,84	66,11	0,0%	0,0%
Administração pública, defesa e segurança social	1,78	7,94	-77,57	-78,88	0,0%	0,1%
Educação	0,97	0,45	114,55	102,50	0,0%	0,0%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,86	0,31	177,60	159,79	0,0%	0,0%
Saúde humana e serviços sociais	0,62	0,43	44,49	35,91	0,0%	0,0%
Artes, cultura, esporte e recreação	0,60	1,20	-50,03	-53,15	0,0%	0,0%
Atividades imobiliárias	0,02	0,05	-57,27	-59,94	0,0%	0,0%
Total	12.075,89	10.616,91	13,74	6,90	100%	100%

Fonte: SUACIEF- SEFAZ/RJ

Em 2013, a categoria Informação e Comunicação registrou queda de 2,8% na arrecadação e recuo de 1,86% na participação sobre o total arrecadado de FECP. As operações de Eletroeletricidade e Gás anotaram queda ainda mais expressiva: perda de arrecadação de 19,84% e recuo da participação em 5,99%. As categorias de comércio/reparação de veículos e indústria de transformação, por sua vez, cresceram e ganharam participação (a primeira com 29% de crescimento e 5,11% a mais de participação, e a segunda 11,54% de crescimento e 1,5% de incremento na participação).

Na ilustração seguinte apresentamos a participação das categorias que mais arrecadaram em 2013 em comparação com o mesmo período de 2012.



IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 15 - Arrecadação do ICMS em Atividades Econômicas Selecionadas (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		part % 2013	var % 13/12	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		part % 2013	var % 13/12	R\$ milhões
	2012	2013			2012	2013			
	Alimentação	208,04	252,53	5,3%	21,4%	373,87	469,43	4,8%	25,6%
Bebidas	257,97	208,49	4,4%	-19,2%	520,43	478,42	4,9%	-8,1%	
Borracha e plástico	34,50	57,40	1,2%	66,4%	67,60	105,77	1,1%	56,5%	
Comunicação e informação	77,99	95,59	2,0%	22,6%	155,14	193,50	2,0%	24,7%	
Construção civil	151,83	161,04	3,4%	6,1%	284,94	307,18	3,1%	7,8%	
Editorial, gráfica e publicidade	17,64	17,22	0,4%	-2,4%	37,37	37,90	0,4%	1,4%	
Eletroeletrônicos	79,48	103,05	2,2%	29,7%	155,53	213,45	2,2%	37,2%	
Energia elétrica	623,00	529,43	11,1%	-15,0%	1.054,75	1.269,85	12,9%	20,4%	
Informática e óptico	33,16	32,41	0,7%	-2,3%	63,82	65,90	0,7%	3,2%	
Madeira, papel e fumo	117,94	137,20	2,9%	16,3%	228,34	264,99	2,7%	16,1%	
Máquinas e equipamentos em geral	47,62	44,57	0,9%	-6,4%	88,85	101,07	1,0%	13,8%	
Médico-hospitalar e odontologia	31,12	31,28	0,7%	0,5%	60,17	64,37	0,7%	7,0%	
Mercados, lojas e magazines	237,77	270,02	5,7%	13,6%	516,04	569,97	5,8%	10,5%	
Metalurgia e siderurgia	190,67	199,74	4,2%	4,8%	392,34	393,95	4,0%	0,41%	
Móveis e utensílios	42,36	43,70	0,9%	3,2%	84,72	93,30	1,0%	10,1%	
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	111,83	145,71	3,1%	30,3%	229,69	292,62	3,0%	27,4%	
Petróleo, combustíveis e gás natural	773,48	999,43	20,9%	29,2%	1.485,29	1.855,45	18,9%	24,9%	
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	166,05	172,99	3,6%	4,2%	331,99	354,47	3,6%	6,8%	
Química e petroquímica	132,05	154,17	3,2%	16,8%	244,47	308,01	3,1%	26,0%	
Telecomunicações	596,74	639,60	13,4%	7,2%	1.187,94	1.286,25	13,1%	8,3%	
Têxtil e vestuário	146,43	138,48	2,9%	-5,4%	349,28	383,04	3,9%	9,7%	
Transportes gerais e armazenagem	82,00	86,65	1,8%	5,7%	164,29	189,65	1,9%	15,4%	
Veículos automotores	171,33	176,98	3,7%	3,3%	351,47	364,88	3,7%	3,8%	
Outras atividades econômicas	59,77	76,78	1,6%	28,4%	124,67	144,13	1,5%	15,6%	
Total das atividades econômicas	4.390,79	4.774,46	100,0%	8,7%	8.552,97	9.807,55	100,0%	14,7%	

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural, Telecomunicações, Mercados, Lojas e Magazines e Alimentação. O setor de Energia Elétrica apresentou queda em relação ao mesmo período de 2012. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

**- Petróleo, combustíveis e gás natural:**

Bimestre: R\$ 999,43 milhões / + 29,2%
Acumulado: R\$ 1.855,45 milhões / + 24,9%

Este setor apresentou um aumento de 29,2% (+ R\$ 225,94 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, correspondendo a uma participação de 20,93% na arrecadação de ICMS do Estado.

Tal evolução na arrecadação foi influenciada, principalmente, pela importação de petróleo para regularização dos estoques, que foi favorecida por uma relação cambial vantajosa no período.

O setor foi influenciado, também, pelo aumento de 663,8% na arrecadação na atividade de Comércio Atacadista de Álcool Carburante e pela queda de 38,5% na arrecadação de Fabricação de Produtos oriundos do refino de petróleo, que representam participações de 34,5% e 24,2%, respectivamente, no grupo.

No acumulado o setor apresentou um acréscimo de 24,9% (+ R\$ 370,16 milhões).

- Telecomunicações:

Bimestre: R\$ 639,60 milhões / + 7,2%
Acumulado: R\$ 1.286,25 milhões / + 8,3%

O setor apresentou um aumento de 7,2% (+ R\$ 42,86 milhões) em relação ao segundo bimestre de 2012.

A Telefonia Móvel Celular apresentou um aumento de arrecadação de 6,2% e a Telefonia Fixa Comutada (STFC⁹) cresceu 2,4%, representando, cada uma, 42,5% de participação no grupo e juntas, quase a totalidade do grupo. A arrecadação decorrente da importação de peças e equipamentos para uso em Telefonia Fixa Comutada (STFC) teve um crescimento de 780% no bimestre em comparação ao mesmo período de 2012.

A arrecadação por Substituição Tributária na atividade de Telefônica Móvel Celular neste setor também contribuiu positivamente com um acréscimo de 189% (+ R\$ 7,2 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

⁹ O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) é o serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.



O acumulado apresentou uma variação positiva de 8,3% (+ R\$ 98,31 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

- Energia Elétrica:

Bimestre: R\$ 529,43 milhões / - 15,0%
Acumulado: R\$ 1.269,85 milhões / + 20,4%

O setor de Energia Elétrica apresentou uma queda de 15,0% (- R\$ 93,57 milhões) na arrecadação no segundo bimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

A atividade econômica de Distribuição de Energia Elétrica, que representa 86% do grupo, apresentou uma queda de 31,9% em relação ao segundo bimestre de 2012, suavizada pela receita por Substituição Tributária geradas pelo Comércio Atacadista no setor, que subiu 5,5% no bimestre. Na atividade econômica de Geração de Energia Elétrica, as Importações, principalmente envolvendo de bens de capital, apresentaram uma redução de 64,7%, contribuindo para a queda do setor no período.

No acumulado houve um acréscimo de 20,4% (+ R\$ 215,09 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012.

- Mercados, lojas e magazines:

Bimestre: R\$ 270,02 milhões / + 13,6%
Acumulado: R\$ 569,97 milhões / + 10,5%

No bimestre houve um acréscimo de 13,6% (+ R\$ 32,25 milhões) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre de 2012. Tal desempenho foi influenciado pelo significativo aumento de 315,6% na arrecadação em Hipermercados, que representa 25,2% de participação no grupo, acompanhado pelo bom desempenho a atividade de Supermercados, que cresceu 37%, com uma participação de 34% no grupo. Já o desempenho das Lojas de Departamentos e Magazines, com uma participação de 24,6%, apresentou uma queda de 15,5% no desempenho, freando o crescimento geral do grupo. O crescimento geral do grupo também foi influenciado pela Substituição Tributária interna na atividade de Lojas de Departamentos e Magazines, que teve um crescimento de 85,1% em relação ao mesmo período de 2012.



O acumulado também apresentou uma variação positiva de 10,5% (+ R\$ 53,94 milhões).

- Alimentação:

Bimestre: R\$ 252,53 milhões / + 21,4%
Acumulado: R\$ 469,43 milhões / + 25,6%

O setor de Alimentação apresentou crescimento de R\$ 44,49 milhões (+21,4%) no segundo bimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este setor possui numerosas atividades que distribuem as variações de arrecadação. Destaque para a atividade de Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios mais que dobrou a receita em relação ao segundo bimestre de 2012, crescendo 103,9%. A atividade de Comércio Atacadista de Pães Bolos e Biscoitos também apresentou crescimento de 51,2% e a atividade de Comércio Atacadista de Leite e Laticínios cresceu 16,9%. A arrecadação relativa a Restaurantes e Similares aumentou 5,8% e da atividade de Lanchonetes, Casas de Chá e Sucos cresceu 37,8%.

No acumulado o setor apresentou um desempenho positivo de 25,6% (+ R\$ 95,56 milhões) em relação ao segundo bimestre de 2012.



IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 598,13 milhões / - 19,1 %
 Acumulado: R\$ 2.649,87 milhões / - 3,5%

Tabela 16

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %
	2012	2013		2012	2013	
	RECEITA PATRIMONIAL	739,01	598,13	-19,1%	2.745,82	2.649,87
Petróleo	497,26	495,16	-0,4%	2.258,52	2.456,55	8,8%
Royalties	495,38	491,84	-0,7%	978,66	1.009,55	3,2%
Part. Especial	1,24	2,67	116,1%	1.278,59	1.445,68	13,1%
FEP	0,64	0,65	0,8%	1,27	1,32	3,7%
CFT's	129,47	0,00	-100,0%	259,50	0,00	-100,0%
Aplic. Financeiras	85,54	84,40	-1,3%	187,49	160,49	-14,4%
Demais Rec. Patrimoniais	26,74	18,57	-30,6%	40,31	32,83	-18,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Extração: 21-05-2013

A Receita Patrimonial, arrecadada no segundo bimestre de 2013, atingiu o valor de R\$ 598,13 milhões, apresentando uma queda de 19,1% frente ao mesmo período de 2012. No acumulado, as Receitas Patrimoniais alcançaram R\$ 2.649,87 milhões, apresentando um decréscimo de 3,5% em relação a 2012.

Tais resultados são explicados, principalmente, pelo término das Receitas provenientes dos Certificados Financeiros do Tesouro (fato detalhado nos boletins de 2012), que inflaram a base de comparação, tanto no bimestre como no acumulado.

– **Petróleo:** as Receitas de Petróleo obtiveram o valor de R\$ 495,16 milhões no segundo bimestre de 2013. A maior parcela das Receitas provenientes de Petróleo se encontra nos Royalties (R\$ 491,84 milhões), uma vez que nesses meses houve apenas pagamentos residuais de Participações Especiais. Quando comparada com o segundo bimestre de 2012, verifica-se que houve uma leve queda de 0,4% nas Receitas de Petróleo. Esta queda foi motivada pela diminuição da produção de petróleo em m³ (14,05 milhões por m³ / - 10,8%) dado que, a variação do Brent foi pouco relevante e a desvalorização da taxa de câmbio foi positiva para o aumento das receitas (+ 14,1%). Mesmo com a produção fluminense com pequena variação negativa, quando comparada ao segundo bimestre de 2012,



segundo dados da ANP, observa-se que a produção do Estado do Rio de Janeiro, no período de março a abril de 2013, foi equivalente a 73,5% da produção Nacional, representando 19,10 milhões por m³. No acumulado, as Receitas provenientes de Petróleo aumentaram 8,8% (+ R\$ 198,03 milhões), motivadas, principalmente, pela variação positiva das Participações Especiais (+ 13,1% / + R\$ 167,09 milhões).

Tabela 17

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN - FEV)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - FEV)		var %
	2012	2013		2012	2013	
Produção (milhões de m ³)	15,75	14,05	-10,8%	31,44	28,91	-8,0%
Brent (US\$)	115,01	114,51	-0,4%	112,16	111,89	-0,2%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,75	2,00	14,1%	1,78	2,04	14,2%

*Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 2º bimestre são apresentados os dados de produção do 1º bimestre de 2013.

- **CFT:** Os CFT'S (Certificados Financeiros do Tesouro), como previsto, não geraram receita neste segundo bimestre de 2013. Isto porque, conforme explicado em boletins anteriores, houve uma antecipação do fluxo de receitas de modo que estes certificados foram recebidos de forma decrescente a partir de 2011, com o final dos recebimentos em 2012.

– **Aplicações Financeiras:** as aplicações financeiras sofreram uma diminuição pouco significativa entre o segundo bimestre de 2012 e o segundo bimestre de 2013 - queda de apenas -1,3%. Essa pequena variação tem, como um dos motivos, a diminuição da taxa SELIC. Após a alta da SELIC em 2011, o Banco Central começou uma política de diminuição da taxa de juros e, assim, em abril de 2012, a meta estava fixada em 9,00%. Já em 2013, no mesmo período, a taxa foi fixada em 7,50%, influenciando na queda das aplicações financeiras. No acumulado, as aplicações financeiras também obtiveram uma variação negativa (-14,4%), sendo motivadas, da mesma forma, pela diminuição da taxa SELIC entre os anos.



IV.I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 758,27 milhões / +47,0%
 Acumulado: R\$ 1.517,40 milhões / + 61,8%

Tabela 18 – Demais Receitas Correntes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %	R\$ milhões
	2012	2013		2012	2013		
	515,88	758,27	47,0%	937,58	1.517,40	61,8%	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	515,88	758,27	47,0%	937,58	1.517,40	61,8%	
Receita de Contribuições	207,14	218,77	5,6%	394,29	490,23	24,3%	
Receita Agropecuária	0,03	0,01	-54,9%	0,05	0,03	-44,9%	
Receita Industrial	0,03	0,10	175,3%	0,10	0,13	34,8%	
Receita de Serviços	43,16	97,07	124,9%	71,08	201,73	183,8%	
Multas e Juros de Mora	88,76	99,46	12,0%	137,11	187,76	36,9%	
Indenizações e Restituições	23,14	35,35	52,8%	51,66	51,11	-1,1%	
Dívida Ativa	31,87	159,47	400,4%	49,76	276,17	455,0%	
Receitas Diversas	121,74	148,05	21,6%	233,52	310,24	32,9%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

As Demais Receitas Correntes tiveram um acréscimo de 47,0% (+ R\$ 242,39 milhões) no 2º bimestre em relação a 2012, influenciadas, principalmente, pela receita originada da Dívida Ativa (+ R\$ 127,61 milhões) e da Receita de Serviços (+ R\$ 53,91 milhões), seguidas, um pouco atrás, por Receitas Diversas (+ R\$ 26,31 milhões), pelas receitas de Indenizações e Restituições (+ R\$ 12,21 milhões) e Receita de Contribuições (+ R\$ 11,62 milhões).

No acumulado, ocorreu um aumento de 61,8% (+ R\$ 579,82 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, destacando-se Dívida Ativa (+ R\$ 226,41 milhões) e Receita de Serviços (+ R\$ 130,64 milhões).

– Receitas de Contribuições: Houve aumento de R\$ 11,62 milhões (+5,6%) em relação ao mesmo período do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 218,77 milhões no bimestre. Ocorreu predominância da arrecadação de Contribuições Sociais de Servidores Civis Ativos e Inativos, que totalizaram R\$ 117,11 milhões e Outras Contribuições Previdenciárias (Fundo Único de Previdência do ERJ – Executivo) que totalizaram R\$ 73,60 milhões.

O acumulado mostrou um aumento de 24,3%, que representa um acréscimo de R\$ 95,94 milhões em relação ao mesmo período de 2012.



– Receitas Diversas: Comparativamente ao mesmo bimestre de 2012, houve um aumento de 21,6% (+ R\$ 26,31 milhões), totalizando R\$ 148,05 milhões no bimestre. A venda de bilhetes de loterias de diversas modalidades contribuiu com R\$ 39,36 milhões desse total e a manutenção dos depósitos judiciais do Tribunal de Justiça no Banco do Brasil com R\$ 69,67 milhões.

No acumulado registramos um aumento de 32,9%, que corresponde a um acréscimo de R\$ 76,72 milhões em relação ao mesmo período de 2012.

– Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa: O crescimento das Receitas de Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora ainda é influenciado pelo Programa de REFIS¹⁰ estadual, autorizado pela Lei estadual 6136 de 28 de dezembro de 2011. O Programa oferece parcelamento em até 18 meses, redução de juros de mora e exclusão de multas de débitos inscritos em Dívida Ativa com vencimento até 30 de novembro de 2011 que tenham sido inscritos no programa até 31 de maio de 2012.

Outro fator relevante que influenciou no acréscimo na receita proveniente da dívida ativa e de multas e juros foi a Lei 6269/2012, que alterou o cálculo da correção monetária e das multas aplicáveis. Até 01/01/2013, o reajuste era calculado com base na variação da UFIR-RJ; e após esta data passou-se a utilizar o valor da Selic acrescido de 1%, o que elevou o valor dos débitos atualizados. Adicionalmente, o valor da multa de mora passou a ser calculado por dia de atraso, ao invés dos prazos fixos da lei anterior.

A receita de Dívida Ativa teve um acréscimo de R\$ 127,61 milhões (+400,4%) em relação ao mesmo período de 2012, totalizando R\$ 159,47 milhões, sendo a maior parte desta receita, aproximadamente R\$ 127,42 milhões, originada da Dívida Ativa Tributária do ICMS.

As receitas de Multas e Juros de Mora tiveram um acréscimo de 12,0% (+ R\$ 10,69 milhões) no segundo bimestre comparado a mesmo período de 2012. Destaque para as multas e juros de mora relativos ao IPVA, que atingiram o valor de R\$ 33,34 milhões representando 36,3% do total de Multas e Juros de Mora arrecadado no 2º bimestre de 2013.

No acumulado, comparativamente ao mesmo período de 2012, houve uma variação positiva de 36,9% (+ R\$ 50,66 milhões) para Multas e

No acumulado, a Receita de Dívida Ativa apresentou um expressivo aumento de 455% (R\$ 226,41 milhões), composta, principalmente, da receita da Dívida Ativa Tributária do ICMS.

¹⁰ Conforme a Lei Estadual nº 6136 de 28 de dezembro de 2011.



Juros de Mora e um expressivo aumento de 455% (+ R\$ 226,41 milhões) na receita de Dívida Ativa.

– Receitas de Serviços: Houve aumento de R\$ 53,91 milhões (+124,9%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 97,07 milhões no bimestre, influenciados, principalmente, pela receita de Serviços de Juros e Empréstimos que alcançou a arrecadação de R\$ 39,34 milhões,- a maior parte proveniente dos Serviços de Juros e Empréstimos do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro -, e pela receita de Serviços de Processamento de Dados do DETRAN-RJ.

No acumulado houve um acréscimo de R\$ 130,65 milhões (+183,8%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.

– Indenizações e Restituições: Apresentaram um acréscimo de R\$ 12,21 milhões (+ 52,8%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um total de R\$ 35,35 milhões, com destaque para as Restituições, que chegaram a R\$ 34,32 milhões, influenciadas pelas restituições relativas a Operações de Crédito Através do Tesouro, a recursos Ordinários Não Provenientes de Impostos e por restituições de Compensações Financeiras entre os Regimes Geral e Próprio de Previdência dos Servidores.

No acumulado, porém, houve uma queda de 1,1% (- R\$ 0,55 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.



IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 988,91 milhões / + 11,5%
 Acumulado: R\$ 2.018,84 milhões / + 10,4%

Tabela 19 - Receitas de Transferências

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012 / 2013

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		R\$ milhões
	2012	2013		2012	2013	
	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	887,15	11,5%	1.828,27	2.018,84	10,4%
Transf da União	472,82	465,17	-1,6%	968,00	1.003,12	3,6%
FPE	154,01	142,34	-7,6%	337,28	350,18	3,8%
IPI exp	123,97	106,72	-13,9%	223,82	251,92	12,6%
IOF	0,00	0,01	129,1%	0,01	0,02	97,6%
CIDE	15,06	2,84	-81,2%	37,78	2,93	-92,3%
SUS	85,69	109,05	27,3%	175,71	206,96	17,8%
Salário Educação	60,74	64,21	5,7%	143,97	150,53	4,6%
Lei Kandir	14,30	28,59	100,0%	28,59	28,59	0,0%
Outras Transf. da União	19,05	11,41	-40,1%	20,84	12,00	-42,4%
FUNDEB	396,54	444,86	12,2%	827,20	919,03	11,1%
Convênios	17,76	78,87	344,2%	32,98	96,67	193,1%
Outras Transf. Corr.	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Extração: 21-05-2013

O total arrecadado de Receita de Transferências apresentou aumento de 11,5% (+ R\$ 101,76 milhões) no 2º bimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012. O resultado acumulado também apresentou aumento substancial, alcançando o total de R\$ 2.018,84 milhões em 2013, o que representa um aumento de 10,4% (+ R\$ 190,57 milhões).

Na análise bimestral, as receitas cujo desempenho foi determinante para esse aumento foram as transferências do SUS, do FUNDEB e de Convênios, com aumento de 27,3% (+ R\$ 23,36 milhões), 12,2% (+ R\$ 48,31 milhões) e 344,2% (+ R\$ 61,12 milhões), respectivamente.

No acumulado, tais receitas foram, igualmente, as responsáveis pelo crescimento, apresentando, na mesma sequência, acréscimo de R\$ 31,25 milhões (+17,8%), R\$ 91,83 milhões (+11,1%) e R\$ 63,69 milhões (+193,1%).



As receitas do FUNDEB apresentaram aumento de 12,2% (+R\$ 48,31 milhões) no bimestre. Esse aumento deriva-se do crescimento da arrecadação da receita estadual de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O valor de receita bimestral do FUNDEB oriundo desse imposto apresentou aumento de 18,1% (+R\$ 55,31 milhões), compensando eventuais quedas em outras receitas formadoras do fundo. No acumulado, a receita do FUNDEB apresentou aumento de R\$ 91,83 milhões, o que representa um aumento de 11,1%, influenciado pelo mesmo imposto.

A receita de Convênios apresentou aumento expressivo de 344,2% no bimestre (+R\$ 61,12 milhões). No que tange a essa receita, o repasse mais significativo foi na conta Outras Transferências de Convênios da União, com destaque para o convênio com o Instituto Vital Brazil S.A., que apresentou repasses de R\$ 58,49 milhões no bimestre, o que representa aumento de 1.674,2% nas receitas desse convênio específico.

No acumulado o aumento das transferências de Convênios de R\$ 63,69 milhões (+193,1%) são explicados pela mesma conta, com destaque para os convênios com o Instituto Vital Brasil S.A. e Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro. Juntos, esses dois convênios representam 72,9% do acumulado de 2013 das transferências de Convênios.

IV.I.3.2 Transferências da União

Em relação ao mesmo bimestre de 2012, a receita de Transferências da União sofreu queda de 1,6% (-R\$ 7,65 milhões). Contudo, o resultado acumulado apresentou crescimento de 3,6% (+R\$ 35,13 milhões).

Os resultados bimestrais positivos nas contas das receitas do SUS (+ R\$ 23,36 milhões) e da Lei Kandir (+ R\$ 14,30 milhões) não foram suficientes para fazer frente às quedas do IPI-Exportação (- R\$ 17,24 milhões), do FPE (- R\$ 11,68 milhões) e da CIDE (- R\$ 12,22 milhões).

As desonerações da União no IPI reduziram as receitas do FPE do bimestre, na parte composta por esse imposto, e as do IPI-Exportação.



– **FPE¹¹**: Com arrecadação de R\$ 142,34 milhões no bimestre, esta receita apresentou queda de 7,6% (-R\$ 11,68 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

Composta pelo IPI e o IR, o resultado bimestral dessa transferência foi produto da queda da arrecadação de ambos. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

A queda do IPI e do IR explicam a redução nos repasses do FPE, Transferência da União mais significativa para o Estado.

O fraco desempenho bimestral do Imposto de Renda deriva-se da queda no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) no mês de março. Tal declínio diz respeito ao pagamento do ajuste anual relativo a fatos geradores ocorridos no ano de 2012, por parte das empresas que optaram por sua apuração anual, e pela redução na arrecadação do IRPJ apurado por estimativa mensal, principalmente das empresas ligadas ao setor financeiro. O IRPJ pago pelas entidades financeiras sofreu queda de 43,2% no segundo bimestre de 2013.

No acumulado, a receita de FPE teve aumento de 3,8% (+ R\$ 12,90 milhões), alcançando a arrecadação de R\$ 350,18 milhões. A alta teve origem no IR, seguida por queda do IPI.

Grande parte da variação da receita esteve presente no aumento do IRPJ e concentrou-se na parcela devida pelas demais empresas, uma vez que, quanto às entidades financeiras, houve redução dada a queda no pagamento do ajuste anual relativo a fatos geradores ocorridos no ano de 2012 e pela queda de arrecadação do Imposto de Renda apurado por estimativa mensal.

Contribuíram, também, para este resultado, o Imposto de Renda Retido da Fonte, pelo aumento nos derivados dos Rendimentos do Trabalho decorrente da variação nominal da massa salarial habitual, assim como o Imposto de Renda Pessoa Física, apresentando aumento de 11% com relação a 2012, dado o aumento na arrecadação das quotas da declaração de ajuste anual.

¹¹ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de março e abril de 2013. Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensalmar13.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensalabr13.pdf>



-IPI-EXP: Apresentou, comparativamente ao ano anterior, uma queda de 13,9% no bimestre (-R\$ 17,24 milhões). Os responsáveis pela baixa no desempenho desta transferência foram os itens IPI-Automóveis, em função da alteração de sua tabela de incidência para os fatos geradores a partir de maio de 2012; o IPI-Vinculado à Importação por redução em sua alíquota média efetiva e o IPI-Fumo, resultado decorrente da antecipação de saídas de cigarros dos estabelecimentos produtores no mês de janeiro de 2013.

Apesar da queda bimestral, as receitas derivadas do IPI-Exportação apresentaram crescimento, no acumulado, de 12,6% (+R\$ 28,10 milhões). Esse resultado se deve ao desconto a título de restituições (no valor de R\$ 2.480,35 milhões) em janeiro de 2012, o que fez reduzir expressivamente a arrecadação líquida de IPI da União. Esta redução atípica em 2012 acaba por não retratar a queda na arrecadação de IPI em 2013, principalmente do IPI-Automóveis (alteração na tabela de incidência para os fatos geradores a partir de maio de 2012) e do IPI-Vinculado à Importação (queda na alíquota média efetiva).

-SUS: Dentre as Receitas de Transferências da União, as Transferências do SUS merecem destaque. Com arrecadação de R\$109,05 milhões no bimestre, esta receita apresentou aumento de 27,3% (+R\$ 23,36 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. Esse resultado deve-se ao repasse para o Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar que estendeu seus efeitos para o acumulado. Sob esta análise, a receita apresentou crescimento de 17,8% (+R\$ 31,25 milhões), alcançando o total de 206,96 milhões.

-CIDE: O decreto 7.764/12 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso explica a queda de 81,2% (-R\$ 12,22 milhões) na receita dessa contribuição do bimestre, em relação ao mesmo bimestre de 2012. No acumulado, essa transferência teve redução de R\$ 34,86 milhões (-92,3%). O valor recebido no bimestre (R\$ 2,84 milhões) é residual.

A queda de R\$ 34,86 milhões na CIDE ao longo do ano demonstra, mais uma vez, o impacto da desoneração nas receitas estaduais.

- LEI KANDIR: Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. O orçamento da União foi aprovado com atraso, fazendo com que o valor dos meses anteriores fosse recebido em parcela única no mês

Ainda que com atraso, a LOA da União garantiu o recebimento, a título de Lei Kandir, no mesmo montante do ano anterior, alcançando R\$ 7,15 milhões ao mês.



de abril de 2013 com valores totais iguais aos do ano anterior, o que pode ser percebido da igualdade dos montantes recebidos no acumulado (R\$ 28,59 milhões). Consequentemente, essa receita apresentou aumento de 100% (+ R\$14,30 milhões) no bimestre, em comparação a março e abril de 2012, uma vez a totalidade da receita foi diluída ao longo do quadrimestre.

- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Com arrecadação de R\$ 11,41 milhões no bimestre, esta receita apresentou decréscimo de 40,1% (-R\$ 7,64 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. A queda deveu-se, principalmente, à queda observada nas Transferências Diretas do FNDE, em especial a conta referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que apresentou redução de R\$ 18,17 milhões, ainda que tenha havido transferências no montante de R\$ 10,86 milhões, referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no segundo bimestre de 2013. Os bimestres, nos dois anos, concentraram mais de 90,0% das receitas do ano, sendo a justificativa para a variação, portanto, a mesma para o acumulado. Sob esta análise, a variação foi de -42,4% (- R\$ 8,83 milhões).

**IV.II Receitas de Capital**

Bimestre: R\$ 1.117,57 milhões / +362,9%
 Acumulado: R\$ 1.749,50 milhões / + 346,9%

Tabela 20 – Receitas de Capital**RECEITA DE CAPITAL**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012 / 2013

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		var %	R\$ milhões
	2012	2013		2012	2013		
	RECEITAS DE CAPITAL	241,45	1.117,57	362,9%	391,45	1.749,50	346,9%
Operações de Crédito	106,78	73,82	-30,9%	179,01	693,44	287,4%	
Alienação de Bens	1,36	1.004,58	73.738,0%	5,50	1.004,58	18.181,7%	
Amortiz. de Empréstimos	25,71	2,57	-90,0%	61,91	2,57	-95,8%	
Transf. de Capital	107,56	36,60	-66,0%	145,00	48,92	-66,3%	
Outras Rec. de Capital	0,04	0,00	0,0%	0,04	0,00	-100,0%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro, 2013.

Extração: 21-05-2013

As Receitas de Capital apresentaram aumento expressivo de 362,9% (+ R\$ 876,12 milhões) no bimestre devido ao aumento de R\$ 1.003,22 milhões na conta Alienação de Bens. Esta receita também impactou o acumulado, permitindo que as Receitas de Capital alcançassem R\$ 1.749,50 milhões, um aumento de 346,9% (+ R\$ 1.358,05 milhões).

As receitas de Alienação de Bens apresentaram crescimento de 73.738,0% (+ R\$ 1.003,22 milhões) no bimestre e 18.181,7% (+ R\$ 999,08 milhões) no acumulado. Essa aumento expressivo é explicada pelo ingresso financeiro da receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 1.000,00 milhão a título de royalties e participações especiais.

As receitas referentes a Amortização de Empréstimos fecharam com queda de 90,0% (- R\$ 23,14 milhões) no bimestre e 95,8% (- R\$ 59,34 milhões) no acumulado. A redução concentra-se na conta do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, que apresentou, em 2012, valor acumulado de R\$ 61,23 milhões, não houvendo valor registrado em 2013. Essa ausência de valores da conta citada acima deve-se a nova classificação de contas contábeis

A venda de recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA garantiu a entrada de R\$ 1 bilhão na Receita de Alienação de Bens.



que, em 2012, classificava a receita oriunda do FUNDES¹² e do FREMF¹³ como Amortização de Financiamentos Diversos (receita de capital – Amortização de Empréstimos) e que, em 2013, passou a ser classificada como Serviços de Juros de Empréstimos (receita corrente).

A Receita de Operações de Crédito apresentou queda bimestral de 30,9% (-R\$ 32,96 milhões). Porém, no acumulado, exibiu crescimento expressivo de 287,4% (+R\$ 514,42 milhões). A redução bimestral justifica-se pelo comportamento do fluxo das entradas resultantes das operações de crédito que têm por objetivo financiar programas de governo, sendo os mais expressivos no período os programas Pró-Cidades, Pró-Invest e Pró-Copa. Portanto, a análise mais adequada deve ser feita considerando todo o ano.

As Transferências de Capital apresentaram decréscimo de 66,0% (-R\$ 70,96 milhões) no bimestre e 66,3% (-R\$ 96,08 milhões) no acumulado. A queda concentra-se nas contas de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC e Outras Transferências de Convênios da União, apresentando queda acumulada de R\$ 33,45 milhões (-62,8%) e R\$ 77,54 milhões (-98,0%), respectivamente. Essa redução vem sendo observada na conta Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC desde o primeiro bimestre de 2012 e é justificada pelas obras e instalações do PAC já estarem em processo de conclusão. Quanto à conta Outras Transferências de Convênios da União, a queda explica-se pelos altos repasses realizados em março de 2012 referentes aos Programas de Recuperação de Vias e Reconstrução de Contenção em Angra dos Reis, ambos iniciados em 2010 e com previsão de término durante o ano corrente.

As transferências de Capital apresentaram decréscimo no bimestre e no acumulado. A queda concentra-se nas contas de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC e Outras Transferências de Convênios da União.

¹² O FUNDES (Fundo de Desenvolvimento Econômico) tem a finalidade de financiar programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

¹³ O FREMF (Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses) tem o objetivo de fomentar a recuperação econômica de municípios, através do financiamento de empreendimentos geradores de emprego e renda, nos setores da indústria, agroindústria, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, serviços e comércio atacadista, considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado.



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

As despesas liquidadas, conforme demonstrado na Tabela 21, alcançaram até o 2º bimestre a cifra de R\$ 20,26 bilhões, apontando um aumento de 7,57% em relação ao mesmo período de 2012, sendo R\$ 18,53 bilhões do Poder Executivo e R\$ 1,73 bilhão dos Outros Poderes.

Tabela 21

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL							
2º BIM. 2013							
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	Em mil R\$	
						EMP.	LIQ.
2012	DESPESA SEM INTRA	56.435.838	59.066.606	1.540.372	57.526.233	18.707.628	16.644.611
	DESPESA INTRA	2.350.810	2.292.893		2.292.893	676.452	610.769
	DESPESA TOTAL	58.786.648	61.359.498	1.540.372	59.819.126	19.384.080	17.255.381
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691.380	68.510.591	3.351.945	65.158.646	21.072.311	17.342.951
	DESPESA INTRA	2.694.294	2.855.925		2.855.925	1.263.363	1.188.503
	DESPESA TOTAL	67.385.674	71.366.516	3.351.945	68.014.571	22.335.675	18.531.455
OUTROS PODERES							
2012	DESPESA SEM INTRA	4.853.586	4.854.950		4.854.950	2.497.787	1.458.963
	DESPESA INTRA	391.984	391.984			174.338	121.663
	DESPESA TOTAL	5.245.570	5.246.934	0	4.854.950	2.672.124	1.580.626
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799.168	4.818.170		4.818.170	2.515.142	1.577.841
	DESPESA INTRA	554.683	554.683		554.683	207.259	152.218
	DESPESA TOTAL	5.353.851	5.372.854	0	5.372.854	2.722.401	1.730.059

Tabela 22

V.II Créditos Adicionais

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Em mil R\$			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOT. ATUAL 2º BIM. 2013
TESOURO	52.277	3.391	55.668
OP. CRÉDITO	6.092	3.355	9.448
DEMAIS FONTES	20.463	609	21.071
CONVÊNIOS	1.899	312	2.211
OUTRAS	18.563	297	18.860
TOTAL	72.740	4.000	76.739

A LOA 2013 fixou as despesas em R\$ 72,74 bilhões. Ao final do 2º bimestre por conta de créditos adicionais autorizados (+ R\$3.99 bilhões) a despesa atinge R\$76,73 bilhões, permanecendo contingenciados cerca de 4% (R\$3,35 bilhões.). O acréscimo se dá por conta de recursos vinculados, que não integravam o orçamento inicial R\$ 3,35 bilhões por Operações de Crédito, R\$ 312 milhões por Convênios e R\$ 297 milhões em outras fontes de recurso (superávits financeiros e excesso de arrecadação), conforme apresentado na Tabela 22.

Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 1,28 bilhão foi destinado à Implantação de Novas Linhas Metroviárias, R\$ 657,81 milhões para Projetos de Infraestrutura, e R\$ 353,13 milhões para ações de Apoio a Grandes Eventos, vide Tabela 23.

Tabela 23

Ações	Crédito Adicional por operação de crédito
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	1.282.868
Implantação de Projetos de Infraestrutura	657.812
Implantação de Ações de Apoio Grandes Eventos	353.132
Subtotal	2.293.812
Outras demandas	1.061.453
Total	3.355.265



V.III Despesas por Fontes

As despesas liquidadas por Fonte de Recursos neste segundo bimestre de 2013 estão demonstradas na Tabela 24.

A análise voltada para origem dos recursos os do Tesouro financiaram 71,16% da despesa, basicamente suportada pelas receitas próprias do ERJ (Fontes 00 e 01).

Ainda no âmbito das despesas financiadas com recursos do Tesouro, a maior aplicação se dá por conta da FR 04 (Royalties do Petróleo), transferência aos municípios e pagamento de compromisso firmado com a União para capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA que ocorre sempre no início do exercício. Compensando a menor aplicação nas demais fontes de recursos, as transferências da União (FR 06 e FR 07) arcaram com expressivo montante no pagamento da dívida pública, justificando o crescimento (cerca de 70%), porque em 2012, parte dessa despesa foi paga com operações de crédito.

Na FR 21 foram investidos R\$ 11,8 milhões contra R\$ 1,05 milhões executados no mesmo período de 2012. O crescimento é devido ao ritmo mais acelerado das obras de ampliação do abastecimento de água na Barra, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena, integrantes do Projeto de Aceleração do Crescimento – PAC.

Com relação às Fontes de Recursos não Tesouro, as despesas neste segundo bimestre somaram R\$ 5,45 bilhões, 12,8% maior do que em 2012. A maior aplicação (80,7%) se dá por conta de Arrecadação Própria da Administração Indireta (FR10) no pagamento de inativos e pensionistas. Em seguida, o FUNDEB (FR 15) basicamente aplicado em pessoal da área de educação. Cabe ainda incluir nessa análise a despesa financiada com a FR 23 que se refere a Contratos Intra

Gráfico 4

Distribuição das FRs em 2013 - Até Abril

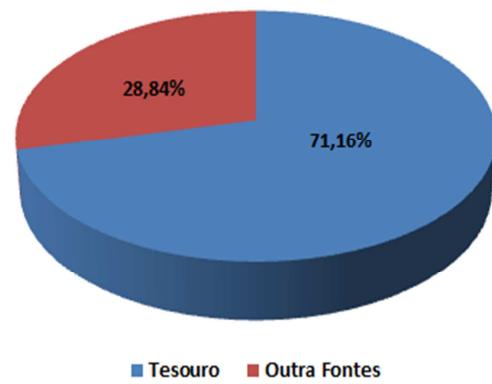


Tabela 24

DESPESA POR FONTE DE RECURSOS
DESPESA LIQUIDADA

DISCRIMINAÇÃO	Até 2º Bimestre		VAR %
	2012	2013	
RECURSOS DO TESOURO	13.347.039	13.464.841	
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	10.204.088	9.616.472	-6%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	548.478	230.682	-138%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.579.230	1.505.200	-5%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	62.557	49.663	-26%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	207.351	776.093	73%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	104.910	349.064	70%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	65.142	193.780	66%
RESSARCIMENTO DE PESSOAL - ÁREA DE SEGURANÇA (FR 20)	1.956	4	-54784%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADAS A AÇÕES DE MEIO AMBIENTE (FR 21)	1.049	11.799	91%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	547.338	732.083	25%
CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID (FR 26)	24.940		
FUNDO DEPÓSITOS JUDICIAIS (LEI 11.429/06) (FR 90)			
RETORNO DE EMPR. PROGRAMA FOMENTO AGROPECUÁRIO E TECNOLÓGICO (FR 95)			
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	4.756.535	5.455.952	13%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	3.790.856	4.404.810	14%
CONVÉNIOS - ADM. DIRETA (FR 12)	27.828	29.219	5%
CONVÉNIOS - ADM. INDIRETA (FR 13)	22.430	15.937	-41%
CONVÉNIOS PAC - ADM. DIRETA (FR 14)	11.011	14.975	26%
FUNDEB (FR 15)	657.221	676.673	3%
CONVÉNIOS PAC (FR 16)	9.232	3.105	-197%
CONVÉNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. DIRETA (FR 18)	64.429	84.536	24%
CONVÉNIOS INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. INDIRETA (FR 19)	10.349	14.349	28%
Contratos intra-orçamentários de Gestão de Saúde (FR 23)	2.336	43.311	95%
Transferências Voluntárias da União não Referentes a Convênios (FR 24)	11.446	10.771	-6%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	65.902	58.426	-13%
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (FR 97)			
OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA (FR 98)	501	132	-278%
OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA (FR 99)	82.994	99.705	17%
TOTAL GERAL	18.103.574	18.920.792	4%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



orçamentários de Gestão de Saúde, basicamente, pagamento servidores contratados pela Fundação Saúde (R\$ 40,10 milhões).

V.IV Despesas por Grupo

Tabela 25

DESPESSAS POR GRUPO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DESPESA LIQUIDADA

R\$ MIL

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
		2012	2013	VAR %	2012	2013	VAR %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.325.902	2.774.966	19,31%	4.474.040	5.312.306	18,74%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	1.768.135	2.150.283	21,61%	3.336.352	4.065.985	21,87%
	1.2 - OUTROS PODERES	557.767	624.683	12,00%	1.137.688	1.246.321	9,55%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	442.713	462.170	4,39%	849.335	896.743	5,58%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.740.471	5.308.896	11,99%	9.868.556	11.146.582	12,95%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	1.538.453	1.856.752	20,69%	2.184.483	2.629.371	20,37%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.367.562	1.674.807	22,47%	1.928.839	2.348.938	21,78%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	170.891	181.945	6,47%	255.643	280.433	9,70%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.659.192	1.914.211	15,37%	3.285.953	3.739.763	13,81%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.542.826	1.537.934	-0,32%	4.398.119	4.777.447	8,62%
CAPITAL	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	35.479		-100,00%	1.388.014	1.292.995	-6,85%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.507.347	1.537.934	2,03%	3.010.105	3.484.452	15,76%
	4 - INVESTIMENTOS	307.715	380.331	23,60%	565.417	545.538	-3,52%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	269.089	340.313	26,47%	498.912	494.451	-0,89%
	4.2 - OUTROS PODERES	38.626	40.018	3,60%	65.632	51.087	-22,16%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS				873		-100,00%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	71.378	39.974	-44,00%	77.744	43.091	-44,57%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.969	577.845	44,11%	714.666	976.533	36,64%
	TOTAL SEM FUNDEB	8.289.149	9.544.182	15,14%	16.549.757	18.920.792	14,33%
	FUNDEB	785.602	855.166	8,85%	1.553.817	1.810.531	16,52%
	TOTAL GERAL	9.074.751	10.399.349	14,60%	18.103.574	20.731.324	14,52%

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

O agrupamento das despesas orçamentárias por Categoria Econômica proporciona melhor visibilidade das ações executadas pelo governo do Estado. Esta forma de classificação é estabelecida pelo art.12 da Lei 4.320/64.

A Tabela 25 apresentada acima descreve os gastos realizados de acordo com a categoria e o grupo de despesa.

Com relação às Despesas Correntes, no bimestre, cabe destacar a ampla participação das despesas obrigatórias, não discricionárias, (transferências aos municípios). O custeio da máquina administrativa



aumentou 20% por conta da expansão de programas sociais e os gastos com inativos e pensionistas cresceram 15,37%, refletindo os benefícios concedidos ao longo de 2012 aos servidores ativos. Nas despesas de capital, a liquidação no grupo 6 (Amortização da Dívida), tem apresentado significativas variações tanto no acumulado do ano (36,6%) como no bimestre (44,11%) essencialmente em decorrência da variação da arrecadação, já que o pagamento segue um percentual da Receita Líquida Real, conforme legislação vigente. Nos Investimentos o crescimento de +23,60% (+R\$ 72,6 milhões) reflete, em parte a execução das obras do Maracanã

Nos próximos itens serão expostos detalhadamente os gastos, as variações e as justificativas ocorridas em cada grupo de despesa individualmente.

➤ Despesas de Pessoal

Bimestre 2013: R\$ 2,77 bilhões/ + 19,31%

Acumulado: R\$ 5,31 bilhões/ +18,74%

Tabela 26

DESPESAS DE PESSOAL
PRINCIPAIS ÁREAS

ÓRGÃO	NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
	2012	2013	VAR %	2012	2013	VAR %
SEGURANÇA	500.791.379	652.372.350	30,27%	928.428.967	1.208.632.210	30,18%
EDUCAÇÃO	349.226.260	407.147.664	16,59%	677.411.015	794.898.855	17,34%
DEFESA CIVIL	146.847.220	191.288.053	30,26%	261.252.824	340.733.719	30,42%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	148.847.213	172.267.903	15,73%	281.730.331	321.761.232	14,21%
FAZENDA	57.164.538	123.909.742	116,76%	111.584.062	272.323.205	144,05%
DEMAIS ÁREAS	1.123.025.773	1.227.980.196	9,35%	2.213.632.783	2.373.956.544	7,24%
TOTAL	2.325.902.383	2.774.965.908	19,31%	4.474.039.982	5.312.305.766	18,74%

Na Tabela 26 estão detalhados os maiores gastos por área:

A maior variação 144,05% (+R\$ 160,73 milhões) ocorre na área fazendária, basicamente por conta do pagamento da Prestação Pecuniária Eventual¹⁴ (R\$ 142,81 milhões) -Tabela 27. No exercício anterior, no mesmo período, esta despesa de caráter indenizatório não foi realizada, por não ter havido cumprimento de meta relativa ao 2º semestre de 2011.

A PPE é apurada no mês seguinte ao semestre relativo à meta e paga em até duas parcelas no mesmo semestre em que apurada.

Em menor escala, a renovação do quadro de servidores fazendários por seleção em concurso público ao longo de 2012, auditores,

Tabela 27

Prestação Pecuniária Eventual		
JAN - FEV	1º Parcela	84.504.337
MAR-ABR	2º Parcela	58.311.293
	Total	142.815.630

¹⁴ A PPE é estabelecida através da superação da meta traçada de arrecadação para pagamento dos fiscais.



analistas de finanças públicas e outras carreiras fazendárias também impactaram a despesa do bimestre na área Fazendária.

A despesa com Segurança até bimestre foi de R\$ 1,21 bilhão, comparado ao mesmo período de 2012, apura-se um incremento de 30,18% (+R\$ 280,20 milhões), refletindo o aumento do auxílio moradia (Lei Estadual 6.162/2012 no % de 107,5% do soldo). Outros benefícios vem contribuir para a variação apontada, o Decreto Nº 43.538 de 03/ 04/2012 que Cria o **Regime Adicional de Serviços – RAS**, regulamentando o **Programa Estadual de Integração na Segurança – PROEIS**, e o **Programa Estadual de Segurança nos Serviços Públicos Em Regime de Concessão – PROESP** demonstrados na Tabela 28.

Tabela 28

PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	PAGAMENTO	VALORES DA GRATIFICAÇÃO			
				Nível	Turno 06 Horas	Turno 08 Horas	Turno 12 Horas
REGIME ADICIONAL DE SERVIÇOS -RAS	Serviços temporários prestados por servidores da SESEG,CBMERJ e SEAP, definidos pelos respectivos titulares, para participação em programas específicos (Rio + 20).	Convocação	Recursos do Estado	Oficial Superior	R\$ 188	R\$ 250	R\$ 375
				Oficial	R\$ 150	R\$ 200	R\$ 300
				Praças	R\$ 113	R\$ 150	R\$ 225
PROGRAMA ESTADUAL DE INTEGRAÇÃO NA SEGURANÇA - PROEIS	Ações determinadas pelo Comando-Geral da PMERJ conforme convênios firmados com municípios do ERJ ou termos de cooperação pactuados com o Poder Executivo.	Inscrição Voluntária	Conveniente	Oficiais		R\$ 175	
				Graduado s e Praças			R\$ 150
PROGRAMA ESTADUAL DE SEGURANÇA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM REGIME DE CONCESSÃO - PROESP	Ações determinadas pelo Comando-Geral da PMERJ - convênios firmados entre o Estado e as concessionárias de serviços públicos, visando manutenção da ordem pública na prestação de serviços (SUPERTVIA).	Inscrição Voluntária	Conveniente	Oficiais		R\$ 175	
				Graduado s e Praças			R\$ 150

A despesa de pessoal da Educação apresentou um crescimento de 17,34% (+R\$ 117,48 milhões) no acumulado deste exercício, dos quais 96,49% (R\$ 113,36 milhões) foram liquidados pela SEEDUC – Secretaria de Educação. No bimestre, o incremento foi de R\$ 57,92 milhões (+16,59%), consequência do pagamento da gratificação por qualificação profissional e do pagamento antecipado das parcelas da gratificação Programa Nova Escola, previsto para terminar em 2015.



Outras Despesas Correntes

As despesas correntes do ERJ, conforme apresentada na Tabela 25 apontaram crescimentos, tanto na análise bimestral como no acumulado: 11,99% e 12,95% respectivamente. A Tabela 29 apresenta as principais ações executadas.

Tabela 29

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

PRINCIPAIS AÇÕES

AÇÕES	NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
	2012	2013	VAR %	2012	2013	VAR %
Apoio às Ações de Saúde (Manut. Hospitais, OS, UPA, Gestão Compart., Contratação Saúde Priv., Assist. Alta Complex.)	184.533.291	283.613.085	53,69%	240.932.444	391.152.045	62,35%
Ações dos Demais Poderes	170.890.798	181.945.271	6,47%	255.643.451	280.433.385	9,70%
Operacionalização do Bilhete Único	71.414.402	110.044.996	54,09%	125.441.662	170.134.987	35,63%
Renda Melhor + Aluguel Social	64.320.381	68.685.842	6,79%	62.862.290	81.766.795	30,07%
FAPERJ - Apoio a Pesquisadores	32.992.006	35.629.643	7,99%	60.919.100	56.734.590	-6,87%
Incentivo ao Esporte*	7.425.067	21.434.030	188,67%	27.524.112	36.914.574	34,12%
Demais Desp. Custeio	1.006.877.206	1.155.398.959	14,75%	1.411.159.870	1.612.235.020	14,25%
Subtotal CUSTEIO	1.538.453.152	1.856.751.826	20,69%	2.184.482.928	2.629.371.395	20,37%
INATIVOS E PENSIONISTAS	1.659.192.260	1.914.210.582	15,37%	3.285.953.310	3.739.763.028	13,81%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.542.825.714	1.537.933.898	-0,32%	4.398.119.303	4.777.447.260	8,62%
TOTAL	4.740.471.126	5.308.896.306	11,99%	9.868.555.542	11.146.581.683	12,95%

*Rio 2016 + Realização de Atividades Esportivas

** Exclui despesas intraorçamentárias

Fonte: SIG 22/05/2013

Dentro desse contexto, as despesas de custeio apresentaram aumentos consideráveis no bimestre (+20,69%) e no acumulado (+20,37%), diferentemente do valor executado em Transferências Obrigatórias, que apesar da variação positiva na análise até o bimestre (+8,62%), respondeu com uma execução a menor no bimestre (-0,32%), já que não houve pagamento de encargos com a União/Royalties.

No 2º bimestre de 2013, em outras despesas correntes, foram executados R\$ 5,3 bilhões (+11,99%), e no acumulado R\$ 11,4 bilhões (+12,95%).

As ações de Saúde responderam com um incremento de R\$ 99,08 milhões (+53,69%), resultado das atividades nas Unidades de Pronto Atendimento e das ações dos Programas Gestão Compartilhada Parcial e Integral em Unidades Próprias, contratação de Serviços de Saúde, Assistência Hospitalar e Ambulatorial em Medicina de Alta Complexidade. No final de 2012 a Secretaria de Saúde, buscando melhor qualidade nos serviços prestados à população, começou a implantar nova metodologia de administração da Rede de Saúde Pública optando pela contratação de Organizações Sociais (OS),



através da formalização de Contratos de Gestão. Até o 2º bimestre de 2013, a despesa desses contratos requereu R\$ 283,61 milhões e, no bimestre, individualmente, R\$ 54,15 milhões.

Ainda no âmbito das despesas correntes, merece destaque a Operacionalização do Bilhete Único. O custo neste 2º bimestre foi de R\$ 110,044 milhões no e no acumulado do ano R\$ 170,134 milhões. O repasse para empresa RIOCARD, que administra a utilização do benefício, alcançou R\$ 10 milhões/semana, contra R\$ 8 milhões/semana no mesmo período de 2012. O aumento do repasse foi o resultado do crescimento significativo de usuários cuja utilização já supera 130 milhões de transações em 2013.

Também merecem destaque as ações Renda Melhor e Aluguel Social, com significativo aumento de R\$ 18,90 milhões quando comparado ao acumulado até o 2º bimestre/de 2012 (+30,7%) resultado do aumento de beneficiados, que passou de 560.331 em abril de 2012, para 940.354 neste exercício.

Por fim, outro ponto relevante foi o acréscimo verificado, tanto no acumulado como no bimestre, nas ações de Incentivo ao Esporte: +34,12% (+R\$ 9,39 milhões) e +188,67% (+R\$ 14,00 milhões) respectivamente, aí incluído o pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), R\$ 14,73 milhões referentes a montagem de estrutura para o evento Soccerex.



➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 30 explicita as principais ações de Investimentos e Inversões Financeiras do Governo Fluminense. As despesas deste grupo somaram R\$ 588,62 milhões no acumulado, apresentando uma redução de 8,48% em relação ao mesmo período de 2012.

Destaque à Reforma do Complexo do Maracanã, que teve uma variação positiva de R\$ 152,71 milhões. Para financiar este importante projeto, foram utilizados recursos ordinários no valor de R\$ 51 milhões e de Operações de Crédito realizadas com o Banco do Brasil dentro do Programa Pró-Cidades (R\$ 47 milhões).

As Ações de Desenvolvimento dos Municípios do ERJ obtiveram um aumento substancial de R\$ 32,70 milhões em relação ao período anterior. Esta variação se refere, principalmente, à compra de terreno no município de Resende pela CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial), no qual a Nissan construirá sua primeira fábrica de automóveis na América do Sul.

Na ação de Implantação de Projetos de Infraestrutura, observou-se uma impactante variação de 453,86% (+ R\$ 36,76 milhões), sendo a maior parte devido a obras de conservação, infraestrutura e engenharia ambiental nos municípios de Queimados, Guapimirim, Cachoeira de Macacu, Rio das Flores, Duque de Caxias, Três Rios; Baixada Litorânea e Região Metropolitana, realizadas pela SEOBRAS – Secretaria de Obras.

O projeto de “Recuperação da Região Serrana”, cujo aumento foi de 363,01% (+R\$ 11,42 milhões), foi responsável pela produção de empreendimentos habitacionais e infraestrutura nos municípios atingidos pelas fortes chuvas – Nova Friburgo, Teresópolis, Bom Jardim, São João do Vale do Rio Preto e Sumidouro.

A ação de Implementação do Arco Metropolitano obteve variação positiva de 268% (+R\$ 21 milhões), justificada por obras de construção de estrada no entorno da Região Metropolitana do ERJ com o apoio do Governo Federal dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na tentativa de desviar o intenso tráfego de veículos. Esse desvio será importante para desenvolver economicamente algumas áreas da região metropolitana do Estado.

Outras importantes ações do PAC em municípios do ERJ (Abastecimento de Água, Macrodrrenagem e Projeto Iguaçu), que

Tabela 30

INVESTIMENTOS E INVERSÕES

PRINCIPAIS AÇÕES

PRINCIPAIS AÇÕES	ATÉ O 2º BIMESTRE		
	2012	2013	VAR %
Reforma do Complexo do Maracanã	2.384.803	155.099.077	6403,64%
Ações de Desenvolvimento dos Municípios do ERJ	6.171.877	38.873.062	529,84%
Implantação de Projetos de Infraestrutura	8.100.282	44.864.570	453,86%
Recup. Reg. Serrana	3.146.533	14.568.909	363,01%
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	7.902.443	29.086.650	268,07%
Ações do PAC (Abastecimento de Água, Macrodrrenagem e Projeto Iguaçu)	14.105.957	33.993.730	140,99%
Ações da Educação (Núcl. Pesq., Desenvol. Estudos, Integração UERJ e Ampliação da Rede)	23.808.333	46.258.181	94,29%
Ações Habitacionais(Produção, Recuperação e Melhoria de Unid. Habitacionais)	25.926.748	19.495.364	-24,81%
Reestr. Delegacias Legais e Órg. Investigativos	14.260.297	10.398.685	-27,08%
Ações PAC (Urbanização de Comunidades)*	15.538.268	9.608.644	-38,16%
Principais Ações Subtotal	121.345.542	402.246.871	231,49%
Demais Ações	521.815.121	186.381.324	-41,37%
Total Geral	643.160.663	588.628.195	-8,48%

* Comunidades de complexo do Alemão, Manguinhos e Pavão-Pavãozinho



visam o controle de inundações e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Sarapuí e Botas, na Baixada Fluminense, apresentaram uma execução a maior quando comparadas ao mesmo período de 2012: +R\$ 19,88 milhões, ou seja, aumento de 140,99%.

As ações de Educação apontaram crescimento dos investimentos em R\$ 22,45 milhões indicando, assim, uma variação positiva de 94,29%, quando comparadas a igual período de 2012. Dentre essas ações, houve destaque para os seguintes projetos: Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para Desenvolvimento Socioeconômico – gerenciado pela FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do RJ), Desenvolvimento de Estudos, Integração da UERJ e Ampliação da Rede, que se refere a auxílios concedidos para a realização de projetos de pesquisa individuais ou coletivos, bem como de outras atividades que tenham por objetivo o progresso da ciência, da tecnologia e da inovação.



V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁵, FECAM¹⁶ e FEHIS¹⁷.

Com o objetivo de garantir aplicação de recursos em educação e saúde, a Constituição Federal estabeleceu percentuais mínimos a serem aplicados em tais áreas.

Os Artigos nº 198 e 212 da Carta determinam, respectivamente, com base nos recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado, que 12% sejam aplicados em ações e serviços públicos de saúde e 25% em manutenção e desenvolvimento da educação.

O Estado do Rio de Janeiro ainda possui outras três vinculações: o Art. 332 da Carta Magna determina a destinação de 2% da receita tributária (deduzidas as transferências e vinculações legais) à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ; a Lei nº 1.060 de 1986, vincula 5% da receita proveniente de compensação financeira por exploração do petróleo ao Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM; e a Lei nº 4.056, que institui o Fundo Estadual de Combate a Pobreza, estabelece que 10% de seus recursos devem ser aplicados no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS.

A Tabela 31 apresenta a execução parcial dos índices até o segundo bimestre de 2013. O acompanhamento destes resultados ao longo do ano, bem como sua apresentação neste Boletim de Transparência, assume fins de planejamento e controle do cumprimento do índice, que é apurado no final do exercício.

Neste exercício houve uma importante mudança em relação à contabilização do FUNDEB para o índice da Educação, que passa a ser por conta redutora na receita, não mais havendo execução orçamentária nas atividades que contém dotação para transferências ao FUNDEB: Perda Líquida do Estado (parcela aplicada pelo Estado nos municípios) e Retorno do FUNDEB (aplicação direta do Estado pela Secretaria de Educação). Desta forma o valor de R\$ 1,811 bilhão até o segundo bimestre corresponde à transferência total do Estado para o Fundo. A SEEDUC mantém a execução dos recursos

Tabela 31

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS - DESPESA LIQUIDADA

PERÍODO	JAN- ABR 2012	JAN- ABR 2013	EM R\$	Var. %
EDUCAÇÃO				
RECEITA BASE	9.014.892	10.644.834	18,08%	
DESPESA LIQUIDADA*	2.081.871	2.619.891	25,84%	
FUNDEB**	1.553.817	1.811.925	16,61%	
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	2.253.723	2.661.208	18,08%	
% ÍNDICE	23,09%	24,61%	1,52%	
SAÚDE				
RECEITA BASE	9.014.884	10.644.818	18,08%	
DESPESA LIQUIDADA***	751.477	891.227	18,60%	
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.081.786	1.277.378	18,08%	
% ÍNDICE	8,34%	8,37%	0,04%	
FAPERJ				
RECEITA BASE	5.352.216	6.359.701	18,82%	
DESPESA LIQUIDADA	74.926	90.204	20,39%	
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	107.044	127.194	18,82%	
% ÍNDICE	1,40%	1,42%	0,02%	
FECAM				
RECEITA BASE	2.123.953	2.313.987	8,95%	
DESPESA LIQUIDADA	28.298	42.797	51,24%	
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)*****	106.198	137.471	29,45%	
% ÍNDICE	1,33%	1,85%	0,52%	
FEHIS				
RECEITA BASE	887.686	918.241	3,44%	
DESPESA LIQUIDADA	54.454	54.968	0,94%	
UOS	28.514	27.184	-4,67%	
Aluguel Social	25.940	27.784	7,11%	
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	88.769	91.824	3,44%	
% ÍNDICE	6,13%	5,99%	-0,15%	

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

** Valor pela Conta Redutora em 2013

*** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde e desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

**** Em 2013, valor equivalente a 5% da receita somado ao adicional do Pré-Sal.

SIG/SIAFEM

¹⁵ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁶ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹⁷ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



provenientes da FR 15 (FUNDEB) na função Educação, decorrentes do montante que compete à aplicação direta do Estado.

➤ Educação

Até o 2º bimestre de 2013, a despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 2,62 bilhões. A Tabela 32 ao lado demonstra a despesa executada por grupo, computada no limite mínimo constitucional, 24,61%, em relação à receita executada demonstrada na Tabela 31. As Outras Despesas Correntes, que agregam o Custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice e as transferências ao FUNDEB cresceram 17,88%, sendo esta última a de maior peso no gasto total do índice.

O repasse total do Estado para o FUNDEB participa com 69,16% na despesa total do bimestre. Dos R\$ 538 milhões a mais, 48% correspondem ao Fundo (+R\$ 258,1 milhões), que tem um grande peso no total aplicado no índice, 69,16% em 2013.

A variação de 65,5% nas despesas de pessoal reflete não só os benefícios concedidos ao longo de 2012 e neste início de ano, como também a decisão de governo de aportar recursos do Tesouro no RIOPREVIDÊNCIA para atender aos pagamentos de inativos e pensionistas; nesse sentido foram antecipados os valores referentes à despesa com obrigação patronal, até o mês de setembro, inclusive. Expurgada essa despesa dos 2 (dois) períodos em análise, o crescimento passa para 49,14%, refletindo o aumento de 8% na remuneração, o pagamento do auxílio qualificação e o enquadramento por formação a toda a classe do magistério.

Nas despesas de custeio, a maior parte do aumento de R\$ 46,87 milhões R\$ 34,93 milhões é decorrente do crescimento do auxílio alimentação e transporte concedidos aos funcionários da SEEDUC (R\$ 34,93 milhões). Outros R\$ 6,09 milhões foram gastos com pagamentos de precatórios pela UERJ.

A Tabela 33 apresenta o detalhamento do Índice pelas unidades orçamentárias que o compõem. A Secretaria de Educação –

Tabela 32

Aplicação na Função Educação

Em R\$

Grupo de Despesa	2012	2013	Variação %	Part. % em 2013
Pessoal	363.481.925	601.636.798	65,52%	22,96%
Outras Desp. Correntes	1.705.577.061	2.010.560.636	17,88%	76,74%
Custeio*	151.760.092	198.636.112	30,89%	7,58%
FUNDEB*	1.553.816.969	1.811.924.524	16,61%	69,16%
Investimento/Inversões	12.927.060	12.416.529	-3,95%	0,47%
RP Cancelado	(115.114)	(4.723.143)	4003,00%	-0,18%
TOTAL GERAL	2.081.870.931	2.619.890.820	25,84%	100,00%

SIG/SIAFEM

* A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral.

Tabela 33

Distribuição do Índice por UO

Ítulo das Unidades Orçamentárias*	2º BI 2012	2º BI 2013	Variação	Part. % em 2013
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	100.569.260	262.357.895	160,9%	32,3%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	189.888.550	250.593.296	32,0%	30,8%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	161.705.738	204.513.829	26,5%	25,2%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	36.465.655	43.129.079	18,3%	5,3%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	29.295.084	38.154.318	30,2%	4,7%
CECIERJ - Fund Centro Ciênc Educ Sup Distânc do Est RJ	5.933.718	7.271.451	22,5%	0,9%
UEZO - Fund Centro Universitário da Zona Oeste	4.311.070	6.669.571	54,7%	0,8%
Total das Unidades Orçamentárias**	528.169.076	812.689.439	53,9%	31,0%
FUNDEB**		1.553.816.969	16,6%	69,2%
RP Cancelado**		(115.114)	(4.723.143)	4003,0%
Total do Índice da Educação	2.081.870.931	2.619.890.820	25,8%	100,0%

SIG/SIAFEM

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.



SEEDUC, responsável pela administração de 1.312 escolas que atendem a um contingente de 904.050 alunos na rede estadual, se destaca com a maior participação e a maior variação percentual do período em análise, 160,9% (+R\$ 161,78 milhões).

O grande aumento verificado na SEEDUC está relacionado ao crescimento das despesas de custeio de pessoal citadas acima – pagamento dos benefícios. O pagamento das últimas parcelas do antigo programa Nova Escola geraram aumento na folha da Secretaria, contribuindo também para a variação apontada.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ também figura com montantes expressivos de gastos: participação de 30,8% no total aplicado no bimestre e variação de 32% (+R\$ 60,70 milhões) em relação ao bimestre anterior. Deste montante R\$ 35,54 milhões são relativas às despesas de contribuição patronal (já justificado acima); R\$ 5,29 milhões se referem a auxílios financeiros a estudantes, atendendo, entre outras despesas ao pagamento da bolsa permanente, ao Programa CETREINA (concessão de estágio e bolsa-auxílio ao aluno com vistas a sua inserção no mercado de trabalho) e ao PROATEC (bolsas que atendem projetos desenvolvidos pela UERJ).

A FAETEC é responsável pela educação pública profissional e técnica no ERJ oferecendo educação voltada para o mercado de trabalho, favorecendo a inclusão social dos alunos. Na Tabela 34 fica demonstrada a área de atuação da FAETEC na implementação da política de educação profissional no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente a rede atende cerca de 300 mil alunos por ano em mais de 150 cursos entre profissionalizantes, técnicos e tecnológicos.

A SEEDUC administra 1.312 unidades da rede de ensino do Estado atendendo 904.050 alunos, concentrando quase um terço da contribuição para o índice constitucional, excluindo-se o repasse ao FUNDEB.



Tabela 34
QUANTITAVO DE UNIDADES DA FAETEC

Nível de Escolaridade	Quantidade	Unidades de Ensino	
ENSINO FUNDAMENTAL	4	EEEF	Escolas Estaduais de Ensino Fundamental
	1	CAEP	Centro de Apoio Especializado à Educação Profissional
FORMAÇÃO PROFISSIONAL - ENSINO MÉDIO	58	Cetep	Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante
	37	CVT	Centros Vocacionais Tecnológicos
	18	ETE	Escolas Técnicas Estaduais
ENSINO SUPERIOR	8	FAETERJ	Faculdades de Educação Tecnológica do ERJ

Em relação às despesas acumuladas até este segundo bimestre a FAETEC contabilizou um acréscimo de 26,5% (+R\$ 42,80 milhões), basicamente em despesas de pessoal, também refletindo o pagamento antecipado da obrigação patronal ao RIOPREVIDENCIA (+R\$ 23,27 milhões). Registra-se ainda aumento da remuneração dos estatutários (+R\$ 7,01 milhões) que inclui benefícios e admissão de novos profissionais, despesas de contratação terceirizada (+R\$ 6,32 milhões) e contratação de professores pelo regime de mão-de obra temporária.

A despesa do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Novo DEGASE, responsável pela recuperação de menores infratores, aumentou 30,2% (+R\$ 8,85 milhões) basicamente com gastos de pessoal. Ao longo de 2013, o quadro de servidores deverá ser ampliado, com a admissão de profissionais na área médica, técnica e socioeducativo. Em investimentos, o Departamento foram aplicados R\$ 1,03 milhão nas reformas dos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente da Penha e de Santa Cruz e nas obras no Centro de Atendimento Intensivo de Volta Redonda.

A Universidade Estadual da Zona Oeste – UEZO também apresentou uma variação significativa em relação ao exercício anterior (54,7%). O percentual se deve ao aumento de funcionários concursados na área acadêmica, a concessão de auxílio financeiro a estudantes, bolsa de pesquisa aos estudantes cotistas (450 alunos) e do auxílio transporte e alimentação.

Pelo DEGASE Foram investidos R\$ 1,03 milhão com reformas nos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente da Penha e de Santa Cruz, além de obras no Centro de Atendimento Intensivo de Volta Redonda.



- Educação - Outras Fontes de Recursos**

Como explicado no parágrafo introdutório da última seção, somente a aplicação dos recursos do Tesouro Estadual, ou seja, os arrecadados diretamente pelo Estado ou oriundos de transferências da União, é contabilizada para fins do cumprimento do Índice. Contudo, a função Educação conta com outras fontes de receitas que são responsáveis por montante significativo dentro do gasto total da área.

A Tabela 35 abaixo apresenta a destinação das fontes não Tesouro na função Educação, que se manteve em patamar idêntico ao mesmo período de 2012, com uma aplicação maior de R\$ 6,95 milhões.

Tabela 35
FUNÇÃO EDUCAÇÃO

FR - FONTES NÃO TESOURO	2º BI 2012	2º BI 2013	Var.%	Part. % 2013	Em R\$
FUNDEB	657.220.962	676.672.674	3,0%	89,0%	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	62.557.066	49.663.435	-20,6%	6,5%	
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	11.445.540	9.969.030	-12,9%	1,3%	
RECURSOS PRÓPRIOS	9.162.327	9.909.386	8,2%	1,3%	
SUS	6.395.638	8.840.421	38,2%	1,2%	
CONVÊNIOS (FR 12-13)	6.656.161	5.335.422	-19,8%	0,7%	
Total Geral	753.437.694	760.390.368	0,9%	100,0%	

*Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

Os recursos do FUNDEB aqui contabilizados se referem à parcela transferida ao FUNDO que retorna para aplicação direta pelo Estado em sua Rede Educacional, orçamentariamente, considerada como Outras Fontes de Recursos, porque recebe código específico FR 15 para identificar sua origem. Eles concentraram 89% do total da despesa financiada por outras FRs, com uma execução maior em R\$ 19,45 milhões. A FR 15 se destina principalmente à folha de pessoal, além do benefício do auxílio alimentação concedido a partir de abril (R\$ 8,51 milhões) e folha suplementar do auxílio qualificação concedido a 44.465 professores em parcela única neste exercício.

O Salário-Educação (FR 05) apresentou uma redução de 20,6% (-R\$ 12,89 milhões) localizada nas despesas de preparo de alimentação, serviços de higiene e vigilância, refletindo as revisões contratuais realizadas pela SEEDUC. As transferências voluntárias do FNDE (FR 24), aplicada basicamente em merenda escolar também apresentaram pequena variação negativa no período em análise.

Com recursos do FUNDEB, no período janeiro/abril, foram executados R\$ 676,6 milhões. Deste montante, mais de 60% foram destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, conforme determina a Lei federal 11.494.



Os recursos do SUS executados pela UERJ são totalmente direcionados à Operacionalização do Hospital Pedro Ernesto, cresceram 38,2% (+R\$ 2,44 milhões) e suas unidades descentralizadas, para serviços de saúde.

➤ Saúde

Até esse segundo bimestre de 2013, foi evidenciado um significativo aumento das despesas do Estado em ações direcionadas para a saúde pública: +18,6% (R\$ 139,75 milhões), conforme demonstrado na Tabela 36.

O aumento dos gastos de custeio reflete a mudança de gestão na prestação de serviços de saúde à população, agora gerenciados por OS, mediante contratos de gestão.

A ação que requereu maiores valores liquidados foi a Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias, por OS, com R\$ 77,64 milhões aplicados. Tais recursos foram destinados à Gestão dos Serviços de Saúde gerenciados por OS com contrato de gestão em diversas UPA's do ERJ, quais sejam: a de Copacabana, Tijuca, Botafogo, Jacarepaguá, Mesquita, Bangu, Queimados, Nova Iguaçu, Marechal Hermes, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Ricardo de Albuquerque, Realengo, Engenho Novo, Ilha do Governador, Irajá, Maré e Penha.

Pode-se destacar ainda nesse novo modelo, a Gestão Compartilhada Integral em Unidades Próprias. Dos R\$ 70,5 milhões aplicados para esse projeto, R\$ 35,09 milhões foram aplicados em favor da Organização Social de Saúde Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus; R\$ 10,69 milhões no Hospital de Ortopedia e Traumatologia Dona Lindu; R\$ 16,97 no Hospital da Criança e R\$ 7,75 milhões para o Hospital da Mulher Heloneida Studart.

A Gestão Compartilhada Parcial em Unidades Próprias também liquidou montante expressivo de R\$ 57,10 milhões até este bimestre dos quais, R\$ 19,80 milhões foram gastos em favor da OS Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, que executou ações e serviços de saúde nas unidades de terapia intensiva e semi-intensiva do Hospital Estadual Albert Schweitzer, e R\$ 37,30 milhões em favor da OS Pró-Saúde, que realizou serviços de saúde no Hospital Estadual

Tabela 36

Aplicação no Índice da Saúde por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	2012	2013	Var. %	Part. % em 2013
Pessoal	403.925.021	420.810.872	4,2%	47,2%
Outras Desp. Correntes	316.704.850	462.236.638	46,0%	51,9%
Investimento/inversões	30.594.986	6.677.607	-78,2%	0,7%
Amortização	331.351	1.516.871	357,8%	0,2%
RP Cancelado	79.401	14.983	-81,1%	0,0%
TOTAL GERAL	751.476.806	891.227.005	18,6%	100,00%

SIG/SIAFEM

O Hospital da Mulher Heloneida Studart, que atende mães e bebês de alto risco, já contabiliza mais de 11 mil nascimentos nesses três anos de funcionamento. Com uma média de 10,8 mil atendimentos por mês, a unidade é hoje a principal referência no atendimento a gestantes de alto risco e bebês prematuros na Baixada Fluminense.



Rocha Faria, no Hospital Estadual Getúlio Vargas e nas unidades de terapia intensiva no Hospital Estadual Carlos Chagas.

Na Tabela 37 observa-se a distribuição do Índice da Saúde por Unidade Orçamentária. Nota-se que o Fundo Estadual de Saúde (FES) apresenta-se soberano na participação do índice (93,6%), sendo o responsável pela maior parte das aplicações em ações e serviços públicos em saúde do ERJ.

Tabela 37

O gasto da Fundação de Saúde do ERJ, órgão recém criado, representa 4,9% do índice. Os recursos aqui aplicados são recursos do Tesouro, empenhados pelo FES, basicamente para pagamento de pessoal. Sua despesa vem aumentando a cada ano refletindo a contratação pelo regime celetista de profissionais de saúde concursados, regime este adotado a partir do final de 2011 visando remunerar melhor os profissionais dessa área. Em relação a igual período de 2012 o acréscimo foi de R\$ 40,99 (+ 1755,2%).

Distribuição do Índice por UO

Título das Unidades Orçamentárias	2º BI 2012	2º BI 2013	Variação	Part. % em 2013
FES - Fundo Estadual de Saúde	739.667.505	834.340.839	12,8%	93,6%
Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro	2.335.639	43.329.619	1755,2%	4,9%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	9.506.472	13.570.200	42,7%	1,5%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	46.591	1.331	-97,1%	0,0%
Total das Unidades Orçamentárias	751.556.207	891.241.989	18,6%	100,0%
RP Cancelado	(79.401)	(14.983)	-81,1%	0,0%
Total do Índice da Saúde	751.476.806	891.227.005	18,6%	100%

SIG/SIAFEM

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) aumentaram R\$ 4,06 milhões em 2013 em relação ao ano anterior (+42,7%), mantendo, no período em análise, participação idêntica a 2012, 1,5% das aplicações em ações e serviços de saúde do ERJ.

A Tabela 38 apresenta outras ações desenvolvidas pelo Governo do ERJ na área de Saúde que tiveram importante destaque até o 2º bimestre de 2013.

**Tabela 38****Outras Ações de Saúde em Destaque no 2º Bimestre de 2013**

Hospital Municipal Evandro Freire, na Ilha do Governador, para atendimento de dependentes de crack

Inaugurado em 01º de março de 2013, a unidade conta com 120 leitos, sendo 73 de internação e conta com especialidades cirúrgicas gerais, nefrologia e trauma. O Hospital custou R\$ 57 milhões e poderá realizar seis mil atendimentos mensais. A estimativa é de que 900 mil moradores da região e do entorno sejam beneficiados.

Hospital Estadual da Criança, em Vila Valqueire, inicia atendimento ambulatorial

Na primeira semana de funcionamento, 36 crianças receberam atendimento ambulatorial e passaram por avaliação da equipe de ortopedia. É a primeira unidade do ERJ voltada para atendimento pediátrico, realizando cirurgias de média e alta complexidade, além de tratamento de câncer. Em 28 de março de 2013 foi habilitado pelo Sistema Nacional de Transplantes para realizar cirurgias pediátricas de rim, fígado e músculo esquelético.

Centro Estadual de Transplantes (CET) completa um mês com 14 cirurgias

Primeira unidade da Secretaria de Saúde dedicada exclusivamente à realização de transplantes de fígado e rins em adolescentes e adultos. Funcionando dentro do Hospital São Francisco de Assis, o CET totalizou um investimento de R\$ 3 milhões. No primeiro mês de funcionamento, já realizou mais de 300 consultas, nove transplantes de rim e cinco de fígado.

Centro Estadual de Trauma do Idoso chega à marca de 500 cirurgias

Inaugurada há seis meses, a unidade é especializada no atendimento de pacientes acima de 60 anos. O Centro de Trauma tem capacidade para realizar cinco procedimentos por dia, chegando a 150 por mês. A meta é atender os idosos rapidamente, operando em até 48 horas depois da internação.

- Saúde - Outras Fontes de Recursos:**

Assim como ocorre na função Educação, a função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes que não são contabilizadas para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 39 demonstra o detalhamento desta execução.

Tabela 39**FUNÇÃO SAÚDE**

FR - FONTES NÃO TESOURO	ATÉ 2º BIM. 2012	ATÉ 2º BIM. 2013	VAR %	Part. % em 2013
RECUSOS PRÓPRIOS (FR 10)	3.901.026	93.901.786	2307,1%	64,1%
SUS (25)	59.134.855	49.500.847	-16,3%	33,8%
CONVÉNIOS (FR 13)	1.883.430	3.030.000	60,9%	2,1%
TOTAL	64.919.311	146.432.633	125,6%	100,0%

*Exclui despesas intra-orçamentárias

Comparativamente à execução realizada até o segundo bimestre de 2012, a despesa do Estado executada com Recursos Próprios dos órgãos (FR 10) aumentaram 2307,1% no mesmo período em 2013, +R\$ 90 milhões, à conta do IVB, dos quais R\$81 milhões, em Medicamentos em Geral e R\$ 3 milhões em desapropriação de



imóveis para ampliar sua capacidade de produção industrial, Despesas essas financiadas com transferências voluntárias da União, embora ainda não totalmente realizadas financeiramente na receita da Empresa.

As despesas financiadas com recursos do Sistema Único de Saúde (FR 25) decresceram 16,3% em relação a 2012, apesar de a sua receita ter crescido 17,8%¹⁸. Os recursos dos SUS financiaram, nestes dois primeiros bimestre, parte das despesas das atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade para prestação de Serviços de Saúde (R\$ 28,52 milhões) e de Assistência Farmacêutica Especializada (R\$ 5,45 milhões), além dos gastos com Medicamentos Excepcionais.

Em relação aos recursos oriundos dos Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde (FR 23), o ERJ também apresentou um significativo aumento nos gastos dos quatro primeiros meses de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram R\$ 40,97 milhões a mais (uma variação para maior de 1754,4%), dos quais R\$ 27,80 milhões correspondem aos salários de pessoal regidos pela CLT – referentes aos concursados da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro que estão sendo incorporados nos quadros da saúde de nosso Estado.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro é uma agência de fomento à ciência, tecnologia e inovação, cumprindo este papel sendo o órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia formuladas pelo Governo do ERJ.

A Tabela 40 ao lado evidencia a execução orçamentária da FAPERJ, detalhada por projetos, financiados com os recursos do Tesouro, ou seja, a contabilizada para cumprimento do limite mínimo Constitucional. Em separado apresenta-se o detalhamento das ações custeadas com recursos de arrecadação própria e de convênios.

Até o segundo bimestre de 2013, o IVB aplicou R\$ 81,84 milhões de FR 10 em Medicamentos em Geral. Esse aumento na produção de medicamentos nacionais permite uma independência em relação aos medicamentos importados, reduzindo custos para o governo e possibilitando a ampliação do acesso aos medicamentos pela rede do SUS.

Tabela 40

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA JAN-ABRIL (LIQUIDAÇÃO)			
Fonte Tesouro	Em R\$		
PROJETO ATIVIDADE	ATÉ 2º BI 2012	ATÉ 2º BI 2013	Var.%
Núcleo de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	1.271.443	31.310.761	2362,6%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	23.980.034	20.309.800	-15,3%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	21.442.969	19.350.285	-9,8%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	5.992.043	6.333.974	5,7%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	4.158.187	4.052.085	-2,6%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	3.036.498	2.628.771	-13,4%
Inovação Tecnológica	7.494.057	2.454.155	-67,3%
Pessoal e Encargos Sociais	1.648.459	2.170.322	31,7%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	1.228.250	731.139	-40,5%
Manut Atividades Operacionais / Administrativas	393.073	388.741	-1,1%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	2.218.445	368.000	-83,4%
Despesas Obrigatorias	-	51.683	
Apoio ao Pesquisador na Empresa	66.280	46.960	-29,1%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	6.614	6.978	5,5%
Tecnologia da Informação p/ Gest Pública- PRODERJ	1.989.963	-	-100,0%
TOTAL GERAL	74.926.314	90.203.651	20,4%
Outras Fontes			
PROJETO ATIVIDADE	2º BI 2012	2º BI 2013	Var.%
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	17.872	202.094	1030,8%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	5.707.299	-	-100,0%
Inovação Tecnológica	137.167	-	-100,0%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	786.507	365.900	-53,5%
Total Geral	6.648.846	567.994	-91,5%
TOTAL GERAL	81.575.160	90.771.645	11,3%

¹⁸ Conforme consta da Tabela 19 – Item IV.I.3.1



O total liquidado com pelas fontes do Tesouro até este bimestre cresceram 20,4% (+R\$ 15,27 milhões) se comparado com o mesmo período do ano passado. Tal variação foi liderada pelo projeto Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, executando R\$ 30,03 milhões a mais em relação ao ano anterior. Este valor é decorrente da quitação da 3º parcela de dois editais que atendem despesas de custeio e equipamentos para a realização de pesquisas: Pensa Rio, que apoia o estudo de temas relevantes e estratégicos para o ERJ; e Prioridade Rio, que desenvolve estudos de temas prioritários para o governo.

Na ação Apoio a Estudantes e Pesquisadores, em que são liquidados auxílios financeiros a pesquisadores e estudantes, houve pequena redução de 15,3%. O valor de R\$ 3,67 milhões a maior em 2012 foi referente ao pagamento de folha suplementar da parceria FAPERJ/INMETRO, destinada a auxílio de novos bolsistas no primeiro quadrimestre daquele ano, que não se repetiu neste exercício.

Em Inovação Tecnológica a despesa decresceu 67,3% em 2013, o total realizado de R\$ 2,42 milhões atendeu as duas primeiras parcelas do edital de pesquisa Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do ERJ. Foram concedidos auxílios para pesquisas no setor de tecnologia da informação, além de outros projetos em outras áreas em diversas instituições, entre elas a própria UERJ, que está destinando tais recursos para o projeto da Empresa Sul Fluminense no campus de Resende.

Em relação às despesas cobertas pelas outras fontes de recursos, a despesa de R\$ 202 mil no projeto Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, liquidada com recursos próprios, constitui devolução à FINEP e ao CNPQ de saldos de projetos não aplicados pelos pesquisadores.

O valor de R\$ 365 mil em Apoio e Estudantes e Pesquisadores foi saldado com recursos provenientes de convênio e destinados ao pagamento de auxílios financeiros.



➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM é responsável pela gestão de projetos de investimento no setor de ambiente e conta com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo do ERJ. Todas as ações sob supervisão do Fundo em 2013 estão descritas na Tabela 41 ao final desta seção.

Os três primeiros projetos da tabela representam 66,13% dos R\$ 42,8 milhões liquidados até o bimestre, mantendo-se como os mais representativos no FECAM em 2013, desenvolvendo ações relacionadas com o controle de inundações na Baixada Fluminense e Região Serrana.

Na Baixada Fluminense foram investidos R\$ 12,6 milhões em trabalhos de recuperação ambiental nas bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, construção de unidades habitacionais e pagamento de aluguel social, destinados às famílias residentes nas áreas de inundações. Já na Região Serrana foram investidos R\$ 15,7 milhões, nas ações de Prevenção e Controle Ambiental de Inundações e no Projeto de Macrodrenagem - PAC-RJ, que contemplaram a recuperação ambiental de bacias hidrográficas da região, indenizações às famílias atingidas e a compra e instalação de sistema de radiocomunicação para monitoramento de emergências ambientais do Centro de Informações de Emergência do INEA.



Tabela 41

AÇÃO	VALOR LIQUIDADO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	12.554.685	CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NAS BACIAS DOS RIOS IGUAÇU, BOTAS E SARAPUI, NA BAIXADA FLUMINENSE APOIO AO INEA NO GERENCIAMENTO E NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	INEA
Prevenção e Controle Ambiental Inundações	10.287.935	AQUISICAO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RADIODIFUSÃO PARA MONITORAMENTO DE EMERGENCIAS AMBIENTAIS NO CENTRO DE INFORMAÇÕES DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS DO INEA SUPERVISÃO E APOIO TÉCNICO DO PROJETO EXECUTIVO E DA EXECUCAO DAS OBRAS EMERGENCIAIS (2ª FASE) DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES NOS MUNICÍPIOS DE TERESÓPOLIS, PETRÓPOLIS E NOVA FRIBURGO PROJETO DE INDENIZAÇÃO AS VITIMAS QUE FORAM ATINGIDAS PELA TRAGÉDIA NATURAL NA REGIÃO SERRANA	INEA
Projeto de Macrodrrenagem PAC - RJ - FECAM	5.460.932	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUCAO DAS OBRAS EMERGENCIAS(2ª FASE) DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS RIOS SANTO ANTÔNIO, QUIABA E CARVÃO, EM PETROPOLIS/RJ, E DO CORREGO DANTAS E RIO BENGALA EM NOVA FRIBURGO .	INEA
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	3.171.271	CONSTRUCAO DE SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTO DO SISTEMA PAVUNA E EM SARAPUÍ	CEDAE
Lixo Zero - FECAM	3.056.437	EXECUÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTACAO DO COMPLEXO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FIDELIS CONTROLE E AFERIÇÃO DOS ÍNDICES DE EFICIÊNCIA DO PROGRAMA COMPRA DO LIXO TRATADO CONVÉNIO PARA VIABILIZAR A ADEQUADA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIO DE SAO JOAO DE MERITI E MARICÁ	SEA
Projetos a Cargo do FECAM	2.554.515	PROJETO BÁSICO EM SISTEMA DE INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS PARA MITIGACAO DAS CHEIAS DO RIO MURIAE NOS MUNICÍPIOS DE ITAPERUNA, ITALVA E CARDOSO MOREIRA, DO RIO POMBA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELEBORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO PARA OBRAS DE RECUPERACAO AMBIENTAL DO COMPLEXO LAGUNAR DE JACAREPAGUÁ	SEA
DEMAIS AÇÕES	5.711.341	PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA,TRANSPORTE E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO NO DISTRITO DE MONTE ALTO, MUNICÍPIO DE ARRAIL DO CABO CAPACITAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - FÁBRICA VERDE	SEA
TOTAL			42.797.115

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social – FEHIS é financiado com recursos do Fundo Estadual de Pobreza – FECP. São contabilizadas para o limite estadual as ações financiadas por essa fonte de recurso, alocadas na Secretaria de Obras, na Secretaria de Habitação, no Instituto de Terras e Cartografia e na Companhia de Habitação do ERJ. Todos os projetos executados até o segundo bimestre do presente ano estão descritas na Tabela 42.

As principais ações do FEHIS neste período estão relacionadas ao pagamento de aluguel e a construção de unidades habitacionais (UH), que somam R\$ 44,9 milhões, concentrando 81% do total de R\$



54,9 milhões liquidados. O Aluguel Social é a principal ação, estando a cargo da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, com R\$ 27,8 milhões pagos a famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo, Manguinhos e Complexo do Alemão, representando 50,55% do total liquidado.

A produção de Unidades Habitacionais, a cargo da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro, foi a segunda maior ação, com R\$ 17,2 milhões, representando 31,23% do total liquidado. Nesta ação, além da produção das unidades, são feitas obras de infraestrutura necessárias para atender a população que irá residir no local.

Tabela 42

ÓRGÃO	AÇÃO	VALOR LIQUIDADO	PRINCIPAIS PROJETOS
SEOBRAS	Urbanização do Dona Marta	721.017	CONSTRUÇÃO DE 64 UNIDADES HABITACIONAIS E DE 1 CENTRO COMUNITÁRIO DE AÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE SANTA MARTA
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	799.488	INDENIZAÇÕES PARA DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEIS NECESSÁRIAS AS OBRAS DO PAC NO COMPLEXO DE MANGUINHOS
	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	4.456.999	DESAPOPIAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA COMUNIDADE DO ALEMÃO, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DE 40 UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	464.785	OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PAVÃO, PAVÃOZINHO E CANTAGALO
TOTAL SEOBRAS			6.442.289
SEH	Acomp Exc do PI Est Hab Int Social - PEHIS	171.630	PAGAMENTO DA ÚLTIMA PARCELA RELATIVA A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
	Banco de Terras	1.235	VISTORIA EM TERRENO COM VISTAS A AQUISIÇÃO/DESAPOPRIAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM
	Realização de Estudos Técnicos	200	IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA HABITAR BRASIL NO MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL
	Reloc Morad Assent Pop - Áreas Risco/Insalub	202.375	PAGAMENTO DE ALUGUEL PROVISÓRIO NOS MUNICÍPIOS DE VOLTA REDONDA, LAJE DO MURIAÉ E CACHOEIRAS DE MACACU
TOTAL SEH			375.240
ITERJ	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	483.548	AQUISIÇÃO DE 40 CONJUNTOS DE TRATAMENTO INDIVIDUAL DE ESGOTO SANITÁRIO VISANDO ATENDER AO ASSENTAMENTO FAZENDA ENGENHO NOVO NO MUNICÍPIO DE SAO GONCALO
			LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA ATENDER AS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO DE FARIA MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E NO ASSENTAMENTO TERRA PROMETIDA NOS MUNICÍPIOS DE DUQUE DE CAXIAS E NOVA IGUACU
			DESAPOPRIAÇÃO RELATIVA AO DOMÍNIO ÚTIL DO TERRENO 12.273,00M, NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
	Implantação de Portal de Comunicação	79.403	PRESTAÇÃO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE COMUNICAÇÃO WEB E SISTEMA DE GESTÃO
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	11.567	VISTORIA NA COMUNIDADE TRÊS POÇOS NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA.
TOTAL ITERJ	Regularização Fundiária de Interesse Social	11.245	AQUISIÇÃO DE UM STORAGE IOMEGA PX4-300D HB 2TB.
			585.763
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais (UH)	17.166.098	OBRAS DE INFRAESTRUTURA EXTERNA NO TERRENO OBJETO DA PRODUÇÃO DE UH NA CIDADE DE DEUS - RESIDENCIAL PRESIDENTE ITAMAR FRANCO I, II E III
			INVESTIMENTO VISANDO A CONSTRUÇÃO DE 215 UH NO EMPREENDIMENTO VILA DA MATA EM XEREM, DUQUE DE CAXIAS, PARA BENEFICIAR VÍTIMAS DE ENCHENTES.
			CONSTRUÇÃO DE 684 UH NOS MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DE MACACU, CARMO, PETRÓPOLIS, CASEMIRO DE ABREU E TRÊS RIOS
	Projeto Habitacional a cargo do Fundo - FNHIS	110.579	PAGAMENTO DA 9ª MEDICAO, EMPREENDIMENTO VARJÃO NO MUNICÍPIO DE PIRAÍ.
	Recuperação de Receita Oriunda do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	94.576	SERVIÇOS DE EVOLUÇÃO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS NO PADRÃO FCVS
	Recuperação e Melhoria de UH	2.329.266	RECUPERACAO DE 70 BLOCOS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO GONÇALO, MESQUITA E RIO DE JANEIRO
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	79.610	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIA NA LOCALIDADE DO MORRO DO PREVENTÓRIO, NO MUNICÍPIO DE NITEROI
TOTAL CEHAB			19.780.129
SEASDH	Aluguel Social	27.784.364	ALUGUEL SOCIAL PARA AS FAMÍLIAS DA REGIÃO SERRANA, NITEROI, SÃO GONÇALO, MANGUINHOS E COMPLEXO DO ALEMÃO
TOTAL SEASDH			27.784.364
TOTAL GERAL			54.967.784

**Box 02 – DESPESAS DA AGRICULTURA**

O Box deste bimestre destaca a evolução dos gastos no período de 2007 a 2013 realizados pela Agricultura, as suas fontes financiadoras e detalha os gastos com investimentos, destacando-se o programa Rio Rural e Estradas da Produção.

Para fins da análise da despesa total na área da agricultura, foram computadas as despesas da Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAPC) e suas entidades supervisionadas, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do ERJ (EMATER) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de ERJ (PESAGRO).

À SEAPC compete definir e implantar políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao agronegócio, com ênfase no fornecimento de oportunidades de trabalho e renda para desenvolver o interior do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, tem uma importante atribuição na intervenção imediata quanto ao desatares na região serrana, pois esta área é a primeira realizar ações de desobstrução das estradas, por possuir um contingente grande de máquinas e tratores, dando assim suporte a defesa civil.

FONTES DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA**Gráfico**

Hoje a área de agricultura conta em 2013 com um orçamento disponível de R\$ 205,04 milhões. Até maio foram executados 24,4% (R\$ 49,96 milhões) do total. Ao longo destes sete anos os recursos da fonte Tesouro financiaram, em média, 82,5%, das suas despesas, com exceção dos anos de 2010 e 2013 que ficou abaixo da média com 67% e 63%, respectivamente, refletindo o financiamento de parte das despesas com Operações de Crédito. O gráfico acima ilustra os recursos aplicados pela Agricultura nos últimos seis anos e os recursos disponíveis para o exercício de 2013.



O gasto com Agricultura nesses últimos anos vem crescendo significativamente, 97,09% (+ R\$101 milhões) se comparado a 2007, este crescimento se deu por conta da SEAPEC que vem ao longo do tempo ganhando espaço na composição dos gastos da área por reflexo dos investimentos no Programa Rio Rural, financiado com recursos de Operações de Crédito contratadas junto ao Banco Mundial em 2010.

PROGRAMAS DA AGRICULTURA

Destaque para os programas Estradas da Produção e Rio Rural, principalmente a partir de 2011, com a implementação de ações que buscam o desenvolvimento da zona rural dos municípios fluminenses. Em paralelo, o gasto de outras ações direcionadas ao atendimento aos municípios da Região Serrana, atingidos por intempéries, também fazem parte da despesa da Agricultura.

TIT PROGRAMA	PROGRAMAS DA ÁREA DA AGRICULTURA						Disponível
	2007	2008	2009	Liquidado	2011	2012	
Apoio ao Desenvolvimento Rural	4.555.501	5.939.352	6.828.551	55.878.922	8.239.632	6.893.094	17.916.138
Apoio Desenv Pesquisa Científ e Tecn Agropec				2.903.655	3.757.902	2.678.938	6.348.631
Estradas da Produção					11.484.558	29.884.717	14.272.214
Gestão Administrativa	95.896.509	83.655.576	79.568.795	89.923.515	99.818.262	100.911.323	103.373.990
Programa Sanidade Rio de Defesa Agropecuária	456.920	657.599	2.998.810	2.117.240	2.360.705	1.514.998	6.752.621
Rio Rural	3.131.277	4.788.460	7.166.800	9.634.442	45.093.457	23.672.227	56.385.251
Total Geral	104.040.206	95.040.987	96.562.957	160.457.775	170.754.516	165.555.298	205.048.845

PROGRAMA ESTRADAS DA PRODUÇÃO

O Programa tem como foco principal a recuperação/adequação de estradas vicinais Fluminenses, de forma a possibilitar condições mínimas para o escoamento da produção, permitindo sua comercialização pelos respectivos produtores. Foram aplicados até 2012, R\$ 41,36 milhões, basicamente em aquisição de 181 máquinas, beneficiando de forma emergencial municípios da Região Serrana: Areal, Bom Jardim, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto. Inclui-se ainda a construção de pontes, detalhadas por município no quadro abaixo. Em 2013 a dotação para o Programa é de R\$14,27 milhões.

Construção de Pontes	
Quantidades	Pontes
14	Nova Friburgo
12	Sumidouro
6	Bom Jardim
8	Teresópolis

- 915,7 KM de estradas recuperadas
- 9.926 produtores beneficiados
- 1.676,5 hectares produtivos recuperados
- 8.854 produtores atendidos



As fotos a seguir dão visibilidade à execução do Programa.

**Comunidade de Pilões (Nova Friburgo) – Atendida pelo Programa
Estradas da Produção Emergencial**



ANTES



DEPOIS

PROGRAMA RIO RURAL

O Programa Rio Rural gerenciado pela SEAPEC, realiza ações de desenvolvimento sustentável na zona rural do Estado do Rio de Janeiro e possui o apoio financeiro do Banco Mundial/BIRD. O programa gerencia a gestão das microbacias hidrográficas e ainda oferece apoio técnico e financeiro aos agricultores para aumento de renda no campo e melhoria das práticas agrícolas.

Em 2011, foi concluído o **projeto-piloto Rio Rural GEF**, que investiu R\$ 28 milhões (50% doados pelo Fundo Global para Meio Ambiente) em 48 microbacias do Norte e Noroeste Fluminense. Os resultados contribuíram para a melhora de condição de vida de aproximadamente 4 mil famílias rurais, que receberam incentivos e assistência técnica para implementação de 1.587 projetos individuais e coletivos, beneficiando 17.220 hectares.

O programa **Rio Rural/BIRD**, atualmente em execução, requereu até o momento R\$ 113,01 milhões, dos quais R\$ 62 milhões no atendimento de população da Região Serrana com a ampliação de sistemas agrícolas integrados e fortalecimento da produtividade da agricultura familiar. Com o financiamento do BIRD e apoio técnico da FAO, o Rio Rural está sendo expandido para 200 comunidades rurais de 59 municípios do Estado, e já beneficiou 8.519 famílias rurais.

Para esta expansão, o programa conta com 450 máquinas e equipamentos em apoio à recuperação de estradas vicinais, reconstrução de pontes e ao produtor agrícola. Dentre estes equipamentos destaque para a aquisição de 44 micro patrulhas que ajudaram 32 associações rurais, além de duas patrulhas mecanizadas para auxiliar na manutenção dessas estradas vicinais.



Em situação emergencial, em 2011, o Programa apoiou as regiões atingidas pela catástrofe quando aplicou R\$ 62 milhões na assistência ao agricultor para preservar sua produção, na recuperação dos acessos às comunidades e nas estradas vicinais em áreas agrícolas de Teresópolis, Petrópolis, Nova Friburgo, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim Trajano de Moraes e de Santa Madalena.

Através deste programa, 9.700 agricultores já foram beneficiados com aquisição de insumos, equipamentos de irrigação, mini patrulhas, reformas de casas, preparo do solo e obras de recuperação de estradas e pontes, em 297.915 hectares (96%) das terras agrícolas da Região Serrana.



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A cota financeira mensal para programação de desembolso, estabelecida por unidade gestora, publicada em 18 de abril de 2013, por meio da Resolução SEFAZ nº 614, apresentou um acréscimo em torno de R\$ 1,2 bilhão para o 1º quadrimestre do ano, em relação ao montante estabelecido pela Resolução anterior.

Observe-se que cerca de R\$ 1,0 bilhão desse montante, pertinente às Outras Fontes de Recursos, decorre, em maior parte, das liberações oriundas de Operações de Crédito, Convênios com a Administração Direta e Transferência Voluntária da União. Tais recursos serão aplicados em programas como reequipamento de unidades escolares, nutrição e melhoria da infraestrutura escolar.

Verifique-se, na Tabela 43, que com este acréscimo, o índice de liberação da Cota Financeira, até o segundo bimestre do ano corrente, foi praticamente equitativo para as FRs, sendo 55,47% (R\$1,57 bilhão) para as FR do Tesouro e 44,53% (R\$1,26 bilhão) para Outras FR. Contudo, a utilização desses recursos pelos órgãos não seguem a mesma distribuição: a parcela utilizada suportada FR do Tesouro, foi de 93,01% da Cota Financeira liberada, enquanto nas Outras FR, utilizou-se, apenas, 37,22%. Dessa forma, ratifica-se a tendência dos órgãos em utilizar os recursos do Tesouro em detrimento dos demais recursos.

Especificamente, em relação a cota financeira pertinente a FR do Tesouro, cabe ressaltar a agilidade das áreas prioritárias, Educação, Saúde e Segurança, pois estas converteram praticamente 100% de suas respectivas cotas em Programações de Desembolso -

Gráfico 5

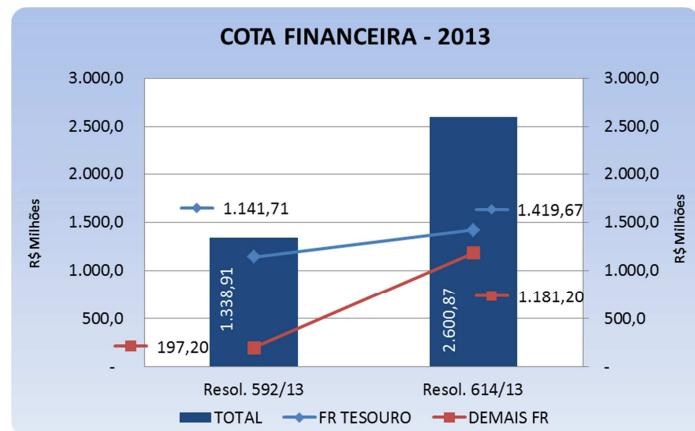


Tabela 43

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ ABRIL DE 2013					
FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	R\$ Milhões DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	2.621	1.658	1.571	1.461	1.231
FR - Outras	1.446	521	1.261	469	432
Total geral	4.067	2.178	2.832	1.930	1.663

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Abr/2013

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	63,24%	105,53%	88,14%	93,01%	84,28%
FR - Outros	36,00%	41,27%	90,18%	37,22%	92,05%
Total geral	53,56%	76,91%	88,63%	68,16%	86,17%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Abr/2013

Tabela 44

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2013 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	R\$ MILHÕES DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	238	126	125	124	95
SAÚDE	842	546	429	427	344
SEGURANÇA	162	106	92	90	87
DEMAIS ÁREAS	1.379	879	925	819	705
TOTAL GERAL	2.621	1.658	1.571	1.461	1.231

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Abr/2013

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	52,80%	100,77%	98,73%	99,49%	76,38%
SAÚDE	64,90%	127,46%	78,22%	99,70%	80,54%
SEGURANÇA	65,82%	115,43%	85,00%	98,12%	96,64%
DEMAIS ÁREAS	63,74%	95,05%	93,14%	88,53%	86,07%
TOTAL GERAL	63,25%	105,55%	88,12%	93,01%	84,28%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Abr/2013



PD. Em relação a liquidação, todas as áreas foram céleres, destacando-se a área da Educação, a qual liquidou percentual de 98,73% dos seus empenhos até o 2º bimestre de 2013 (Tabela 44).

No tocante aos pagamentos, o Tesouro adimpliu 84,3% das Programações de Desembolso emitidas. Dentre as áreas prioritárias, cabe destaque para a área de Segurança, onde foram quitadas, aproximadamente, 97% das PD's emitidas até o segundo bimestre do ano corrente.

Analisando-se a cota financeira liberada, os órgãos estaduais utilizaram 93% do total, conforme evidenciado no Gráfico 6. Ademais, apenas, 14,6% do total de recursos utilizados ainda não foram quitados, evidenciando a celeridade dos pagamentos.

Comparando-se a Cota Financeira liberada pertinente as FR do Tesouro, até o 2º bimestre de 2013, em relação ao mesmo período do ano passado, verifica-se que houve um aumento de 12,85%.

VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual, durante o segundo bimestre de 2013, elevou o prazo médio praticado no pagamento das Programações de Desembolso, emitidas pelos órgãos, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse fato ocorreu devido a suspensão dos pagamentos, por um determinado período, no qual foi debatido o impasse sobre a aprovação da nova Lei sobre a repartição das receitas provindas dos Royalties entre os Estados da Federação. A SUBFIN, apesar desse cenário, praticou um prazo médio de pagamento de 16 dias, para as áreas prioritárias; e, 21 dias, para as áreas não prioritárias, como observa-se nos números apresentados na Tabela 45.

O Tesouro Estadual, neste bimestre, adimpliu 76,5% das PD's em até 20 dias (Gráfico 7). E, apenas, 37 Programações de

Gráfico 6

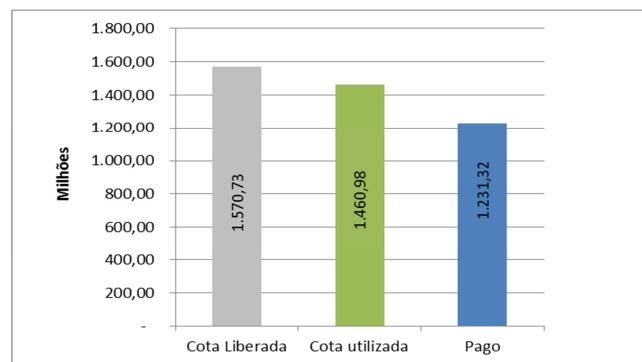
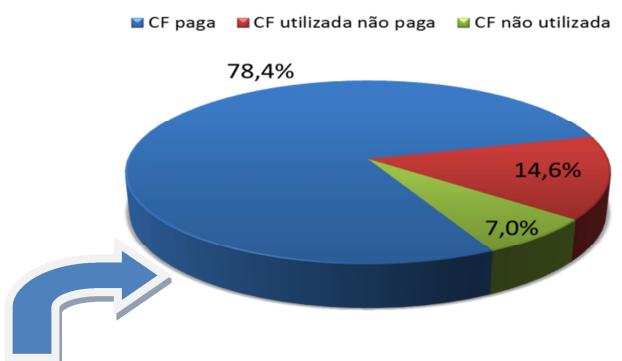


Tabela 45

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

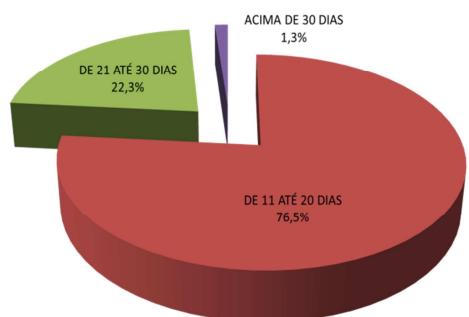
2º BIMESTRE DE 2013

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	16
NÃO PRIORITÁRIAS	21
MÉDIA GERAL	19

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 7

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO
2º BIMESTRE 2013





Desembolso foram adimplidas após 30 dias das suas respectivas datas de emissão, que totalizaram um montante de, aproximadamente, R\$ 3,7 milhões.

Mesmo diante dessa sutil elevação no prazo médio de pagamento em relação ao mesmo período do ano anterior, o Tesouro Estadual continua pagando seus fornecedores, quase em sua totalidade, com um prazo inferior a 30 dias após a data da emissão da Programação de Desembolso, pelos órgãos estaduais. Esta tendência ratifica a política de celeridade da execução dos pagamentos.

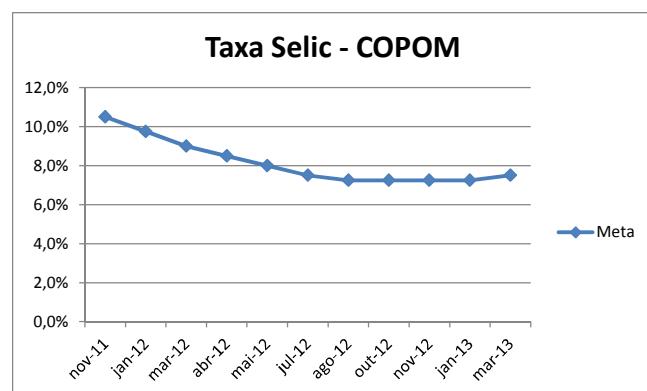
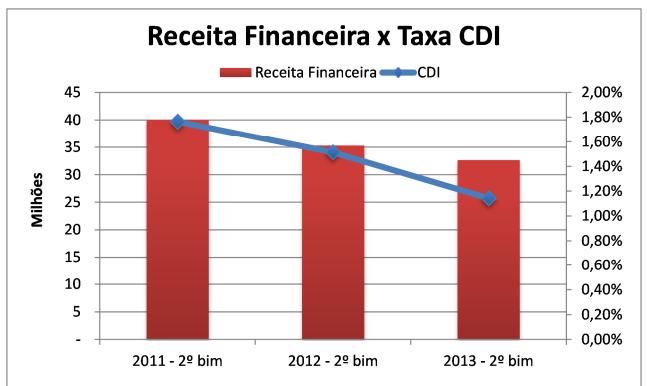
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 174ª reunião¹⁹, aumentou em 0,25 pontos percentuais a taxa SELIC, elevando a mesma para 7,5% a.a. Este foi o primeiro aumento desde julho de 2011, e, segundo o COPOM, a medida visou assegurar a convergência da trajetória da inflação para a meta de 4,5% a.a., estabelecida pelo mesmo para 2013.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho no segundo bimestre de 2013, obtendo, em média, 102,5% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Quanto a receita financeira, o montante registrado no 2º bimestre de 2013 apresentou aumento de 6,6% em relação ao bimestre anterior. Tal resultado foi possível devido a alocação, de quase totalidade, dos recursos disponíveis do Tesouro nos fundos exclusivos (99,6%), pois estes possuem performance melhor que outros fundos disponíveis para aplicação.

Por outro lado, quando comparasse o 2º bimestre de 2013 com o mesmo período do exercício anterior, observa-se que houve queda de 7,5% na receita financeira registrada. Atribui-se tal resultado a taxa

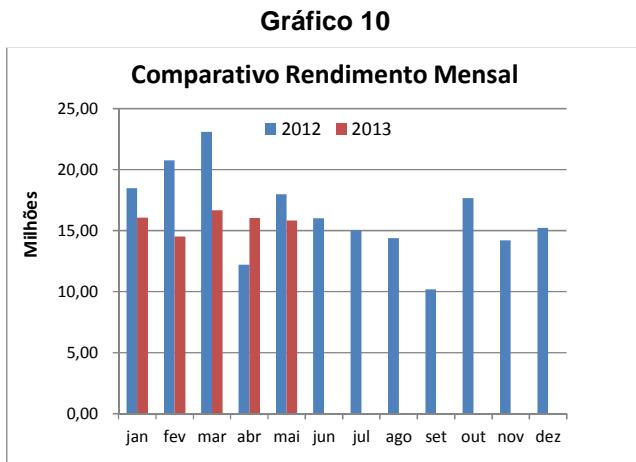
Gráfico 8**Gráfico 9**

¹⁹ Reunião realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2013.



do CDI (Certificados de Depósito Interbancário – *benchmark*), que apresentou queda de 21,3% em relação ao mesmo período de 2012.

Analisando-se o período de janeiro a abril de 2013, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 63,5 milhões, montante este que representa 28% dos R\$ 225,4 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para todo o ano de 2013.



VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a abril de 2013, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 55,6 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 57%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 21,5%, para serviços de água e esgoto; 13,5%, para serviços de telefonia (fixa e móvel); e 8%, para os demais serviços.



Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2013, foram disponibilizados R\$ 318 milhões²⁰ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 117 milhões, ou seja, 36,8%.

Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e, a consequentemente celeridade nos pagamentos, é o acompanhamento e controle das mesmas por meio do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os

²⁰ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.



procedimentos de execução orçamentária e financeira

das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais²¹, atualmente abarca 16 concessionárias.

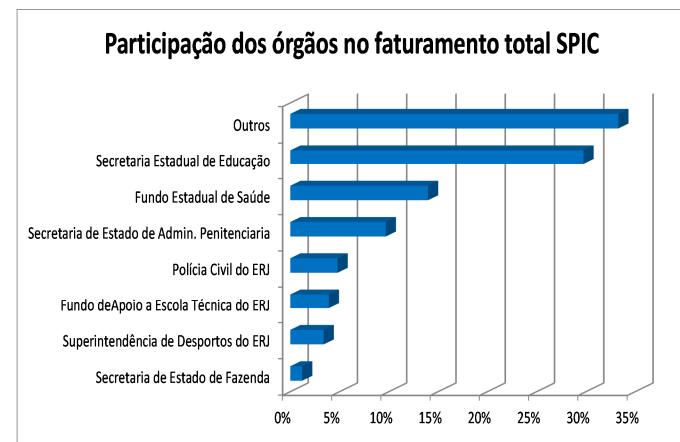
Considerando as despesas realizadas em 2013, através do SIPC, foram registrados R\$ 95,7 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 40,1 milhões, ou seja, 42% do total.

O atraso de pagamentos, pelo Estado, junto às concessionárias (58%), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

No tocante ao 2º bimestre, verifica-se que a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), juntas, são responsáveis por 53% do montante faturado em março/abril, sendo que este grupo quitou, apenas, 23% do total de suas obrigações.

Por outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do RJ (PRODERJ), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Fundação Leão XIII (FL.XIII) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Instituto de Segurança Pública do Estado do RJ (ISP), Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e o Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA).

Gráfico 13



²¹ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.



VI.4.1 Características de Consumo

Analizando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 2º bimestre de 2013, verifica-se uma redução global de 3,7%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em março e abril de 2013, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 9,9 milhões, sendo R\$ 8,4 milhões de demanda contratada e R\$ 1,5 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, está em vigor o contrato celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a OI/Telemar em abril de 2012. Observe-se que, no primeiro quadrimestre de 2013, a média do faturamento foi de R\$ 1,1 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, os quais são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 96 mil.

Já em relação aos serviços de água e esgoto, no 2º bimestre de 2013, foram faturados R\$ 20 milhões, com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE comprehende cerca de 85% do total faturado para este tipo de serviço.

Tabela 46

FAVORECIDOS	1 Bim/13	2 Bim/13
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	73.462,18	120.709,11
AGUAS DE NITEROI	1.147.158,63	1.250.857,64
AGUAS DE NOVA FRIBURGO	93.906,75	133.348,01
AGUAS DO IMPERADOR	104.875,55	125.943,39
AGUAS DO PARAIBA	911.121,34	1.053.354,41
CEDAE	17.298.417,75	17.089.653,05
AGUAS DE JUTURNABA	185.017,42	189.434,35
PROLAGOS S/A	108.902,96	150.844,01
SAAE / B.MANSA	27.963,81	38.573,46
SAAE / V.REDONDA	127.140,90	63.221,07
Total Faturado	20.077.967,29	20.215.938,50

Obs.: O valor de SAAE/VR refere-se ao valor consumido até março/2013, pois a fatura de abril ainda não foi recebida.

VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no segundo bimestre de 2012.



VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deveria quitar seu estoque em 15 anos.

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro deveria transferir, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

No entanto, no dia 14 de março de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 4.357 e 4.425, para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que criava o regime especial de pagamento.

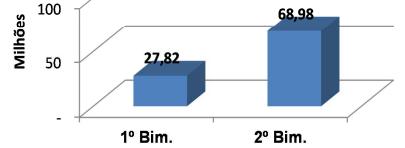
Não obstante, até a publicação da decisão do STF, quando então serão modulados seus efeitos, os Tribunais deverão dar continuidade aos pagamentos conforme o Regime Especial adotado.

Assim, nos meses de março e abril de 2013, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos dos precatórios, no montante de R\$ 96,80 milhões.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza apenas os pagamentos dos acordos de parcelamento de precatórios (celebrados antes da EC nº 62/2009) e de requisições judiciais de pequeno valor.

Gráfico 14

Pagamentos de Precatórios realizados pelos Tribunais





No 2º bimestre de 2013, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 2,01 milhões em pagamentos de sete acordos de parcelamento celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 2º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 440 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 5,44 milhões.

Ressalte-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme disposto no § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²².

Tabela 47

PAGAMENTOS DE RPV - 2º BIM. 2013		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
MARÇO	214	1.485.277,63
ABRIL	226	3.957.516,53
TOTAL	440	5.442.794,16

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 2º bimestre de 2013, o montante de R\$ 104,25 milhões.

²² O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".



VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

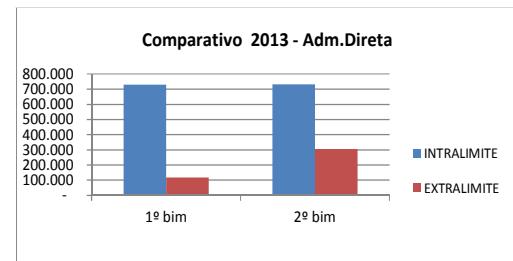
O Tesouro Estadual desembolsou, no 2º bimestre de 2013, R\$ 1,04 bilhão com o serviço da dívida²³. A importância desembolsada foi 22,5% superior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação ocorreu principalmente devido aos pagamentos das parcelas semestrais dos contratos da dívida externa.

Do total pago no 2º bimestre de 2013, R\$ 732,18 milhões foram referentes à dívida intralimite²⁴, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização do resíduo em R\$ 68,48 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta, honrada com recursos do Tesouro²⁵ Estadual, alcançou R\$ 3,11 milhões, 175,0% superior em relação ao 1º bimestre de 2013. Essa diferença ocorreu em função do pagamento de R\$ 1,67 milhão dos contratos da Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP da Riotrilhos, que é efetuado semestralmente nos meses de abril e outubro.

Gráfico 15



²³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁴ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

²⁵ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



Tabela 48

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	1º bim 2012			2º bim 2013			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	413.225	434.513	847.738	575.832	461.280	1.037.112	22,34%
INTRALIMITE	331.826	397.561	729.387	334.928	397.249	732.178	0,38%
EXTRALIMITE	81.399	36.952	118.351	240.904	64.030	304.934	157,65%
INTERNA	72.139	27.187	99.326	74.209	30.090	104.299	5,01%
EXTERNA	9.260	9.765	19.025	166.695	33.940	200.635	954,60%
ADM. INDIRETA HONRADA	987	142	1.129	2.130	976	3.106	175,03%
TOTAL	414.212	434.655	848.867	577.962	462.255	1.040.217	22,54%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	262.484	397.540	660.023	266.449	397.249	663.698	0,56%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	331.826	397.540	729.366	334.928	397.249	732.178	0,39%
Diferença incorporada no resíduo	(69.342)	-	(69.342)	(68.479)	-	(68.479)	-1,24%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

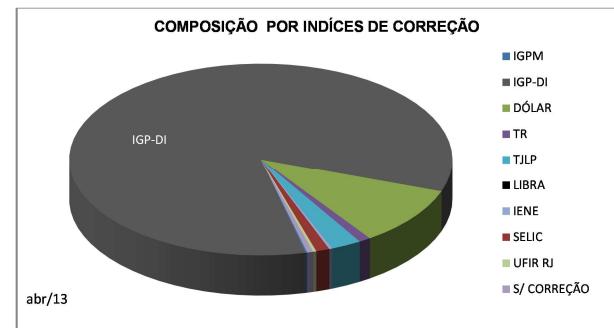
No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 954,6% em relação aos meses de janeiro e fevereiro, justificado pelo pagamento das semestralidades devidas e, principalmente, pela quitação do contrato referente ao Programa Estadual de Transportes – PET²⁶. Ressalte-se, contudo, que este montante representa 19,3% do total do serviço pago.

Gráfico 16

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º bimestre de 2013, o estoque da Dívida Financeira manteve-se estável em relação ao bimestre anterior, crescendo apenas 0,14%.

O estoque da dívida interna, seguindo a mesma tendência do total da dívida, cresceu apenas 0,23%, quando comparado ao



²⁶ O Contrato estabeleceu que, cada desembolso (liberação) devia ser tratado como um subcontrato a ser amortizado em 12 parcelas semestrais, sendo a data da primeira parcela paga na sétima parcela de juros. No entanto, o contrato estabeleceu, também, uma data limite como prazo final de amortização de 15/04/2013. Desta forma, as liberações que ocorreram após maio/2004, deram origem a subcontratos cuja a primeira parcela de amortização foi posterior a out/2007, acumulando assim parcelas a serem pagas em abril/2013.



1º bimestre de 2013, explicado, basicamente, pela capitalização de juros do contrato de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9496/97, e pela variação do IGP-DI²⁷, no período.

Tabela 49

	R\$ mil		
	1º Bimestre	2º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	71.671.231,39	71.771.812,02	0,14%
INTERNA	66.347.359,56	66.500.251,78	0,23%
Dívida com a União	66.347.359,56	66.500.251,78	0,23%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	5.230.566,57	5.179.203,35	-0,98%
Com Aval do Tesouro Nacional	5.227.547,60	5.176.133,73	-0,98%
Mobiliária	3.018,96	3.069,61	1,68%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	93.305,26	92.356,89	-1,02%
DÍVIDA FINANCEIRA	71.671.231,39	71.771.812,02	0,14%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	34.586.815,20	34.130.549,14	-1,32%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,07	2,10	1,48%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 7,2% do total da dívida financeira, encerrou o 2º bimestre de 2013 com saldo de R\$ 5,18 bilhões, ou seja, 0,98% inferior ao 1º bimestre de 2013, tendo em vista as amortizações ocorridas no período, não obstante a desvalorização do real frente ao dólar²⁸.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 92,36 milhões, representando uma queda de 1,02% em relação ao saldo verificado em janeiro e fevereiro de 2013.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio,

²⁷ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 2º bimestre fechou em 0,5% (IGP-DI de fev/13 e mar/13) e nos últimos 12 meses (de abr/12 a mar/13) em 7,99%.

²⁸ A cotação do dólar (US\$) no dia 28 de abril de 2013 foi de 2,0017, 1,6% superior a cotação do dia 28 de fevereiro de 2013 de 1,9754.



apresentou variação de 1,5% em relação ao 1º bimestre de 2013. Essa relação subiu de 2,07 para 2,10²⁹.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 92,07% do estoque. Desse montante, 87,24% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6,00%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo³⁰, representam 7,15%, e desse percentual, apenas 0,38% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³¹. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 19,51%.

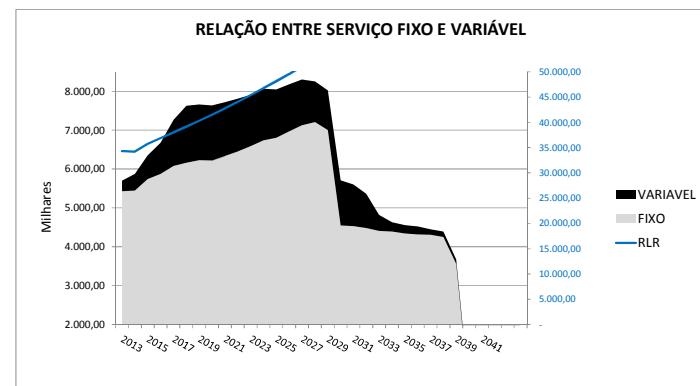
Em relação ao prazo médio de amortização³² e ao prazo médio de repactuação³³, estes atingiram 13,20 anos e 10,40 anos, respectivamente.

Tabela 50

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS
R\$ Mil

Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.333.150	2,01%	1,85%
2,1 - 4	230.170	0,35%	0,32%
4,1 - 6	62.726.488	94,75%	87,24%
acima de 6,1	1.914.301	2,89%	2,66%
Subtotal	66.204.109	100,00%	92,07%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	3.208.885	56,29%	4,46%
2,1 - 4	514.845	9,03%	0,72%
4,1 - 6	1.976.948	34,68%	2,75%
Subtotal	5.700.678	100,00%	7,93%
Total	71.904.787		100,00%

Gráfico 17



²⁹ A meta da dívida para o exercício de 2013, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,19.

³⁰ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

³¹ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

³² Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.



Cenários Econômicos

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 51

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	79,74%	59.818.165,07	IGP-DI	79,23%	57.985.568,76	IGP-DI	81,63%	67.561.534,27
DÓLAR	12,14%	9.109.478,04	DÓLAR	12,45%	9.109.478,04	DÓLAR	11,01%	9.109.478,04
TR	1,71%	1.279.549,54	TR	1,75%	1.279.549,54	TR	1,55%	1.279.549,54
TJLP	4,66%	3.494.415,79	TJLP	4,77%	3.494.415,79	TJLP	4,22%	3.494.415,79
LIBRA	0,00%	3.069,61	LIBRA	0,00%	3.069,61	LIBRA	0,00%	3.069,61
IENE	0,23%	174.497,98	IENE	0,24%	174.497,98	IENE	0,21%	174.497,98
SELIC	0,97%	725.207,74	SELIC	0,99%	725.207,74	SELIC	0,88%	725.207,74
UFIR RJ	0,14%	107.606,24	UFIR RJ	0,15%	107.606,24	UFIR RJ	0,13%	107.606,24
S/ CORREÇÃO	0,41%	305.604,72	S/ CORREÇÃO	0,42%	305.604,72	S/ CORREÇÃO	0,37%	305.604,72
TOTAL	100,00%	75.017.594,74	TOTAL	100,00%	73.184.998,42	TOTAL	100,00%	82.760.963,94

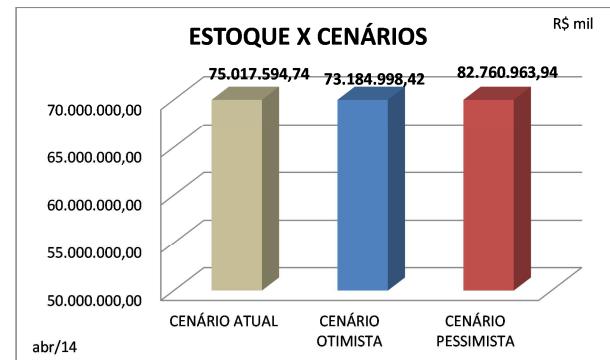
abr/14

abr/14

abr/14

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para a definição do intervalo de confiança de 95%, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,40% a.a. e 14,08% a.a., respectivamente. Considerando os cenários de variação da projeção do IGP-DI apresentados, o efeito no estoque da dívida, como pode ser observado nas tabelas acima, é de uma diferença, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 9,57 bilhões e, em valores relativos, de 13,08%.

Gráfico 18



Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 2,40% na participação do IGP-DI, no total da dívida, passando de 79,74%, no cenário atual, para 81,63%, no cenário pessimista.

Analizando-se o cenário macroeconômico o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou - 0,06%, em abril, após alta de 0,31% em março, de acordo com a FGV, refletindo aceleração do IPA e desaceleração do IPC e do INCC. O indicador acumula aumentos de 0,76% no ano, resultando em inflação acumulada em

³³ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).



doze meses de 5,83%. O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral recuou - 0,39% no mês, ante alta de 0,12% em março, acumulando queda de -0,18% no ano e alta de 7,02% em doze meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no IGP-DI(segundo componente mais importante do IGP-DI), registrou crescimento de 0,28% no mês, ante - 0,17% em março, acumulando alta de 1,48% no ano, comparativamente a 1,21% no mesmo período do ano anterior, e de 5,39% em doze meses. A desaceleração do IPC-DI em abril, foi favorecida pela queda no grupo alimentação, 0,95%, ante 1,31% em março e pela desaceleração em habitação, 0,74% em abril, ante 0,47% no mês anterior, e contribuição de 0,32 p.p. O INCC-DI variou 0,84% em abril, ante 0,28% em março, destacando-se a aceleração nos preços de materiais, equipamentos e serviços, 0,50% em abril, ante 0,42% apurado no mês anterior. O índice relativo a Materiais e Equipamentos subiu 0,46% em abril, ante 0,50% em março, e o referente a Serviços avançou 0,67% em abril, contra 0,13% da mediação no terceiro mês do ano. Já o índice relativo a Mão de Obra subiu 1,15% no quarto mês do ano. Em março, a taxa havia sido de 0,14%. O INCC acumula elevação de 2,32% no ano e de 7,25% em 12 meses.

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 2,92 bilhões para 6,95 bilhões e de 4,62% para 9,70%, no total da composição da dívida. Esse aumento decorreu das novas operações de crédito, contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro, junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas a moeda norte americana.

As Tabela 53 e Tabela 52 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de um ponto percentual (1%) nas variáveis chaves.

Conforme a Tabela 53, podemos observar que, com exceção da taxa Libor, a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves, no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete no acréscimo de R\$

Tabela 53

Variável Chave	Variação	Serviço	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+1,0%	+3.267,07	+0,058
Iene Japonês	+1,0%	+377,18	+0,007
OUTROS			
Libor	+1,0%	+62.426,6	+1,104

Tabela 52

Variável Chave	Variação	Estoque	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+1,0%	+91.433,56	+0,121
Iene Japonês	+1,0%	+1.744,98	+0,002



62,4 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 1,1% do mesmo. Verifique-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analizando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme dados disponibilizados na tabela 12, conclui-se que o mesmo, é pouco sensível a variações do dólar americano e do iene, visto que o aumento de 1% nessas moedas, gera um aumento de no máximo 0,1 % em relação ao estoque vinculado ao dólar americano.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 73,82 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em março e abril:

- R\$ 48,50 milhões, foram destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA II (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 12,44 milhões, foram destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 11,56 milhões, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,00 milhão, ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 321,41 mil, foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA).

Cabe destacar que foram assinados nos meses de março e abril, dois contratos de operação de crédito, conforme listados abaixo:

- (i) operação de crédito interno, assinada em 26/04/2013, junto ao Banco do Brasil, referente ao Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J II – PRÓ-CIDADES II, no valor de R\$ 3,14 bilhões; e



(ii) operação de crédito interno, firmada no dia 26/04/2013, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de R\$3,03 bilhões, destinados à implantação da infraestrutura da Linha 4 do Metrô (entre as estações Jardim Oceânico e General Osório), incluindo a expansão da estação General Osório e o trecho de interligação entre as Linhas 1 e 4 – PRÓ ML4.



Tabela 54

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 30.04.2013

Valores em R\$ mil

	2013		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	693.438,69	4.648.131,42	14.294.077,80
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	577.242,67	3.498.862,60	10.755.205,39
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	6.770,43	6.770,43
2. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	37.921,27	289.001,31	408.829,13
3. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	-	27.542,72	27.542,72
4. BNDES PMAE II	-	5.856,57	5.856,57
5. CAIXA PAC	321,41	73.953,47	73.953,47
6. CAIXA-VIALIGHT	-	51.775,84	259.138,33
7. BNDES - MARACANÃ_ COPA 2014	-	40.000,00	40.000,00
8. B. BRASIL - PROGRAMA PRÓ-CIDADES	539.000,00	-	1.656.000,00
9. BNDES - METRÔ LINHA 4 - FASE I	-	22.844,74	22.844,74
10. CAIXA - PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II	-	109.843,25	415.372,57
11. PROINVEST BB	-	471.821,00	471.821,00
12 - PROCOI / CAIXA	-	399.957,43	1.199.871,43
13. PRÓ-CIDADES II B. BRASIL	-	1.004.127,85	3.135.800,00
14. LINHA 4 METRÔ - FASE II BNDES	-	995.368,00	3.031.405,00
			-
Demais	116.196,01	1.149.268,82	3.538.872,40
15. PET II AQUISIÇÃO DE TRENS - B. BRASIL - 21.1.017	15.830,99	66.852,09	66.852,09
16. RIO RURAL - BIRD -21.1.1018	-	20.550,23	37.164,34
17. PROFAZ - BIRD - 21.1.020	-	18.214,79	23.942,93
18. PRÓ-GESTÃO - BIRD - 21.1.021	1.000,00	23.969,36	35.359,78
19. PRODETUR - BID 21.1.022	-	154.367,22	212.820,74
20. PSAM - BID 21.1.024	-	129.283,71	886.713,07
21. PET II ADICIONAL - BIRD - 21.1.025	-	189.751,94	1.140.697,56
22. POE - CAF - 21.1.026	-	120.102,00	120.102,00
23. PROVIAS - CAF - 21.1.027	-	85.713,14	465.717,87
24. MARACANÃ PROCOPA II - CAF 21.1.030	95.785,47	109.128,02	109.128,02
25. ARCO METROPOLITANO - CAF - 21.1.031	3.579,55	180.853,39	320.272,00
26. INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I 21.1.032	-	50.482,91	120.102,00
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	1.524.669,89	1.772.056,72
1.RIORURAL - ADICIONAL		39.613,18	205.000,00
2-RIO METRÓPOLE PROGESTÃO II		16.400,00	98.400,00
3-INVESTIMENTOS COMPLEMENTARES COPA E OLIMPIADAS	-	1.468.656,72	1.468.656,72
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	37.000,00	600.000,00
Total	693.438,69	6.209.801,31	16.666.134,51

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de abr/2013

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012.



Tabela 55

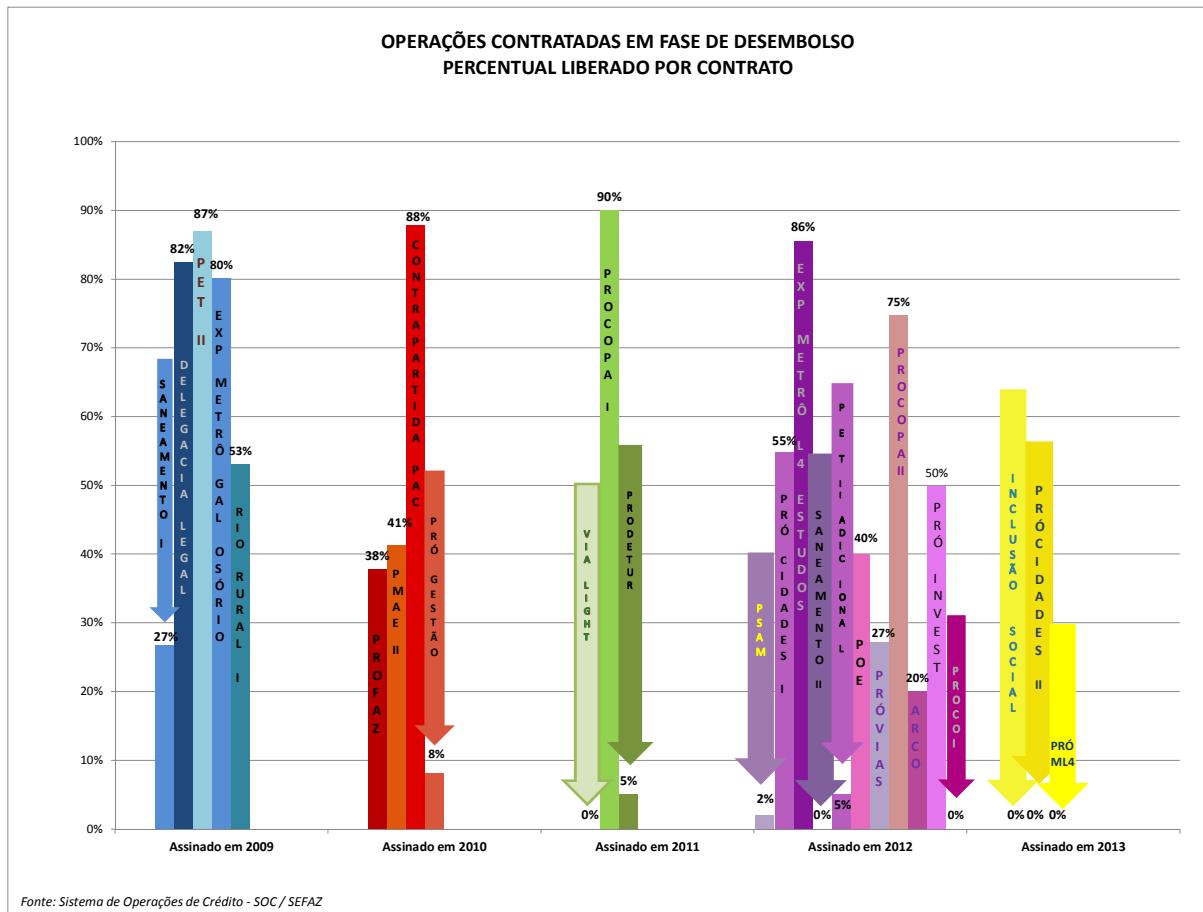
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 30.04.2013

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO/INST. FIN./ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
			CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009							
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I - CAIXA - CEDAE	REAL	558.000.000,00	149.170.867,67	27%	558.000.000,00	149.170.867,67
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL - BNDES - SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	65.578.538,0825	82%	157.000.000,00	129.457.280,46
24/09/2009	PET II - BIRD - SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	184.025.553,97	87%	423.759.890,00	344.411.461,33
25/11/2009	EXP. METRO/GENERAL OSORIO - BNDES - RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I - BIRD - SEA API	DÓLAR	39.500.000,00	20.933.609,12	53%	79.067.150,00	38.491.467,67
2010							
10/05/2010	PROFAZ - BID - SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	7.470.588,43	38%	39.551.690,39	12.297.860,38
26/05/2010	PMAE II - BNDES - SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	2.089.798,1389	41%	9.982.000,00	4.125.428,71
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA - SEOBRAS	URTJLP	307.002.053,00	269.539.807,51	88%	606.046.612,79	532.093.143,21
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I - BIRD - SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	1.504.378,44	8%	37.377.744,10	3.027.959,78
2011							
28/06/2011	VIALIGHT - CAIXA - SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%	259.138.332,31	-
29/07/2011	MARACANÁ PROCOPA I - BNDES - SEOBRAS	URTJLP	202.626.033,3928	182.363.430,0536	90%	400.000.000,00	360.000.000,00
08/08/2011	PRODETUR - BID - SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	5.680.000,00	5%	224.190.400,00	10.292.160,00
2012							
20/03/2012	PSAM - BID - SEA	DÓLAR	451.980.000,00	9.000.000,00	2%	904.728.366,00	18.816.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I - B. BRASIL - SEOBRAS	DÓLAR	1.786.165.115,00	980.064.394,40	55%	3.575.366.710,70	1.989.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRO - L4 - Estudos e Projetos - BNDES - RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	68.441.894,4774	86%	157.954.512,77	135.109.775,05
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA - CEDAE	REAL	415.372.248,98	-	0%	415.372.248,98	-
05/09/2012	PET II Adicional - BIRD - SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	30.135.606,78	5%	1.201.020.000,00	61.536.909,04
13/09/2012	POE - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	40.000.000,00	40%	200.170.000,00	82.902.000,00
13/09/2012	PRÓ-VIAS - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	639.893.447,50	180.510.183,41
22/11/2012	MARACANÁ PROCOPA II - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	120.666.000,00	90.189.809,40	75%	241.537.132,20	182.420.666,43
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	40.000.000,00	20%	400.340.000,00	83.004.000,00
12/12/2012	PRÓ-INVEST - B. BRASIL - SEPLAG	URTJLP	476.655.846,38	237.647.802,13	50%	940.956.773,22	469.135.773,22
20/12/2012	PROCOI - CAIXA - SEOBRAS	REAL	1.199.871.472,00	-	0%	1.199.871.472,00	-
2013							
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL - BID - SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	-	0%	120.102.000,00	-
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL - SEOBRAS	DÓLAR	1.558.626.174,26	-	0%	3.119.902.013,02	-
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-ML4 - BNDES - RIO TRILHOS	URTJLP	1.535.603.926,8900	-	0%	3.031.405.000,00	-

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 19



VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁴

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º bimestre de 2013, com 579 Convênios de Despesa e 371 Convênios de Receita vigentes³⁵.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças³⁶, já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³⁷ engloba os investimentos de maior relevância.

³⁴Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

³⁵ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

³⁶ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

³⁷Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.



No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 96 convênios, beneficiando 56 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 394,86 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 483 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até os meses de março e abril de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 857,71 milhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 2º bimestre de 2013, o total de 51 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,12 bilhões³⁸. Dessa importância, R\$ 1,20 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 918,94 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Dos recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 2º bimestre de 2013, foram repassados em torno de R\$ 965,23 milhões, sendo destinados: 83,50%, à área de Habitação; e, 16,50%, à área de Saneamento.

Ademais, cabe informar que alguns servidores da área responsável por Convênios, desta Subsecretaria de Finanças, participaram no dia 22 de março, na cidade de Salvador-Bahia, do 3º Fórum Interestadual de Regularidade Jurídica, Fiscal, Econômico-financeira e Administrativa – CAUC.

O objetivo do Fórum foi compartilhar as experiências exitosas dos estados federados na manutenção da adimplência perante o Governo Federal e, com isso, estarem aptos ao recebimento de transferências voluntárias, por meio de convênios, contrato de repasse, bem como contratação de operação de crédito interna e externa.

Além disso, cabe destacar, ainda, que o EGP-Rio promoveu, no dia 10 de abril de 2013, o II Seminário de Convênios para os Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Este encontro reuniu 44 representantes

³⁸ Valor original desconsiderando os aditivos.



de 17 cidades fluminenses, com a finalidade de ajudar os municípios a captar novos recursos, por meio de convênios com os Governos Federal e Estadual, e resgatar a adimplência das prefeituras, entre outros pontos.

VI.9 Operação de Crédito

A Coordenação de Captação de Recursos, responsável por identificar, fomentar e negociar as contratações de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, manteve-se, ao longo do período em referência, em cooperação com instituições já credoras do ERJ, viabilizando a realização de missões para análise financeira. Tais missões tem a finalidade de subsidiar a avaliação de concessão de novos financiamentos para o Estado.. Tendo em vista que foi celebrado, em 2012, contrato de financiamento na modalidade de apoio orçamentário para o Programa de Mobilidade Urbana junto à Agência Francesa de Desenvolvimento, no valor de US\$ 394,5 milhões, a Agência promoveu missão técnica com o fito de avaliar o desempenho dos indicadores afetos à operação, que estão segmentados em de: (i) resultado; (ii) impacto (direto e indireto); e, liberação das tranches do empréstimo.

Ademais, representantes da área de transportes do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) puderam fornecer à Agência cenário atualizado do andamento dos projetos relacionados aos grandes eventos, em especial, à Linha 4 do metrô. Outrossim, integrantes de setores responsáveis pelo transporte na França, como o *Syndicat des transports d'Île-de-France* (STIF), que coordena o transporte público na Região de Île de France, participaram da missão, o que possibilitou a troca de experiências, no âmbito de mobilidade urbana.

No que tange a possíveis novos parceiros, cabe informar que houve missão de preparação junto à delegação alemã, representante do Banco de Desenvolvimento do Governo Alemão – KFW, na tentativa de elaborar um novo programa relacionado aos transportes urbanos. A missão tinha como principais objetivos: (i) aprofundamento do conhecimento sobre as questões de mobilidade urbana no Estado do Rio de Janeiro; (ii) conhecer a gestão das finanças públicas do



governo do Estado; e (iii) fechar o cronograma de empréstimo entre o Banco e o Estado do Rio de Janeiro.

Assim, a Missão teve por objetivo dar continuidade à última missão, realizada em dezembro de 2012.

Além de informações atualizadas sobre o andamento das obras da linha 4 do Metrô e de outras obras em andamento até 2016, o Governo do ERJ informou a missão sobre a preparação da revisão do Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU), cuja finalidade é fornecer a base técnica-econômica para decisões de investimentos de mobilidade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Quanto à análise das finanças do Estado, as tratativas mantidas junto ao Banco desenvolveram-se por intermédio de reuniões setoriais que abordaram aspectos da receita e despesa do Estado, bem como gestão de pessoal, política fiscal, corregedoria tributária, capacidade de pagamento, estudo atuarial da Rioprevidência, entre outros.

Nesse contexto, cumpre ressaltar que vem sendo realizada estreita colaboração do KFW junto a outros agentes financiadores de programas na área de mobilidade urbana, como a já citada AFD e o Banco Mundial.

Frise-se que, em meio às negociações, é prestado, tanto às instituições financeiras quanto aos órgãos abrangidos pelos financiamentos, todo assessoramento necessário ao cumprimento das etapas cabíveis à execução e supervisão das operações de crédito.

Por fim, cumpre destacar que, nesse bimestre, mantiveram-se as reuniões setoriais com as Secretarias envolvidas no financiamento, contratado como Banco Mundial, *Development Policy Loan – DPL 3*, que abrange as áreas de Saúde, Educação e Finanças, no montante de US\$ 300 milhões.

VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

No 2º bimestre de 2013, deu-se início ao primeiro processo licitatório de concessão administrativa estadual, referente ao projeto PPP Complexo Maracanã, na modalidade concorrência, do tipo melhor



proposta em razão da menor contraprestação pública, combinado com o de melhor técnica.

O estudo técnico acerca do projeto PPP Complexo Maracanã não previu o pagamento de contraprestação pecuniária pública. No entanto, foi indicado pelos proponentes do estudo a outorga de direito de uso e exploração de bem público dominical, conforme estabelecido no inc. IV, do art. 26, da Lei Estadual nº 5.068/2007, que teria como pressuposto para o consórcio e/ou empresa vencer o certame licitatório a oferta do maior valor de torna³⁹ ao Estado do Rio de Janeiro (ERJ) pelo uso da referida área, de modo que este valor não fosse inferior a R\$ 4,5 milhões.

Ademais, uma nova proposta preliminar de projeto de PPP foi apresentada à Secretaria Executiva do Conselho Gestor do PROPAR. Tal proposta está relacionada à área de tratamento de resíduos, perfazendo o total de 11 (onze) projetos a serem deliberados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, conforme discriminado na tabela a seguir:

Tabela 56

Projeto	Objeto	Investimento Total Inicial (milhões)	Contraprestação anual (milhões)	Prazo de Concessão	Fase Atual
PPP Saúde Modalidade Administrativa	Construção e manutenção de hospitais públicos de saúde no Estado do Rio de Janeiro: a) Centro de Trauma e Queimados - Hospital Estadual Adão Pereira Nunes; b) Complexo Estadual de Saúde da Baixada - Hospital Estadual de Oncologia e Hospital Estadual de Trauma; c) Hospital Estadual Azevedo Lima.	R\$ 948,6	R\$ 192,6	14 anos (2 anos de obras + 12 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
PPP Ferrovia Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro-Trecho: Praça Aranbóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.072,2	R\$ 375,7	35 anos	Aguardando apresentação do Estudo Técnico
PPP Complexo Maracanã	Operação de manutenção e gestão do complexo do Maracanã e realização de investimentos necessários a sua revitalização, incluindo a modernização do Maracanãzinho e demolição e remoção do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delmare.	R\$ 451,5	O projeto não possui contraprestação pecuniária	35 anos (2 anos de obras e 33 anos de manutenção)	Licitação realizada
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,9	R\$ 46,7	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-104 para implantação de melhorias físicas e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá, com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km).	R\$ 760,0	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente à rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Muriaé e interseção RJ-116 e RJ-144	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 1.229,0 (R\$ 646 milhões do setor privado e R\$ 628 milhões do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando deliberação do CGP para definir a modalidade de concessão do projeto: PPP ou SUBCONCESSÃO
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 82 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência

³⁹ A torna seria o valor a ser retornado para o Estado do Rio de Janeiro relacionados à contrapartida do privado ao poder concedente em função da cessão dos direitos de exploração de área do complexo (onde, atualmente, estão situados o Estádio de Atletismo e o Parque Aquático e na qual serão construídos o museu, o estacionamento, lojas, bares e restaurantes).